

Literatura, sociologia, Educação
Antonio Candido

A questão agrária na Grande Imprensa na Campanha Eleitoral de 1994.
Netília dos ANJOS

O Bal Masqué das Intenções
Yaracilda FARIAS

Da Linguística Histórica à Terminologia
Enilde FAULSTICH

A Teleducação e o Trabalhador
Luiz Antônio MARCUSCHI

A entoação em Contextos Hesitativos na Interações Temáticas
Marígia VIANA

Linguistic Function and Literary Interpretation in Joyce's "Eveline"
Stella Maria Miranda VIEIRA

O Dialogismo no Discurso do Comunicador de Rádio
Antonio Carlos XAVIER

Aula: A Literatura como Lugar de Sabotagem do Poder
William AMORIM

Educação das Mulheres nos Folhetins Femininos Franceses
Luzilá Gonçalves FERREIRA

Um enfoque Literário-Pragmático de JAZZ, de Morrison
Clélia Reis GEHA

The quest for a home in Elizabeth Bishop's Poetry
Mari HAZIN

Estudos Lexicológicos: Pressupostos e Procedimentos
Maria Emília Barcellos da SILVA

Vol. 7, setembro de 1997



Universidade Federal de Pernambuco



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LETRAS E LINGÜÍSTICA / UFPE**

Reitor

Prof. Mozart Neves Ramos

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística

Prof^a Nelly Carvalho

Editora

Prof^a Luzilá Gonçalves Ferreira

Secretário

Prof. Lourival Holanda

Projeto Gráfico Editorial

Prof. Marcos Galindo (UFPE)

Conselho Editorial

Prof^a Nelly Carvalho (UFPE) Presidente do Conselho

Luzilá Gonçalves Ferreira (UFPE)

Ataliba T. de Castilho (USP)

Francisco Gomes de Matos (UFPE)

Idelette Fonseca dos Santos (UFPB)

Ingedore V. Koch (UNICAMP)

Ivaldo Bittencourt (UFPE)

José Fernandes (UFGO)

Luiz A. Marcushi (UFPE)

Marígia Viana (UFPE)

Regina Zilberman (PUC-RS)

Sébastien Joachim (UFPE)

Editoração: Laboratório de Editoração de Biblioteconomia/NINFOR

INVESTIGAÇÕES, Lingüística e Teoria Literária, ISSN 0104-1320

Vol. 7, setembro de 1997

Publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Letras, Centro de Artes e Comunicação, 1º andar, 50670-901 - Recife, Pernambuco. Telefone (081) 271.8312 E-mail investig@npd.ufpe.br

Investigações

Linguística e Teoria
Literária

Programa de Pós-Graduação
em Letras e Linguística
FLEPP

Vol. 7, Setembro de 1997 - ISSN 0104-1320

Sumário

EDITORIAL

ENTREVISTA

Antonio Candido 7

LINGÜÍSTICA

A questão agrária na Grande Imprensa na Campanha Eleitoral de 1994.
Netília dos ANJOS 41

O Bal Masqué das Intenções
Yaracilda FARIAS 55

Da Lingüística Histórica à Termologia
Enilde FAULSTICH 71

A Teleducação e o Trabalhador
Luiz Antônio MARCUSCHI 103

A entoação em Contextos Hesitativos na Interações Temáticas
Marígia VIANA 125

Linguistic Function and Literary Interpretation in Joyce's "Eveline"
Stella Maria Miranda VIEIRA 135

O Dialogismo no Discurso do Comunicador de Rádio
Antonio Carlos XAVIER 147

LITERATURA

Aula: A Literatura como Lugar de Sabotagem do Poder William AMORIM	161
Educação das Mulheres nos Folhetins Femininos Franceses Luzilá Gonçalves FERREIRA	171
Um enfoque Literário-Pragmático de JAZZ, de Morrison Clélia Reis GEHA	191
The quest for a home in Elizabet Bishop's Poetry Marli HAZIN	211
Estudos lexicológicos: Pressupostos e Procedimentos Maria Emília Barcellos da SILVA	221

Editorial

Este novo número **Investigações**, que se quer uma revista de divulgação do trabalho efetuado em nosso Programa de Pós-Graduação, mas que é, igualmente, um espaço aberto aos demais colegas da comunidade acadêmica, no Brasil e fora dele, traz uma publicação especial, que muito nos honra: uma entrevista com aquele que é, incontestavelmente, o maior crítico literário brasileiro, o melhor modelo de professor para todos os que acreditamos em nossa vocação, uma figura de intelectual íntegro, um belo momento da humanidade brasileira, o mestre Antonio Candido. Convidado a participar de um Encontro e impossibilitado de vir até nós, o autor de Formação da Literatura Brasileira consentiu em dar uma entrevista a um grupo de nossos professores. E o resultado foi este belo texto que abre nossa Revista, e que transcrevemos com orgulho.

Os textos que agora apresentamos, contemplam nossos dois campos de trabalho, a Linguística e os Estudos Literários, resultado que são, do trabalho de pesquisa e de reflexão dos seus autores, alunos ou professores, que divulgam deste modo o seu saber, sua paixão e suas inquietações.

Como acontece desde o número 6 de **Investigações**, nossa parceria com o Laboratório de Informação Digital do Departamento de Biblioteconomia da UFPE possibilitou a que a revista fosse lançada também em versão digital, o que amplia nossa difusão e garante nossa colocação no mundo virtual, que ultrapassa as fronteiras espaciais.

Agradecendo a todos os colaboradores e aos que tornaram possível este número da revista, lembramos aos colegas que

Investigações se dispõe a divulgar seus trabalhos, desde que contemplem os critérios de seriedade que sempre nos nortearam, a nós todos que ainda cremos - apesar de tudo -, no poder, na força e na beleza do saber.

Luzilá Gonçalves Ferreira
Editora

Entrevista com Antonio Cândido

Apresentação

A entrevista com o Professor Antonio Candido que o Prolede - Projeto de Leitura e Desenvolvimento - publica neste número de Investigações aconteceu em 1995, quando realizamos a II Semana de Estudos Literários cujo tema foi: literatura, Sociologia, Educação.

A escolha pelo nome de Antonio Candido foi aceita por unanimidade e entendida como a mais justa homenagem da Semana a este pesquisador de Brasil, sobretudo, leitor, crítico observador da sua Literatura, cujo pensamento, formador de discípulos, contribui de maneira basilar para todos os que, pesquisando a Literatura e a Literatura Brasileira, ampliem a compreensão de que as metáforas que construímos, por mais autônomas que sejam do seu conteúdo material, concreto, precisam ser entendidas, dialeticamente, no conjunto das relações sociais, na medida em que expressam a necessidade histórico-social do ser humano de se entender e se promover, ontologicamente, também, através da Arte.

Impossibilitado de vir à UFPE, fomos a S. Paulo, para entrevistá-lo, em sua residência, no Itaim. É importante registrar a participação das Professoras Moema Selma D'Andrea -, UFPb, Teresinha Carlos Araújo - Unicap, Fátima Cartaxo - UFPE, convidadas pela Coordenação da Semana.

A Gravação da entrevista foi dirigida por Waltinho de Moraes - Vídeo & Cia, São Paulo. Assessorado por Isabel Madrid.

Lembramos ao leitor que o texto a seguir é uma transcrição, mas nem por isso perde-se a qualidade e o tom coloquial da entrevista.

Antonio CANDIDO

O interesse mais ávido e a competência da Professora Luzilá Gonçalves Ferreira, autora da transcrição, nos dão um excelente resultado.

Gratos ao Professor Antonio Candido e a D. Gilda de Mello e Souza com os quais fomos aos mais longínquos universos, às mais longínquas metáforas da nossa Literatura.

Professor Aldo Lima
Coordenador do Prolede
Departamento de Letras

ENTREVISTA

A L - Professor, tendo em vista a crise das ideologias, as teorias finalistas da História, a crise da filosofia da praxis, que reinterpretação o senhor faz do marxismo, para torná-lo capaz de, na sua teoria / prática, compreender e interpretar nossa contemporaneidade?

A C.- Eu acho que no momento existe uma espécie de histeria em torno do marxismo, como em torno do socialismo, como se nós estivéssemos no fim da atuação e da possibilidade de explicar e organizar que eles têm. Na minha mocidade, no tempo do stalinismo, o marxismo era concebido como uma espécie de evolucionismo materialista mecanicista. Isso era uma espécie de caricatura, sempre foi. Justamente, eu pertencia a grupos políticos que precocemente combatíamos essa posição, na medida em que nós fomos anti-stalinistas sem sermos trotskistas, desde o primeiro momento. Nós nunca nos declaramos propriamente marxistas porque o marxismo é uma filosofia abrangente, muito grande, que exige quase que uma adesão para explicar todos os setores da vida. Agora, se nós concebermos o marxismo como um método, ele se torna de uma flexibilidade e de uma riqueza que, ao meu ver, continua tendo muito futuro. Acho que

o marxismo é uma força explicativa ainda muito viva no setor político; acho que no setor filosófico ele nunca teve a abrangência que quis ter e acho que no setor estético ele teve ainda menos abrangência do que pretende ter. Mas acho que, como filosofia política ele tem uma grande vitalidade, uma grande vivacidade, e ainda poderá dar muito conta de si, contanto que seja considerado um método, e não um dogma.

A L.- A razão, como instrumento de emancipação e promoção da humanidade, teve, também, neste século, seus defensores convictos. O senhor acredita que especialmente através da razão, o ser humano pode se emancipar, se promover?

A C.- Eu acredito. Nesse sentido eu sou bastante racionalista. Uma das grandes conquistas do nosso tempo foi a demonstração de como as forças irracionais são poderosas no homem e têm que ser levadas em conta. O problema é o seguinte: é não deixar que as forças irracionais sejam a tônica. Porque, como dizia Hauser, na História social da arte e da literatura, desde o século XVIII o homem tem uma tendência muito grande para explicar o aparente pelo oculto. O marxismo é assim, ele explica a superestrutura pela infraestrutura, Nietzsche é assim, Hartmann é assim, na Filosofia do Inconsciente, Freud mais do que todos, é assim, quando faz de nossa razão um simples afloramento de uma massa de inconsciente formidável. Então, o nosso tempo tem essa vantagem de adquirir consciência, vamos dizer, das forças não racionais do homem, mas a única salvação do homem é dar a hegemonia na nossa fórmula pessoal, aos ditames da razão. Eu me lembro do Fausto de Goethe, quando Fausto está desesperado, achando que a ciência fracassou e Mefistófeles, que é o diabo, que devia ser a força irracional, Mefistófeles é extremamente racionalista e procura mostrar a ele como é que o homem, desde que abandona a âncora do raciocínio está perdido. Essa visão, vamos dizer um pouco mefistofélica, me parece muito justa, mesmo porque Mefistófeles é um homem muito voltairiano, muito século XVIII. O

Antonio CANDIDO

século XVIII é o século que viu o exagero da razão, o homem não é um ser racional, totalmente racional. A grande conquista do século XVIII começou com Rousseau, foi sistematizada por Kant, que mostrou que, além da vontade e do entendimento, o homem é sensibilidade. Isso foi o começo de uma revolução que estamos vivendo até hoje, mas que, repito, de maneira alguma deve apagar no homem o domínio da razão, que é nossa única guia nesse mundo irracional.

F C. - Professor, vou lhe fazer uma pergunta que o senhor já ouviu muito, que foi refeita, respondida, mas sempre fica com os alunos, com os professores de Literatura, uma certa dúvida: por que “o seqüestro do Barroco”?

A C. - Você se refere ao meu livro Formação da Literatura Brasileira. Eu não creio que há o seqüestro do Barroco. Teria havido o seqüestro do Barroco se eu tivesse querido escrever uma história da literatura brasileira. Mas está explicado na Introdução que eu não quis fazer isto. Tenho a seguinte concepção: nós devemos, sim, ter manifestações literárias. Manifestações literárias são qualquer produção literária, em qualquer momento, em qualquer contexto. Depois vem o sistema literário, que é a articulação das obras, de maneira a formar uma consciência literária, num certo momento, e estabelecer uma tradição. Isto, a meu ver, só se dá no Brasil, - a idéia pode ser errada, mas foi ela que me norteou, - só se dá no Brasil a partir de meados do século XVIII. Então, o que eu quis estudar foi a formação do sistema literário brasileiro. Agora, o título do livro é muito infeliz, um título pedante seria “Prolegômenos ao estudo sobre a formação do sistema literário no Brasil sem com isto dizer que antes não havia manifestações literárias.” E nesse caso eu não daria lugar a dúvidas. Na verdade, o meu livro é um estudo sobre o Arcadismo e o Romantismo, que eu considero momentos decisivos, não de literatura propriamente dita, mas de formação do sistema literário. É curioso que a minha Introdução foi sempre trelida, mesmo por pessoas muito inteligentes. Então, na segunda edição, eu fiz um Prefácio explicando essa minha posição,

mas não adianta, porque depois que as idéias se arraigam, eu serei sempre o homem que diz que Gregório de Matos era um mau escritor, que o Padre Vieira não existiu e que o Padre Anchieta é uma ficção.

MS. - Uma das coisas que mais nos impressionam nos seus textos é a simplicidade da exposição, que esconde a complexidade de suas descobertas, deixando-nos ver nos meandros da estrutura da obra, um ou vários aspectos da realidade do país, que então passa a fornecer pistas e reflexões para o leitor. Como o senhor definiria esse embricamento entre teoria acadêmica e criatividade pessoal?

A C. - Bom, atento sobretudo à questão da simplicidade, que eu acho importante. Em primeiro lugar, talvez, por eu não ser formado em Letras. Sou formado em ciências sociais, então não aprendi aquela terminologia específica dos cursos de Letras. Em segundo lugar, pelo fato de eu ter começado a minha atividade literária como crítico de uma revista estudantil e em seguida como crítico de um jornal de São Paulo, portanto, veículos que exigem a comunicação. Eu creio que a minha experiência de jornalista-crítico foi fundamental. Naquele tempo a crítica literária no Brasil, como aliás na França, a crítica viva, a crítica ativa, era sobretudo a crítica de jornal, era o rodapé, era a crítica semanal. Isso obrigava a um certo contato com o público. Mesmo assim, o público reclamava. Lembro que um dos meus leitores dizia que escrevia muito complicado para o leitor comum. Para nós, os acadêmicos universitários, era o contrário, diziam que eu era simplório, que escrevia simples demais. Eu sempre achei que nas disciplinas científicas a terminologia técnica é indispensável, não é? Sulfureto de sódio é sulfureto de sódio e está acabado. Mas eu acho que nas disciplinas humanas, tirando talvez a Economia, na Sociologia, na Antropologia, na História, nos estudos literários, nós não estamos dentro da ciência, dizemos ciência quase por uma questão de orientação acadêmica, nós estamos dentro do que se chama as Humanidades. As Humanidades, como o nome indica, são coisas que tocam aquilo que há de mais próximo do homem, inclusive a sua linguagem, sua

maneira de falar. Penso que, nestas disciplinas humanas, a linguagem corrente é suficiente para escrevermos. De modo que eu fui assistente de Sociologia muito tempo, em Sociologia eu reagia contra isso também. Eu reagia contra aquela terminologia abstrusa que consiste freqüentemente, nas disciplinas humanas, em dizer coisas simples de maneira complicada. Nós temos um pouco de complexo de inferioridade, sobretudo na minha geração; na minha geração nós estávamos ainda muito próximos do positivismo científico. E tudo tinha que ser determinismo, lei causal rigorosa, imbricamento de fenômenos e redução ao quantitativo. Então nós o sabíamos e procurávamos mostrá-lo. No Brasil, nós vimos, é muito bonito isso, o pessoal da Escola do Recife, como o grupo do Ceará, o jovem Capistrano de Abreu que diz: *“a literatura pode ser estudada de duas maneiras, o método quantitativo e o método qualitativo. Eu estudarei pelo método quantitativo.”* Eu ainda me formei um pouco nessa atmosfera, de maneira que a busca de uma linguagem simples me pareceu sempre um instrumento de humanização e eu procuro isso. E talvez também pelo fato de minha formação francesa muito acentuada. Por uma série de circunstâncias, eu estive na França em menino. Estudei lá e a Faculdade que eu fiz aqui em São Paulo foi toda com professores franceses. Naquele tempo, antes da influência da filosofia alemã moderna, os franceses exigiam a clareza de expressão: era preciso que as coisas fossem expressas numa linguagem acessível, a linguagem teria que ser clara para que as coisas difíceis pudessem ser penetradas. Talvez por causa disso, e por feitiço pessoal, eu tenha me habituado a procurar sempre a simplicidade. Então, para responder o fim de sua pergunta, tentar compatibilizar as exigências do rigor acadêmico com a lhanza da expressão corrente, eu acho que isso é um desiderato que vale a pena tentar.

MS. - Professor, num ensaio intitulado “Movimentos de um leitor: ensaio, imaginação e crítica em Antonio Candido”, o professor e crítico Davi Arrigucci diz: “seus ensaios suscitam em nós a posição de ouvinte, dispondo-nos para escutar um argumento como ouvinte de um caso”-

eu diria um caso. Não estaria implícita uma comparação com a experiência do narrador de Benjamin, em que o movimento do leitor se transforma no movimento do próprio narrador, no qual, cito Arrigucci, “a mão afina o jeito de tratar por escrito o que já vem exercitado pela atenção oral”? Em outras palavras: seria como se sua experiência de leitor erudito mimetizasse a experiência do narrador tradicional de Benjamin, adicionando à crítica, a imaginação de um contador de casos, num exercício muito pessoal e particularíssimo? O senhor quereria falar sobre isso?

A C.- Sua pergunta é muito interessante, eu não posso responder do ângulo propriamente de Walter Benjamin, porque conheço mal sua obra, ela se tornou conhecida no tempo em que eu já lia menos. Mas entendo a razão pela qual a senhora o cita, sobretudo porque vejo a ligação com a pergunta do Davi. Eu já disse mais de uma vez que sou um homem mais de palavra falada que de palavra escrita. E creio que as pessoas que me conhecem não hesitam em dizer que o que eu falo é mais interessante do que o que escrevo. Não quero dizer que seja interessante nem um nem outro, eles é que dizem que o que falo é menos desinteressante do que o que escrevo. Sou sobretudo professor, sou um homem de expressão oral, sou conversador, sou um contador de casos. De modo que tenho a impressão que o ritmo da fala deve passar pelo ritmo da minha escrita. Talvez por isso ela seja freqüentemente acimada de ser uma escrita pouco profunda. É uma escrita clara, mas pouco profunda, porque há um pouco essa idéia de que a clareza freqüentemente é obtida à custa da profundidade, o que é uma idéia válida. Entre clareza e profundidade, eu prefiro a clareza, mesmo porque eu não sou capaz de chegar na profundidade. É verdade, sem falsa modéstia nenhuma, eu me considero um professor, um expositor. Eu nunca me esqueço do professor Almeida Júnior, grande professor de Medicina Legal na Faculdade de Direito, que dizia: “o professor não tem obrigação de ser um sábio, ele é um transmissor de conhecimento. O sábio cria o conhecimento, o professor transmite o conhecimento.” Sempre me

considerarei um transmissor de conhecimento, não um criador de conhecimento. Algum conhecimento que eu tenha criado, veio como sucedâneo dessa minha vocação para transmissor. De modo que eu creio que, quando escrevo, é o professor que está falando. Isso talvez responde em parte à sua pergunta. Eu me lembro que no meu livro Formação da Literatura Brasileira eu fiquei muito fascinado pela obra de Frei Caneca. Naquele tempo eu tinha lido o primeiro livrinho de Roland Barthes, que ninguém sabia ainda quem era, um livro sobre Michelet, em que ele inventava uma metáfora muito bonita. Ele fala estilo linfa, estilo sangue, estilo respiração. Então fiquei muito impressionado em distinguir, por exemplo, o estilo de Frei Caneca do estilo de Evaristo da Veiga. O estilo de Frei Caneca é um estilo sangue, Evaristo da Veiga é um estilo linfa. A gente quando lê o Frei Caneca, que é um admirável escritor, tem a impressão de que ele está vibrando junto com a palavra, que a palavra é ato. Então, essa ligação muito grande entre a palavra e a paixão, o sentimento, a idéia, de que ela se torna um prolongamento de elocução, me atrai muito

T.A- Mestre Cândido, é de conhecimento geral que sua primeira seara acadêmica foi a Sociologia. Nós gostaríamos de saber como se deu essa passagem dos ditames sociológicos para a grande aventura do texto literário.

A C.- Pois não, essa pergunta me é muito grata. Eu sou formado em Ciências Sociais, no tempo em que esse curso abrangia quase todo o curso de Filosofia. Sou um homem dependente do decênio de 1930, um decênio extremamente participante. Foi o decênio, por exemplo, do romance do nordeste, e que a literatura parecia depoimento, parecia aderir aos grandes problemas sociais. Então nos parecia que a Sociologia era muito necessária como instrumento de visão do mundo. Fui estudar Ciências Sociais sem a menor intenção de ser sociólogo, fui estudar Ciências Sociais para ter um instrumento de trabalho. Escrevi um artigo uma vez, na Revista de Sociologia, eu era assistente de Sociologia, para definir bem minha posição. A Sociologia pode

ser três coisas: pode ser uma ciência, pode ser uma técnica social e pode ser um ponto de vista. Para mim, a Sociologia foi sempre um ponto de vista, quer dizer, um ângulo para ver a realidade. Acontece que eu tinha que ter uma profissão. Quando me formei, por problemas de família que não vêm ao caso, fiquei numa situação de necessidade econômica muito grande. Aceitei o primeiro emprego que me ofereceram, que foi de assistente de Sociologia. E não me arrependo. Fui assistente de Sociologia, dei as minhas aulas com a maior consciência possível. Mas veja bem, eu já era crítico literário, desde estudante eu era crítico literário, na revista Clima. Logo depois de formado passei para um cargo de grande responsabilidade, o de crítico titular. Naquele tempo havia o crítico titular, como Olívio Montenegro no Diário de Pernambuco, como Álvaro Lins no Correio da Manhã, como Alceu Amoroso Lima no Jornal., como Plínio Barreto no Estado de São Paulo. Eu era mocinho, me deram esse cargo de grande responsabilidade. Era então, simultaneamente, assistente de Sociologia e crítico de literatura, gosto de deixar isso bem claro, não foi uma coisa que veio depois da outra. Eu utilizava muito a Sociologia no começo de minha carreira, sobretudo como um ponto de vista.. Depois me desprendi bastante dessa visão Não houve, portanto passagem no sentido da atividade intelectual, elas foram sempre paralelas, houve passagem no ponto de vista profissional. Chegou um certo momento em que fui me desenvolvendo, já era assistente, tendo defendido minha tese de doutorado. Fiquei doutor em Ciências Sociais e aí falei pra meu chefe: - agora vou sair. E como no Brasil as pessoas freqüentemente abandonam o lugar porque querem coisa melhor, ele achou que eu estava um pouco magoado porque era assistente e meus colegas já eram professores, dentre eles Florestan Fernandes.. Então disse: vamos criar uma cadeira, uma disciplina para você. E eu: - é agora que saio correndo. Porque não sou sociólogo, assim como o professor de Matemática não é um matemático, necessariamente, e como o professor de Geografia não é geógrafo. Eu era professor de Sociologia, mas não era sociólogo, queria ser crítico literário. Aí, abandonei a Sociologia, sem saber o que ia fazer.

Antonio CANDIDO

Pensava até em voltar para o magistério secundário, onde ensinei Português quando era moço, e voltar para fazer crítica em jornal, quando surgiram as faculdades do interior de S. Paulo. Eu era livre-docente em Literatura Brasileira, era meu trunfo, e o professor Soares Amora me convidou para ensinar Literatura Brasileira em Assis. Foi graças à Faculdade de Assis, para onde fui em 1958, que fiz a passagem que lhe interessa. Mas, repito, passagem profissional, porque antes eu era as duas coisas, sempre com interesse maior pela Literatura.

AL. Professor, esse trajeto, essa sua formação, acredito que tenha contribuído para uma visão sobre metodologia em Ciências Sociais. Então, essa leitura que o senhor trazia das Ciências Sociais, especificamente em se tratando do método dialético, em que ele foi significativo no seu itinerário de observador literário?

A C.- Pergunta que me parece muito pertinente e que respondo com muito prazer, porque aí estão um dos apoios do meu trabalho intelectual. Na Sociologia sempre houve uma grande discussão sobre forma e conteúdo, Existe uma teoria sociológica alemã, que eu estudei muito, a Sociologia Formalista que dizia que a gente deve estar apenas na forma dos fenômenos. Competição. A Sociologia sobretudo das formas e é com as formas na mão que eu me dirijo aos conteúdos. E havia outras correntes que diziam não, a Sociologia é, sobretudo, descrição do real, e essa descrição assume certos caminhos, eu dou o nome depois. Eu me formei no meio dessas discussões, e no meu tempo o grande conceito em Sociologia, em Antropologia era : como é que os tipos de comportamentos humanos se ordenam em função de uma finalidade? A sociedade é, toda ela, regida por comportamento que se entrelaçam formando uma sociabilidade, mas sempre em vista de um fim. Isso é o funcionalismo e teve grande influência sobre mim. E, finalmente, desde moço li bastante marxismo e a partir daí, realmente, essas posições, tanto a da sociologia acadêmica, quanto a do marxismo, foram muito importantes para mim, e aí eu respondo a sua pergunta, porque tanto a partir da sociologia acadêmica, quanto a

partir do marxismo, eu fiquei com duas obsessões. A primeira obsessão é explicar o aparente pelo oculto, e a segunda é raciocinar em função dos contrários. Tudo o que eu escrevo, pode-se notar mais visível ou menos visível, é sempre feito em função dos contrários, é um processo dialético, é e não é, pode e não pode, era e não era. A partir daí em procuro tirar minhas diretrizes. De modo que, embora eu não me considere marxista, nunca me considerei marxista, mesmo porque o meu conhecimento do marxismo é superficial, sempre tirei muitos elementos de análise do marxismo. Em político e mesmo eu literatura. Nunca adotei a crítica marxista, acho, por exemplo, a crítica de Lukács, como crítica, lamentável. Um homem que diz que Romain Rolland é mais importante que Proust... não dá, é por questão de preconceito teórico. Agora, Lukács como teórico, é extraordinário. Como eu sou crítico, e não teórico, procuro sempre aperfeiçoar a minha relação com a empiria, quer dizer, no nosso caso é o texto, é o texto crítico, é o fato histórico na História Literária, sempre ligado ao empírico, ao concreto. E o concreto me fez sempre sentir a sua diversidade. Repito: para poder interpretar o concreto do texto, o concreto do fato literário histórico, eu procurei sempre raciocinar como é que o oculto explica o aparente, como é que os contrários têm que ser levados em conta. Ai está uma presença constante do método dialético.

AL.- Professor, pela exposição que o senhor fez agora sobre o método dialético, essa leitura e essa importância que a dialética tem no conjunto de sua obra, esse foi um dos motivos que fez o senhor votar em Lucien Goldmann para a Universidade de Paris, em 1965?

AC. -Foi. Nesse tempo eu era professor na Faculdade de Letras da Universidade de Paris, a chamada Sorbonne. Eu era membro da Congregação, e fomos consultados. Apresentou-se a candidatura do professor Goldmann, não lembro exatamente para que cargo, ele não era professor da Faculdade de Letras, ele era da Escola de Altos Estudos. E houve uma vaga na Faculdade de Letras, e o nome dele apareceu. Ele não foi escolhido, mas votei nele. Lembro que colegas

Antonio CANDIDO

em interpelaram, mas por que é que votou nele? Eu disse: - porque considero Lucien Goldmann um teórico de grande importância; ele soube tirar do marxismo, e em especial da obra de Lukács, uma visão muito mais flexível, porque é a visão de mundo; através da noção de visão de mundo em que ele desloca a percepção do indivíduo para a classe, sem anular a visão individual, ele flexibilizou muito o método marxista. Então me pareceu sempre muito importante, eu sempre fiz meus alunos lerem muito certos textos de Goldmann. Por isso achei que era uma boa aquisição para a Universidade de Paris. Inclusive porque existe em Goldmann uma espécie de marxismo enriquecido, que recebe contribuição de outras correntes, que ele assimila, inclusive de Weber. Um marxismo enriquecido como acho que deve ser, não é um aplicador de fórmulas, e essa questão da visão de mundo e essa reversibilidade entre a visão do indivíduo e a visão da classe, que faz com que seja possível interpretar, de modo muito pertinente as obras literárias, como ele fez nas obras de Pascal, com certos textos de Racine.

FC.- Professor, seguindo ainda na temática de literatura e história, e sobre os pressupostos metodológicos de sua obra Formação da Literatura Brasileira, eu gostaria de ler alguns trechos de sua introdução, de que gosto demais, em que o senhor distingue a relação literatura-história: “Pretendo escrever a história dos brasileiros, o seu desejo de ter uma literatura, ou seja, conferir à sua obra uma dimensão histórica, sensível às articulações de uma dinâmica das obras no tempo.” Adiante o senhor afirma o seguinte: “O ponto de vista histórico é um dos modos legítimos de estudar Literatura, já que as obras se articulam no tempo, havendo um certo determinismo na maneira por que podem ser produzidas e incorporadas à civilização”. Então, quando da análise das obras, dos períodos, das tendências literárias, especialmente nos séculos XVIII e XIX, o senhor não se preocupou muito em demonstrar e caracterizar este determinismo. Eu lhe pergunto: se o senhor fosse reescrever hoje a Formação da Literatura Brasileira, adotaria a mesma postura metodológica, elegeria

os mesmos períodos, os mesmos pressupostos críticos e teóricos?

AC. - Eu manteria a mesma posição. Faria tudo exatamente como fiz, só que não usaria a palavra determinismo. Eu acho que era um resquício do mecanicismo no meu espírito. Fui formado dentro da escola sociológica francesa, Durkheim, que vem de Auguste Comte, daquela idéia da História como um encadeamento quase fatal. Mas eu conservaria exatamente o que fiz, porque, apesar de ter causado muitos equívocos, creio que devem ser equívocos graves contra mim, porque são pessoas de muita qualidade que fazem esses equívocos, não é qualquer um. As pessoas parece que resistem àquela idéia, eu creio que remei um pouco demais contra a maré. Modéstia à parte, minha maneira de interpretar a Literatura Brasileira era bastante original, com a distinção de literatura e sistema literário. É claro que ela vinha de um homem que vinha da Sociologia, embora não seja uma visão sociológica. Isto é, uma visão daquele que não está interessado em estudar fenômenos isolados, mas que está interessado em estudar o entrecruzamento de fenômenos. Então, como dizia Mário de Andrade, o importante é uma literatura média, porque o gênio surge até no deserto do Saara, num oásis pode surgir um Homero e fazer uma Odisséia. O gênio é uma coisa, a Literatura é outra coisa. A Literatura é um processo histórico, de natureza estética, que se define pela inter-relação das pessoas que a praticam, que criam uma certa mentalidade e estabelecem uma certa tradição. Quando isso acontece, a Literatura está constituída. É claro que a Literatura Brasileira não nasce no século XVI, porque ela veio de Portugal, sempre se esquece isso. As pessoas que não pensam como eu, tratam a Literatura Brasileira como se ela tivesse nascido no século XVI e eu tivesse ignorado esse nascimento. E inclusive houve um colega da Universidade de São Paulo que me acusou de pouco brasileiro, de ter uma visão de europeu. E a carta de Pero Vaz Caminha? Ai começa a literatura. E o Padre Anchieta? São manifestações de uma literatura madura, de uma literatura existente, que é a Literatura Portuguesa. Quem veio para o Brasil trouxe o soneto pronto, trouxe

Antonio CANDIDO

o tratado pronto, trouxe a epopéia. Ninguém inventou nada disso aqui, e não se trata de inventar, de procurar o começo dos começos. Eu estou interessado em estudar quando se formou o sistema literário, mas como eu fui o primeiro e, até agora, o único que fez isso, levantei muita celeuma, mas como eu sou teimoso, apesar de Candido, acho que manteria exatamente aqueles dois períodos. Então eu diria: a Literatura Brasileira se divide em três períodos: manifestações literárias, formação literária e o sistema literário já consolidado. Uma grande satisfação que eu tenho, um dos meus grandes orgulhos na vida, é que o maior crítico da literatura latino-americana, um uruguaio, Angel Rama que era meu grande amigo, que morreu, infelizmente, adotou o meu ponto de vista e passou a aplicá-lo sistematicamente ao estudo da Literatura Latino-americana e dizendo que isso faz entender a Literatura. Isso pra mim é uma compensação muito grande, compensa todos os seqüestros de que sou acusado.

AL. - Os nossos alunos têm muita dificuldade em assimilar o aparente paradoxo de quando o senhor fala em Crítica e Sociologia, que a dimensão social incorporada às obras deixa de ser um fator externo para se tornar um fator interno. O senhor diz que a crítica deixa de ser sociológica para ser apenas crítica. Eu gostaria que o senhor falasse sobre esse método dialético e aprofundasse, talvez, essa questão para os alunos.

AC. - Pois não. Em primeiro lugar, eu não me considero um crítico sociológico, exatamente por causa disso. Eu acho que a crítica sociológica é perfeitamente legítima e há obras muito importantes de crítica sociológica. Eu citaria, por exemplo, no Brasil, o livro de Raimundo Faoro sobre Machado de Assis, um livro exemplar. Eu tenho aí a sociedade, eu tenho a obra aqui e vou estudar a relação entre elas. Ele disse isso e a Independência foi assim, a Independência foi assim e ele disse aquilo. É perfeitamente legítimo e muito esclarecedor. Não é isso que eu pretendo fazer, isso eu chamo de paralelismo crítico. Porque a minha ambição foi sempre fazer uma

certa coisa e depois eu a vi muito bem formulada no Lukacs. O mais importante, e isso é um método dialético e não um método da sociologia acadêmica, é ver como é que o social na Literatura não é propriamente o social, é alguma coisa diferente, é aquela coisa que o Forster diz em Aspectos do Romance, o *homo fictus* é muito diferente do *homo sapiens*. O *homo fictus* não vai ao banheiro, não escova os dentes, não paga conta, não atende telefone. A menos que seja fundamental para o enredo, o importante é o enredo, o homem que está dentro da ficção pode parecer demais com a vida real mas ele já é outra coisa, ele foi extraído da vida real e posto num sistema interno de relações. Aquilo que era externo passa a ser interno. Por isso é que o romance é, ao mesmo tempo, tão parecido e tão diferente da vida real. Joyce, por exemplo, fez uma tentativa admirável de procurar descrever a vida de um homem em certos momentos do dia, o que ele pensa, o que se passa na cabeça dele e isso acaba por um grande monólogo interior. É uma tentativa extraordinária, lindíssima, mas que é uma coisa extrema que ainda mostra como é que a Literatura se faz de seleção. Essa seleção não corresponde à realidade, é uma coisa nova. No romance a pessoa tem que ter casa, mulher, filho, parente, tudo aparece. Só que aparece de uma maneira composta completamente diferente pelo romancista. Dou um exemplo. Estudei muito em curso, depois escrevi um ensaio sobre o Assomoir, de Emile Zola. Há ali um casal, a lavadeira e o funileiro, vivendo no cortiço deles, mais ou menos razoavelmente. De repente vão empobrecendo, caem na miséria. Aí aparece o inverno. Nos trinta anos que eles viveram antes, no romance, o inverno não apareceu. Não havia inverno em Paris, naquele tempo? É claro que havia, mas enquanto eles tinham aquecimento, roupa, o inverno não era problema. Quando o inverno se torna problema, passa a ser uma necessidade literária. Portanto não tem nada a ver com o inverno de todos os anos. Agora, na miséria, a gente vê aquela cena terrível, em que eles arrancam o recheio dos colchões para tentar fazer um pouco de fogo. Não têm o que comer, Gervaise sai, tentando se prostituir, é aquela coisa terrível, ela perdida na neve. Só nesse ano o inverno existiu em Paris? Não

Antonio CANDIDO

tem nada a ver uma coisa com outra, a realidade no inverno é anual, mas a necessidade da fabulação faz com que aquilo que é externo se transforme numa coisa que só tem significado internamente.

T.A - Há intelectuais, à semelhança de Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Antonio Candido, dentre outros, cujas obras são decisivas para interpretação da realidade brasileira, confundindo-se, inclusive, com a própria trajetória histórica do país. Esse fato estaria vinculado à condição da militância política desses autores? Em que medida, e de que forma, dão-se para o intelectual participante, as difíceis relações entre a atuação política e a construção do conhecimento?

AC.- Apesar de eu ser militante político desde os vinte e quatro anos de idade, não fui militante precoce. Comecei em grupos clandestinos contra o Estado Novo, grupo chamado Grupo Radical de Ação Popular, contra outra ditadura, a ditadura Vargas. Apesar de ser militante há tanto tempo, acho que o intelectual não tem obrigação nenhuma de ser militante nem político, nenhuma, nenhuma, nenhuma. A única obrigação do intelectual é cumprir com seu dever de intelectual. Agora, certos tipos de intelectual, como aquele que estuda a realidade, aquele que estuda Literatura, começa a pensar na função das obras, do que têm levado à sociedade e assim podem vê-las de modo muito diferente. Temos grandes intelectuais brasileiros conservadores e até reacionários e isto faz com que vejam a realidade de uma certa maneira. É claro que minha resposta só pode ser tendenciosa. Se o intelectual, o estudioso não romancista, não poeta, não tem uma certa consciência política não partidária, não de militância, ele não vê a realidade adequadamente. A senhora citou o caso de Sergio Buarque de Holanda, que foi um grande amigo meu, um dos meus maiores amigos, um homem cuja falta eu sinto muito. O Sérgio Buarque de Holanda publicou Raízes do Brasil em 1936. A meu ver, passou despercebida uma coisa muito importante de Raízes do Brasil. Era o primeiro livro que procurava interpretar o destino futuro do

Brasil, à luz das classes dominadas e não das classes dominantes. Ao contrário de Oliveira Viana, ao contrário de Gilberto Freyre e de todos os outros. Embora nós tivéssemos, no começo do século uma pessoa, que era o senhor Euclides da Cunha, que praticamente disse: “olha, o Brasil não é isso que vocês estão pensando. O Brasil não é Salvador, Recife, Porto Alegre, o Brasil é esta coisa terrível que estou escrevendo para vocês.” Todo mundo esqueceu isso. Intelectuais de grande porte começaram a ver o Brasil à luz de suas classes dominantes. Elas têm que ser estudadas, evidentemente. Mas não podem ser transformadas em instância única de explicação do país. Foi o que aconteceu com grandes intelectuais como Oliveira Viana, como Gilberto Freyre. Sérgio Buarque de Holanda foi precocemente um homem de tendência de esquerda. Eu creio que essa tendência e a posição nitidamente anti-facista que tomou, porque ele viu o nascimento do nazismo na Alemanha, esteve lá, levou-o a perceber a função do povo na História Brasileira. E discretamente pôs isso em Raízes do Brasil. Aí está um exemplo de como a consciência política do intelectual pode ajudar a ver. Eu não quero dizer que os anteriores viram mal, quero dizer que eles viram uma parte, enquanto que a consciência de Sérgio Buarque de Holanda o ajudou a ver outra parte. A consciência de Florestan Fernandes me parece ainda muito mais desenvolvida, porque o Florestan já aproveitou a experiência de todos eles, Florestan vê perfeitamente a dinâmica das classes dominadas e das classes dominantes. Porque as classes dominantes também são gente, não é? Nós pertencemos a elas, queiramos ou não, porque, como diz Antonio Callado, todo mundo no Brasil que come duas vezes por dia, toma banho, troca roupa, é classe dominante...

TA. - Com culpa ou sem culpa...

AC.- Com culpa ou sem culpa... De modo que nós somos todos classe dominante e nós sabemos que a classe dominante existe, nós temos vantagens que os outros não têm. O Florestan foi o primeiro sociólogo, talvez, que teve uma visão total da sociedade brasileira,

Antonio CANDIDO

através de uma compreensão das classes dominantes, das classes dominadas, da luta de classes e da dialética entre as classes e os grupos. Acho, então, que minha conclusão, que é um pouco sectária, evidentemente, é que no intelectual a consciência política ajuda muito a ver a realidade, sem que ele seja obrigado a ser político. Eu respeito muito o intelectual que não tem compromisso político nenhum, acho que o compromisso político é um ônus muito pesado, freqüentemente atrapalha o trabalho intelectual. Agora, a consciência política é outra coisa, é boa, sobretudo no nosso tempo, um tempo de mudança.

AL. - Qual a interpretação do Brasil, hoje, do cidadão, observador literário, professor, mineiro-carioca Antonio Candido de Mello e Souza?

AC. - É, de fato sou um mineiro nascido no Rio de Janeiro. É... a pergunta é muito difícil. Eu já tive mais certezas a respeito disso. Acho que justamente por causa do período que estamos vivendo, está tudo tão desorganizado, as crenças estão tão abaladas... Para lhe dar uma idéia, na minha geração nós vivíamos intensamente o problema de esquerda e direita, nos anos 30. Quando veio a guerra, nós todos tomamos, é claro, uma posição anti-nazista e anti-facista, e estávamos todos, piamente convencidos de que, acabada a guerra, haveria no mundo igualdade e justiça social. Isso era nossa convicção. Foi exatamente o contrário. E hoje eu tento achar, como Hobsbawm, que não há duas guerras, mas uma só. Uma guerra que começou em 1914 e acabou em 45 e deixou uma seqüela de após-guerra e transformação que nós não conseguimos assimilar. Eu estudei bastante o interior do Brasil, por isso, inclusive, fui ao Nordeste em 57. Estudei o homem pobre de São Paulo. Uma tendência de nosso grupo sociológico, aqui em São Paulo, foi deslocar o estudo das classes dominantes para o das classes dominadas. Nós estudamos o caçara, o negro, o lixeiro, o imigrante. Eu estudei o parceiro rural pobre, no interior de São Paulo. Viajei muito, andei muito. Depois fui ao Nordeste e fiquei espantado de ver que aquilo que eu considerava miséria em

São Paulo, era abastança no interior do Ceará. Por exemplo, eu vi gente morando em anteparo, não em casa, uma coisa assim escorada, com três lados. Aí fiquei com uma visão muito mais materialista do Brasil. Mas, ainda no fundo da gente, ficava sempre aquela visão de escola primária, tanto que nós temos o maior rio do mundo, todas as terras do Brasil são fertilíssimas, aqui só passa fome quem quer, o brasileiro tem uma boa índole, extraordinária, de uma bondade fora do comum. Isso custa muito a sair da gente, custa muito. Quando a gente percebe que vive num dos piores países do mundo, porque é um país horroroso, porque é um país que é a décima economia do mundo e é o número sessenta e quatro em matéria de nível social, é um país em que as classes dominantes são classes delinquentes, porque tiveram energia suficiente para construir um grande país e não tiveram um mínimo de humanidade para distribuir um pouco do que acumularam, e a gente vai ficando velho, vai vendo que os governos se sucederam e as utopias se desmoronaram, e fico pensando: será que, a curto prazo, nós temos solução para isso? Eu sempre achei que o socialismo seria uma possibilidade maior, porque a tônica maior do socialismo é a igualdade, não a liberdade. Nós temos uma obsessão muito grande com a liberdade, e talvez eu o choque dizendo que se tivermos de escolher entre liberdade e igualdade, nós devemos escolher a igualdade, não a liberdade. Porque a liberdade é sempre a minha liberdade e a igualdade por definição é de todos. Eu sou um homem de classe média, que tenho uma profissão boa, tenho uma ótima aposentadoria, eu faço o que quero, eu sou um homem livre. De modo que para mim, no momento, o Brasil é um país extremamente livre. Mas 70% da população brasileira não tem liberdade nenhuma, não tem a liberdade nem de comer. Então eu digo, havendo opção, que entre liberdade e igualdade eu faço opção pela igualdade. Por isso eu continuo muito fiel a Cuba, sou chamado de stalinista a cada momento. Eu pertenci ao primeiro grupo de esquerda do Brasil que lutou contra o stalinismo, nós éramos atacados brutalmente pela imprensa comunista. Porque, apesar dos gravíssimos erros de Cuba, apesar de todas as iniquidades que se passam lá, estive

Antonio CANDIDO

lá três vezes, vi que se estabeleceu lá uma igualdade relativa. Então, a igualdade, para mim, vale sacrifícios. Nesse sentido, eu penso que nós vamos caminhar para a igualdade, por uma razão muito simples: é que todo mundo hoje já fala de igualdade. Antigamente, o presidente da República, vamos tomar por exemplo, o Fernando Collor, ou José Sarney. Eles tomam posse. E falam que a situação da justiça social no Brasil é intolerável, nós precisamos distribuir melhor a riqueza. Isso já faz parte da rotina. Se isso faz parte da rotina, é uma consciência social que está pesando, não pode ser escapada. Quando eu era moço, se um prefeito de cidade, se um governador de estado dissesse que o Brasil é um país de injustiça e que se precisava civilizá-lo já, diriam: “é comunista, tira, tira do poder”. Portanto eu acho que essa hipocrisia a respeito da igualdade, que há no momento, é um bom sinal, porque é um problema que não pode ser mais evitado.

F.C. - Professor, fale um pouco do Romantismo. Quando o senhor analisa o Romantismo, quando destaca a questão da retórica, da oratoria, do recitativo de algumas obras como traços característicos, o senhor ainda vai além, o senhor mostra que isso foi uma aliança entre a retórica e uma certa fragilidade do próprio nacionalismo, da própria realidade, e até pode ser decorrência de leitores problemáticos, ou seja, de um público não leitor. Então, saindo do Romantismo, o senhor encara que isso realmente passou a ser uma linha ou tradição na nossa Literatura, ou foi um assunto tópico, limitado, pontual, referente ao século XIX?

AC. - Eu creio que ele foi tópico, no sentido de que ele foi mais importante nesse momento. Sílvio Romero lembra isso, ele lembra que, no começo do século XIX, as igrejas eram salas de conferência, as pessoas saíam de casa para ouvir falar Germano da Cunha Barbosa, Frei Francisco de S. Carlos, Montalverne, Santa Úrsula Rodovalho, Baraúna, todos aqueles frades eloqüentes. Eu ainda alcancei o negócio de igreja sala de conferência. Eu morava numa pequena cidade, ai diziam, tem um pregador que vem aí. Todo mundo lavava o

corpo, botava roupa nova e ia ver o pregador, mas às vezes não entendia nada. Nada. Nós tínhamos em casa, em Poços de Caldas, no tempo da Aliança Liberal um jardineiro. Eu queria ver um comício. Meu pai não deixou, eu tinha doze anos, ele disse: fica em casa. Então o jardineiro, seu Antônio, um português, foi ouvi, ele morava em casa. Eu perguntei: então, seu Antônio, como foi? Ele: “Uma beleza! O Vicente Filizola falou da sacada da prefeitura quase duas horas. Eu nunca vi coisa tão bonita, não entendi uma palavra, mas foi uma coisa linda, uma coisa linda.” Isso é uma anedota que expressa um pouco a posição do brasileiro, o prestígio do saber, o gosto pela palavra, que nós temos muito. A palavra é uma coisa muito saborosa mesmo. Se a gente pensasse no que fala, nos LL, nos SS que sibilam, isso explorado é muito bonito. E naquele tempo as pessoas liam muito pouco. Dou como exemplo, no começo do século XX, a grande voga das conferências, conferências pagas, criada por Medeiros e Albuquerque, que viu isso na Europa e trouxe para o Brasil. Foi um período extraordinário de conferências, de onde saíram as Conferências Literárias de Olavo Bilac, que são admiráveis. A pessoa pagava entrada, para os escritores era ótimo, porque ganhavam um bom dinheirinho. Tem livro de Coelho Neto, de Olavo Bilac, de Machado de Assis, que são todos, conferências. Aqui em S. Paulo havia as Conferências da Cultura Artística, não eram pagas, eram patrocinadas pela Cultura Artística, ia todo mundo. Essa oralidade sempre esteve presente, mas não se pense que, à medida que o tempo passou, a escrita foi prevalecendo. No Brasil do século XIX quase não se lia. A salvação da literatura, foi o discurso, o comício, o recitativo e a modinha. Porque a gente esquece que quase todos os grandes poetas brasileiros tiveram seus poemas musicados. Então lá no interior de Minas eu vi gente cantando *Dà pátria formosa distante e saudoso, chorando e gemendo meus cantos de dor, eu guardo no peito a imagem querida do mais verdadeiro, do mais santo amor*. E ninguém sabia que isso era Casimiro de Abreu, mas todo mundo cantava. O Gondoleiro do Amor, ninguém sabia que era de Castro Alves, mas todo mundo cantava. O Brasil do século XIX se

Antonio CANDIDO

impregnou muito mais de literatura do que se pensa, através da música. A música veiculou a literatura. O efeito disso é extraordinário, porque, sabendo que vai ser musicado, o poeta compõe um modelo diferente. Sabendo que o público está presente, o orador ajusta o pensamento a esse público. Essa dialética foi muito importante no Brasil e teve seu auge no Romantismo. No nosso tempo, é claro que a Literatura é sobretudo uma coisa para ser lida.

T.A.- Na vida de todo intelectual, há sempre o primeiro livro, a primeira obra que nos enche de espanto e de admiração, como se fora um rito de iniciação, inaugurando o espírito para outras vivências intelectivas. Nesse sentido, e lembrando Bandeira, qual foi o seu primeiro alubrimento?

AC.- Nem sei se me lembro. Aprendi a ler tarde. A minha mãe tinha idéia que não se pode cansar a cabeça das crianças. Então comecei e ler sozinho e meu pai disse a minha mãe: é bom você começar a ensinar a esse menino, se não ele vai chegar naquele estilo que se lê Ô MÉ-NI-NÓ CHE-GOU NA CA-S A . Eu não fiz o curso primário., tudo aprendi com minha mãe, tudo do curso primário. Sempre fui um leitor desenfreado, até certa idade. Hoje leio pouco. Não sei se a primeiras grandes emoções que tive não foram os livros de leitura. Meu pai me deixava comprar livros, eu ia lá na tipografia, na papelaria, comprar aqueles livros pro curso primário. Li toda a série de João Kopke, Felisberto de Carvalho, Arnaldo Barreto. Aquele tipo de leitura me deslumbrava.

M.S.- E a Crestomatia?

AC.- Nunca. Um livro que me impressionou profundamente, creio que foi a Antologia Nacional, de Fausto Barreto e Carlos de Laet. Por exemplo, O canto do Piaga. Essa noite eu não dormi, com medo, portanto eu já percebia alguma coisa, eu tinha oito ou nove anos: essa noite era a lua já morta, Anhangá me velava a sonhar. Fiquei

apavorado. Meu pai nos dava muitos livros infantis, os livros de Monteiro Lobato, por exemplo. Agora, uma coisa maior foi o Tesouro da Juventude.

F.C.- Mas hoje, depois de todas essas obras que o senhor leu, poderia esclarecer algo mais sobre esse sentido de missão da literatura, no sentido mais público, de feito para o leitor, não para o prazer pessoal? Ele resulta dessa sua formação marxista?

AC. - Para o marxismo, para o socialismo em geral, e isso é alguma coisa com a qual não concordo absolutamente, é que a literatura tem de ser sempre posta ao serviço das grandes causas sociais. Tem nada uma coisa com a outra. Quando calha, como em Drummond, de a inspiração que vem de dentro se ligar à de fora, está certo, se não... Aquela barbaridade que se fez depois do Congresso de Kharkov, em 36 de querer que todos os escritores cantassem o proletariado é bobagem. Aliás, Jean Gheeno, aquele crítico francês, que era de esquerda, fez uma experiência extraordinária, que relatou num dos números da revista Europe, em 1936. No Congresso de Kharkov, dizia-se que era preciso se fazer literatura empenhada, sobretudo cantando a construção do Socialismo. Então Gheeno pegou aqueles romances proletários empenhados da Rússia, O Volga desemboca no mar Cáspio, de Boris Pilniak, e outros assim, pegou Panaït Istrati, essas coisas e deu para a cozinheira dele, para o chofer do ônibus, para as pessoas mais modestas que ele conhecia. Eles acharam uma droga. Então ele deu Balzac, Flaubert, Stendhal, eles adoraram. Até o proletariado não gostava da literatura proletária, ele queria a boa literatura. Esse negócio de literatura proletária dá um pouco a idéia de para o pobre, literatura de pobre, é um gravíssimo erro das esquerdas. A pintura russa do tempo do stalinismo era aquela barbaridade. Talvez eu tenha sido um pouco esquemático, um pouco anacrônico, quando dizia essas coisas naquele momento. Uma coisa não padece dúvida, é que eu pensava na literatura empenhada não como literatura ideologicamente empenhada. Eu pensava o seguinte:

Antonio CANDIDO

naquele momento estava bruxoleando a consciência nativista nacional, as pessoas queriam mostrar que, no Brasil, nós éramos capazes de fazer o que os europeus faziam.

T.A- Éramos civilizados...

AC.- Éramos civilizados. Isso pra mim não é literatura empenhada. O momento típico disso, sobre o qual chamo a atenção, é um moço do Rio, totalmente esquecido, Feliciano Joaquim de Sousa Nunes. Ele escreveu uma obra de seis volumes, foi a Portugal para imprimir. Imprimiram o primeiro, mandaram queimar e mandaram ele de volta para o Rio de Janeiro, porque ele ousava dizer, no prefácio, que os brasileiros eram tão capazes quanto os portugueses de fazer boas obras. Isso era heresia. Ele dizia entre outras heresias, que a mulher era tão inteligente quanto o homem, que ela deveria ter instrução. Isso em 1730 ou 40, uma coisa fantástica. Foi nesse momento que comecei a ver aquilo que, do meu ponto de vista, constitui um sistema literário, que está ligado, a senhora viu muito bem, à idéia de literatura empenhada. Se eu não sou mais apenas o Cláudio Manuel da Costa, escrevendo em Ouro Preto o aprendizado em Portugal, mas sou membro da Academia dos Renascidos na Bahia, e estou ligado com os intelectuais baianos, se eu escrevo para Frei Gaspar da Madre de Deus e a Pedro Taques aqui em S. Paulo, e peço subsídios ao Proêmio, e ele me manda, eu então os recomendo para sócios honorários da Academia da Bahia, está começando a se formar inter-relação. E todos esses homens eram animados da idéia de que era preciso estudar o Brasil. A Academia do Renascidos é fantástica, sob esse ponto de vista, porque incentivou a que se escrevesse a história do Brasil, os índios ilustres do Brasil. Isso já está um pouquinho previsto em Rocha Pita. Então é esse movimento que faz a pessoa dizer: quero fazer uma literatura para mostrar que, no meu país, nós também somos capazes de fazer Literatura. Defendo com isso a dignidade do meu país. Ora, isto é um pouco anacrônico. Porque esta noção só surgiu no mundo inteiro, a essa altura, antes não podia existir mesmo. No

tempo de Gregório de Matos ou de Padre Vieira, ninguém estava pensando em valorizar sua própria terra do ponto de vista intelectual. Eram intelectuais, universais, e está acabado. Existe um toque de anacronismo aí. Talvez se eu fosse de voltar a isso tivesse que o reformular. Mas eu mantenho a minha idéia de que, num país em formação, o simples fato de produzir cultura significa empenho cultural. É como nas pequenas cidades do interior, em que a pessoa cria o teatro de amadores, cria uma banda de música, cria sábado de recitativo. Ela está fazendo arte superempenhada nesse sentido. Aí eu digo, a partir desse momento a gente sente uma coisa inédita, parece inédita no mundo também, que é a vontade de ter uma literatura que só os românticos definiram. Os românticos ficaram naquele dilema curiosíssimo de dizer “os árcades não são brasileiros literariamente, vivem falando em Júpiter e Vênus, isso é coisa européia”. Então... “não cantaram os frutos do belo cafezeiro”, deviam cantar sabiá, tucano, tatu, não fizeram, por isso não são brasileiros ainda. Mas nós precisamos de uma genealogia, então eles são nossos antepassados. É um paradoxo curioso dos românticos, eles sentiram que os fundadores eram aqueles, não foram nem ao Padre Vieira nem ao Gregório de Matos, que não conheciam. Gregório de Matos nunca existiu na Literatura Brasileira antes da edição de suas obras, por Valle Cabral em mil oitocentos e pouco. Os primeiros poemas foram editados em 31 por Januário da Cunha Barbosa, portanto, se eu estou interessado, não em fazer uma História da Literatura Brasileira ou analisar as obras que foram feitas no Brasil, mas nessa articulação, então tem que haver um começo. Eles não estão nesse começo.

F.C.- O que é interessante é como o senhor colocou essa questão da Literatura como uma missão. Esse papel do escritor na construção da sociedade é bem iluminista, essa normatividade, esse educar o gosto.

AC.- Sem dúvida, é bem iluminista. A senhora deu a chave. Essa tendência toda nasce realmente com o Iluminismo. Porque antes,

Antonio CANDIDO

eram Belas letras, era cultura do espírito para cada grupo. Ninguém pensava em fazer daquilo um bem coletivo. Aí há um anacronismo de minha parte, porque eu posso dar a impressão, de que devia ser ignorância minha, que isso podia ter sido feito antes, quando não podia, porque está diretamente ligado ao Iluminismo. Então, o Iluminismo é fundamental para se compreender a articulação do sistema literário no Brasil. Nós nascemos à sombra do Iluminismo e os exemplos mais belos que há na cultura brasileira são os do Iluminismo. É o Areópago de Itambé em Pernambuco, é toda a atividade das Academias Finais do Rio de Janeiro, a Inconfidência Mineira. É todo o povo se levantando, todo o povo não, as classes dominantes, se levantando para dizer “já está no tempo de nós cuidarmos de nós, porque somos capazes de fazer sonetos tão bem quanto os portugueses e os franceses.”

T.A - Em várias oportunidades o senhor deixou bem claro e patente a influência que sofreu de Paulo Emílio Salles Gomes. Chegando, inclusive, a afirmar que “as preocupações políticas que me transmitiu na mocidade ainda hoje talvez continuem no centro de minhas reflexões”. Em que circunstâncias se deu o encontro entre o senhor e ele e qual a importância das reflexões desse intelectual no panorama geral da cultura brasileira?

AC.- O Paulo Emílio Salles Gomes foi para nós uma personalidade chave. Ele era um rapaz excitado, filho de uma família abastada, que eu adorava, e que fazia o que quisesse., Por exemplo, ele fundou uma revista de esquerda, em 1935, chamada **Movimento**, em que ele inventou um poeta chamada “Wagradham”. E fazia poemas péssimos, dizendo que era um poeta de origem polonesa. Ele entrevistou, não vou dar o nome, um eminente escritor brasileiro daquele tempo, daqui de São Paulo, e perguntou se conhecia e o que achava de Wagradham. E ele disse eu conheço, é muito interessante, etc. Fez a mesma pergunta a Manuel Bandeira e Manuel Bandeira disse não, nunca vi, nem sei quem , não foi na onda: pra mostrar o espírito de molecagem,

o espírito de criatividade. Paulo Emílio foi preso em 1935, na Intentona. Fugiu da cadeia em começos de 1937, com um bando. Caio Prado Junior estava lá não quis fugir. Eles fugiram. Aí ele foi embora pra Europa, ele era ligado aos comunistas daqui e lá ele se ligou com os comunistas dissidentes, se ligou com o pessoal anti-stalinista, mas não trotskista.. Ligou-se a um grupo interessantíssimo e a um homem desconhecido, que publicou sete artigos, chamado Andrea Calvi, filho de uma primeira bailarina do Ballet de São Petersburg, do tempo do Império, com um italiano. Foi amigo de Lênin, mas depois ficou horrorizado com a Rússia, abandonou o comunismo e tinha uma teoria de um socialismo livre. Pertenceu àquele grupo Giustizia e Libertà. Então o Paulo foi discípulo dele. Paulo se ligou também a um grande trotskista, o Victor Serge, ao PSOP (Parti socialiste ouvrier paysan), ele se ligou ao POUM (Partido obrero de unificación marxista), dos exilados espanhóis, enfim a toda à esquerda não conformista, à esquerda não trotskista. Ele voltou ao Brasil em 1939, o governo dera anistia, aí voltou Jorge Amado, voltou todo mundo. Paulo Emílio era um ano e pouco mais velho do que eu, tinha vinte e dois anos. Ele nos revelou um novo mundo que foi o cinema, e nos revelou uma posição de esquerda não stalinista, não trotskista, mas sem o horror do trotskismo, porque naquele tempo trotskismo era sinônimo de delinqüente e os stalinistas eram muito ignorantes, não digo os intelectuais, não sabiam nem falar, falavam troquitista. O Paulo Emílio nos levou à militância, eu tinha então vinte e quatro anos. Antes eu me considerava socialista, achava bonito, mas era inteiramente inconseqüente.

AL- Sobre sua formação, o senhor fala em Jean Maugüe e de Roger Bastide.

AC. Sou discípulo de Jean Maugüe e de Bastide. O Jean Maugüe era um tipo muito curioso, porque era um professor de filosofia que não acreditava na Universidade, achava a Universidade uma palhaçada, fazia troça dos colegas, não fez doutorado nunca. Assim

Antonio CANDIDO

que pôde, largou o ensino porque se alistou, fez a campanha pela ocupação da Alemanha, foi herói de guerra, pediu para ser diplomata. Mas foi um de nossos mestres, mestres de Brasil. Eu gosto muito de contar meu exame de Geografia com o professor Pierre Monbeig. Ele tem um livro sobre o crescimento da cidade de São Paulo, sobre o café. Eu, mocinho, era começo de 39, sentei, ele perguntou pra mim : *como se chama o vento que sopra depois das quatro da tarde no litoral sul paulista e que ajuda os pescadores a pescar?* Eu: -Não sei. - *Como é que os caboclos fazem para preparar o fumo de rolo?* - Não sei. - *A que sistema holográfico pertence aquele morro que o senhor está vendo pela janela?* - Não sei. - *Me descreva o Maciço central da França.* Aí eu: praaaaaa!... Sabia tudo, era assim que a gente aprendia naquele tempo. Aí ele disse: - *O senhor não tem vergonha de ignorar as coisas mais elementares, mais concretos do seu país, e saber o que não lhe interessa absolutamente, que é o relevo da França?*

T.A. - É verdade, como o refere Celso Lafer, num ensaio muito interessante sobre seu trabalho, que o senhor percebe a literatura como a aventura da liberdade, e a política como a ordem da igualdade?

AC.- Eu acho aquele ensaio do Celso muito percuciente, o Celso percebeu perfeitamente a minha preocupação dialética. Ele diz que todo o meu personagem está centrado em torno da ordem e da desordem, tese e antítese. Eu acho que ele tem razão, eu discuto muito com ele, ele é um liberal e eu não sou. Então ele me acusa freqüentemente, por exemplo de apoiar Cuba. Ele arranhou essa fórmula, que me parece boa: a minha aspiração maior de liberdade se encontra na Literatura, enquanto que na política eu procuro sobretudo a aventura da igualdade.

T.A.- Eu acho bom aquele artigo. A liberdade como possibilidade da diversidade dentro da igualdade.

AC.- É. O Celso é um grande talento. Foi meu aluno, ele fez uma parte do Curso de Letras. Foi o primeiro ano em que ensinei, vim de Assis e ensinei Teoria da Literatura para uma turma como nunca mais eu tive, nem teria, se recomeçasse. Nessa turma tinha Celso Lafer, Roberto Schwarz, Walnice Nogueira Galvão, Victor Knoll, Mariano Carneiro da Cunha, vosso patricio, que morreu precocemente e era um orientalista, um especialista em sânscrito e hebraico. Era uma turma fantástica, nunca tive coisa igual, os trabalhos que eles fizeram para mim, publicaram todos.

T.A- Minha última pergunta: o senhor poderia nos falar um pouco sobre dona Terezina, essa personagem que tanto o marcou, em Poços de Caldas, e que lhe transmitiu sobretudo a afetividade socialista?

AC.- D. Terezina...Preciso fazer força para falar o mais sintético possível, porque senão falo até o ano que vem. Dona Terezina era uma das pessoas a quem mais quis bem na vida. Era uma velhinha, que digo velhinha, tinha sessenta e poucos anos, velhinho sou eu... Nós a conhecemos em Poços de Caldas, em 1936, ela ficou logo amiga de minha mãe. Nós morávamos aqui nessa esquina, andávamos cem metros, virava à esquerda, ficava a casa dela. Ela ia todas as quintas-feiras jantar lá em casa e minha mãe ia todos os dias, depois do almoço, na casa dela. Todas as vezes que eu descia à cidade, passava lá, na subida e na descida. Era uma mulher fantástica, muito inteligente, muito culta, de uma vibração intelectual, uma capacidade de ódio político, tinha horror à iniquidade. E uma bondade, uma generosidade, uma coisa extraordinária.

T.A- E a afetividade socialista dela?

AC.- Ela não se conformava, por exemplo, que o socialista fosse rico e fosse socialista. O socialista é a pessoa que tem que praticar na sua vida a distribuição dos bens. Ela vivia no limiar da maior pobreza, vivia de dar aulas de italiano, francês, tricô e croché. Morava sozinha,

Antonio CANDIDO

tinha uma casa grande e alugava quarto para rapazes.. Ela dizia: “agora tem um santo aqui em casa, eu acho até que ele é meio socialista,” o maior elogio dela é que o rapaz não era namorado e era socialista. Alugava para os rapazes, e foi assim que ela sobreviveu. As pessoas em Poços de Caldas já sabiam: batiam na porta dela, pediam dinheiro, ela dava o que tinha, se tinha cinco mil réis, dava, se não tinha, dava pão, comida, coisa que o valha. No dia seguinte ela ganhava outros cinco mil réis. Então, o socialismo para ela era modo de ser, era solidariedade, camaradagem, compreensão, senso de igualdade. A minha mãe foi uma vez à casa dela, na hora do almoço, e encontrou na cozinha ela almoçando com Tio Pedrinho e D. Darcy Vargas, a mulher do presidente da República, do ditador, que ia lá fazer estação em Poços de Caldas. Dona Darcy ouvira falar nos tricôs dela, foi lá. Ela disse: *-Ah, eu ia almoçar, a senhora não quer almoçar comigo?* - *Não, não almocei, mas... - Então venha pra cozinha.* Então tinha Tio Pedrinho, Tio Pedrinho era o preto mais feio que já vi em minha vida, parecia um Quasímodo, era rachador de lenha. Tio Pedrinho entrou, ela disse: - *Tio Pedrinho, venha, lava a mão, senta aqui. Esta é a senhora do presidente da República, esse é meu amigo Pedrinho.* -*Ah, muito prazer.* A D. Darcy Vargas com Tio Pedrinho, o rachador de lenha... Para dona Terezinha a igualdade era uma religião, não tinha esse negócio de mulher do presidente não, todos os homens são iguais, e está acabado. Isso é o que ela chamava de afetividade socialista. Ela vivia de dentro a igualdade, eu aprendi muito com ela, E depois era uma pessoa que mostrava que o socialista não pode ser vaidoso, o socialista não pode ser egocêntrico, de modo que o que eu aprendi com ela foi muito essa coisa ética. Eu, quando vejo socialista pavão, fico apavorado

AL.- Bom, Professor, para finalizar, a nossa Semana, como lhe disse, discute Literatura, Sociologia e Educação. O que senhor diz para nossos estudantes e colegas da UFPE?

AC.- Eu acho que o temário desse encontro é uma combinação muito

boa, porque para nós, professores, a Literatura é algo que não pode ser apenas fruído, a Literatura é um instrumento de educação e cultura, usamos a literatura para formar os nossos estudantes, ela é um extraordinário fator de humanização. Evidentemente, para entendermos esse fator de humanização nós temos que enquadrar a Literatura e a Educação no contexto social. Portanto, os dados que a Sociologia fornece, quando eu penso em Sociologia e educação portanto, quando penso na função social da Literatura, aí a dimensão sociológica é fundamental. Contudo, todavia, que nós não queiramos concluir daí que a literatura deva ser entendida apenas através da sociologia, e que a literatura só tem valor quando tiver um valor moral ou didático. Então, até eu diria para terminar o seguinte: é preciso não esquecer que a grande função social da Literatura é o grande efeito humanizador que ela exerce, tanto pela forma quanto pela mensagem. Porque, geralmente nós pensamos que o impacto da Literatura é a mensagem. Se eu leio um romance, por exemplo, em que, vamos supor, a bondade é descrita de maneira convincente, aquele romance é um romance que procura me transmitir uma mensagem: as pessoas devem ser boas. Mas não é isso que faz o efeito fundamental da literatura, isso pode ser feito de qualquer maneira, é o modo pelo qual o escritor faz isso. Então, o importante é que a literatura estabelece em nosso espírito um reflexo da ordem que o autor escreveu. Porque o mundo, para nós, é uma espécie de caos. Literariamente, antes da Literatura o mundo é um caos, eu tenho cavalos pastando, carroças passando, marido batendo na mulher, filho tomando a benção do pai, presidente sendo derrubado, guerras. Isto é um caos tremendo, eu não entendo nada. Então preciso escolher alguma coisa disso e formalizar. Quando eu formalizo, é a formalização que humaniza. Dou como exemplo, os provérbios: água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Isso é uma formulação rigorosamente formal. São dois setissílabos com acentuação e que justamente porque são setissílabos se gravam no meu espírito e me fazem ver a importância daquela mensagem. Se eu disser, por exemplo, a pessoa que tiver uma certa tenacidade acaba sempre conseguindo

Antonio CANDIDO

o que quer, isso tem muito menos efeito do que se eu disser água mole em pedra dura..., porque eu criei uma imagem, entre no domínio da metáfora e a metáfora se torna uma experiência. Essa é a grande força social e educativa da Literatura. Por isso é que paradoxalmente, eu o digo em Literatura e Sociedade, o estudo do social deve ser feito através do formal, e não o contrário, o estudo formal através do social. Então eu faria essa última reflexão: depois de ressaltar a importância da combinação, dentro da Universidade, é preciso uma precaução teórica para impedir que nós queiramos dizer que a Literatura tem valor na medida em que ela reflete um aspecto da sociedade...Ela tem uma grande função educacional na medida em que ela é independente dela.

AL.- Professor muito gratos e mais uma vez apresentamos a homenagem da comunidade acadêmica da Universidade Federal de Pernambuco.

AC.- Eu agradeço, eu agradeço. Fico muito satisfeito, inclusive porque, quem conhece o que escrevo, sobretudo quem conhece um primeiro livro meu, um livro de ciência, O método crítico de Sílvio Romero, sabe a importância que teve para mim a Escola do Recife. A minha formação foi feita em grande parte lendo Tobias Barreto, Sílvio Romero, Clóvis Bevilacqua, Arthur Orlando, Araripe Junior, e mais do que isso, lendo os mestres deles. Eu tenho uma formação um pouco antiquada, isso é fácil de ver, não gosto de novidades, essa coisa de estruturalismo, não. Porque eu vivi no interior, numa casa de pais muito cultos, com uma excelente biblioteca. Meu pai, que era médico teve sua formação filosófica nos livros ainda da Escola do Recife. Em casa, aos treze, quatorze anos de idade, eu lia Haeckel, Buchner. A História da Ciração, de Oswald Haeckel foi um dos livros que mais li, era a Bíblia de Tobias Barreto, de Sílvio Romero. Eu lia os Princípios de Biologia, de Spencer, meu pai tinha tudo isso. Por isso, quando fui fazer tese, eu não sou formado em Letras, eu tinha que escolher um assunto que eu conhecesse bem, tinha que fazer

isso em menos de um ano, escolhi Silvio Romero. E quanto à Paraíba, eu dei um curso que me pareceu bem bolado, chamado Realidade e Irrealidade na ficção: um semestre para a Realidade, um semestre para a Irrealidade. Para a Irrealidade, eu estudei **A Demanda do Santo Graal**, romance medieval, para mostrar onde é que estava a fantasia, aquela coisa de Fantástico. Para a dimensão da realidade estudei **Fogo morto**, de José Lins do Rego, depois publiquei pedaços desse estudo. Nesse Congresso da Paraíba os meus alunos apresentaram teses sobre vários aspectos de Fogo Morto. Olívio Xavier dizia: O senhor José Lins do Rego é como o gigante Anteu. Todas as vezes que seus pés tocam na terra, ele faz grande literatura, quando saem da terra sai Eurídice, Água Mãe, e aí, não funciona.

AL.- Bem, obrigado, professor.

AC.- Agora, tesoura nisso, ouviu?

A Questão Agrária na Grande Imprensa na Campanha Eleitoral de 1994.

Netília dos ANJOS*

Introdução

O Brasil é hoje apresentado como um dos países de maior concentração de terras e de renda do mundo, sendo a questão agrária uma polêmica que divide não só opiniões como também trabalhadores e proprietários rurais em lados antagônicos, em que a violência física na disputa pela posse da terra é uma triste realidade. A representação dessas opiniões na grande imprensa pareceu-nos um tópico relevante para análise.

Tomando por base as propostas dos dois principais candidatos à presidência da República em 1994, este estudo investiga a ação de algumas estratégias de polifonia em textos jornalísticos publicados por quatro jornais brasileiros a respeito das propostas de reforma agrária desses candidatos na campanha eleitoral. Parte-se da hipótese de que a polifonia constitui-se numa forma básica de estruturação dos textos jornalísticos, e ela tanto contribui para dar verossimilhança à apresentação dos fatos quanto isenta e distancia os jornalistas/empresas da responsabilidade pelas afirmações feitas. Por outro lado, apesar do

* (Mestranda Lingüística/UFPE)

distanciamento, as estratégias utilizadas para a reprodução das declarações permitem ação e avaliação sobre o que é relatado.

Os jornais vistos neste estudo são a **Folha de S. Paulo (Folha)** e **O Estado de S. Paulo (O Estado)**, em São Paulo; **O Globo** e o **Jornal do Brasil (JB)**, no Rio de Janeiro, considerados os de maior expressão entre os impressos diários no país. As matérias publicadas nos meses de julho e agosto de 1994 sobre o tema já proposto acima formam o *corpus*.

A OPINIÃO NO JORNALISMO

Adotando classificação proposta por Melo (1994:23), pode-se dividir o jornalismo no Brasil em duas grandes categorias, o *informativo* e o *opinativo*, numa clara influência norte-americana e inglesa, que diferenciam entre “news” e “comments”. Embora se fale de objetividade jornalística, esta não passa de um mito, ou seja, tanto no jornalismo opinativo quanto no informativo há avaliação e seleção. Isto se manifesta tanto na escolha da notícia publicada quanto na escolha das palavras que possibilitam uma ou outra orientação argumentativa ao texto.

O fazer jornalístico não é aleatório e as normas que guiam esse fazer, inclusive quanto à linguagem, costumam estar formuladas em manuais de redação. Os quatro jornais vistos aqui possuem seus próprios manuais, que são vendidos em livrarias e costumam ser seguidos por outros jornais menores.

Sobre a linguagem jornalística, os manuais aconselham, por exemplo, combinar as formas padrão e coloquial da língua, evitando o uso de adjetivos, advérbios e julgamentos de valor. Quanto às declarações textuais, a recomendação é usá-las para informações “importantes”, sendo as outras apresentadas pelo próprio repórter. Através de sua linha editorial, o jornal tenta criar uma identidade própria que lhe confira também autoridade para assegurar a sua versão

dos fatos como a verdadeira.

POLIFONIA

Os meios de comunicação disputam entre si a primazia de ditar a verdade para os acontecimentos do mundo social, tentando apresentar o que se pode chamar “a melhor versão” dos fatos. A reprodução das declarações de terceiros é buscada como uma forma eficaz de afirmar/confirmar o que está sendo dito, como também uma forma de distanciar o jornalista/empresa das informações prestadas. Assim, as declarações de terceiros tanto podem ser vistas como intertextualidade, isto é, a materialidade de outros discursos no interior do discurso jornalístico como, de uma forma global, compondo o conjunto do discurso jornalístico, que se valeria dessa estratégia para se apresentar como verdadeiro.

A polifonia, como a concebeu originariamente Bakhtin (Volochinov), consiste na presença de diferentes “vozes” no texto, que “falam” de perspectivas com as quais o locutor pode se identificar ou não. Dessa forma, os fatos do mundo social que são abordados em textos jornalísticos informativos e opinativos trazem estratégias de polifonia, mostrando outras “vozes” além daquela identificada com o jornalista/empresa. São os casos do discurso direto e indireto, das aspas, da negação, da pressuposição e dos verbos no futuro do pretérito, entre muitos outros.

DISCURSO DIRETO E INDIRETO

O discurso relatado direto ou indireto (doravante DD e DI) é parte estruturante do discurso jornalístico da atualidade, seja na imprensa, televisão ou rádio. Na prática jornalística impressa, o DD assume a forma [X disse: “...”] e sua inversão [“...”, disse X], repassando assim a responsabilidade da proposição relatada ao(s) entrevistado(s). Para Maingueneau, trata-se de um modo de apresentar

uma citação e não uma garantia de objetividade. “O discurso relatado não tem existência senão através do discurso citante, que constrói como ele entende um simulacro da situação de enunciação citada” (1986:87). Na imprensa, que nisto segue tendência da língua escrita, o DD costuma ser menos usado que o DI. Além da forma já mencionada há ainda a entrevista estilo pergunta e resposta. O uso do DD é limitado pela imprensa, que recomenda evitá-lo, reservando-o para declarações “realmente importantes”.

Bakhtin, por sua vez, vê a análise como a alma do DI (1990:159), isto é, as próprias condições de elaboração do DI propiciam/forçam uma interpretação sobre o que será relatado. Assim, para ele, a análise tanto pode operar sobre o *conteúdo semântico* da enunciação quanto sobre sua *expressão*, que caracteriza não só o objeto do discurso mas também o *próprio falante* (1990:160). A imprensa, intuitivamente ou não, recomenda em seus manuais a caracterização do ambiente e a maneira em que se expressa o entrevistado, interpretando para o leitor a situação ocorrida.

No DI, as declarações dos entrevistados são introduzidas por meio do verbo de opinião [X disse que ...] e de construções adverbiais [segundo X, ...]. A nominalização e o travessão, este indicando uma espécie de diálogo complementado pelos verbos, são outras formas do DI.

Chamados de verbos de opinião por Marcuschi (1981) e Adam (1990); verbos de locução por Maingueneau (1986); verbos de comunicação por Charolles (*apud* Maingueneau, 1989) e ainda verbos *dicendi* por outros autores, esses verbos adquirem especial interesse por agirem sobre o discurso citado. Marcuschi acrescenta ainda que os verbos desempenham uma função no texto enquanto estruturam uma argumentação, o que iria além de uma posição ideológica no seu uso (cf. Marcuschi, 1981:19).

Os manuais de redação divergem entre si quanto ao uso desses verbos, mas, de modo geral, recomendam sua aplicação com critério e

parcimônia, evitando a expressão de opinião a respeito das declarações relatadas. O verbo *dizer* costuma ser o mais usado, mas *afirmar*, *declarar*, *admitir*, entre outros, também são frequentes.

As aspas são recurso frequentemente usado na redação de textos jornalísticos e aparecem tanto no DD, marcando a alteridade do discurso citado, como no DI. Neste, as aspas podem aparecer de várias formas: acompanhando os verbos de opinião, destacando palavras, expressões ou todo um enunciado, sem uma introdução aparente. Esta fica latente pela proximidade do enunciador anterior. À operação de distanciamento das palavras e expressões aspeadas, pode-se atribuir várias funções, como *ênfase*, *diferenciação*, *vulgarização*, etc (Authier, 1981, 1982). As aspas constituiriam, assim, um sinal construído para ser decifrado pelo destinatário (Maingueneau, 1989:91).

O verbo no futuro do pretérito, as nominalizações e as construções adverbiais [para, segundo, de acordo com] constituem outras estratégias utilizadas para atribuir a outrem ou ao senso comum a responsabilidade pelo que é dito. Estudos anteriores mostraram que as estratégias mais usadas são os verbos e as construções adverbiais (aparentemente neutras), acompanhados ou não de aspas.

Os três manuais consultados trazem recomendações explícitas quanto ao uso de declarações textuais. O manual de **O Estado** diz a respeito: “A reprodução de declarações textuais (entre aspas) é importante e valoriza o texto” (1990:25). Por sua vez, o manual da **Folha** observa que quanto menos usado o recurso da declaração textual, mais valor ele adquire, por isso deve ser reservado para afirmações de grande impacto ou caráter inusitado (1994:67). Segundo o manual de **O Globo**, cabe jornalista decidir sobre a importância da declaração, se ela deve ser reproduzida integralmente ou parafraseada. O jornal considera “fundamental respeitar o contexto e a intenção de quem falou” (1994:39).

O **JB** recorre bastante às locuções adverbiais, aos verbos de

opinião, às aspas e às nominalizações. O Jornal não só usa citações em DD, como também em DI, apresentando uma parafraseagem do enunciado, em que apenas algumas palavras ou expressões aparecem aspeadas, recurso não recomendado por **O Globo**, por exemplo, por considerá-lo ambíguo.

A REPRODUÇÃO DAS PROPOSTAS DE REFORMA AGRÁRIA NA IMPRENSA

De julho a agosto de 1994, quando os candidatos à presidência da República lançaram suas propostas sobre a reforma agrária, o **JB** publicou sobre o assunto cinco matérias; **O Estado**, quatro; a **Folha**, duas, e **O Globo**, apenas um artigo. De modo geral, as matérias analisadas mostram que os jornais não cumprem o que recomendam em seus manuais quanto ao emprego dos verbos, das aspas e da adjetivação.

JORNAL DO BRASIL

Das cinco matérias do **JB**, três envolviam o candidato do PT ; uma , o candidato do PSDB e outra, o do PDT, o que parece mostrar uma preferência pelas propostas petistas.

A reportagem “Lula promete reabrir casos de morte no campo” traz vários exemplos de DD, que marcam o distanciamento do jornalista, mas não desautorizam o candidato, como ocorre numa matéria da **Folha** (“Lula diz que desapropriará terras por preços abaixo do mercado”). Ex. 1:

Lula lembrou que as promessas que Cardoso apresenta em seu programa para a agricultura se contradizem com as alianças que fez: “É apenas uma peça para enganar o povo brasileiro. Como é que ele vai fazer reforma agrária se tem todos os coronéis em seu

A Questão Agrária na Grande Imprensa na Campanha Eleitoral de 1994.

palanque?”, questionou. (JB, 26/08/94, p. 4)

O uso de verbos como *afirmar, defender, acusar, questionar* - embora sejam usados também *lembrar, acenar* -, as construções adverbiais e a caracterização do ambiente, p. ex., passam uma idéia positiva, mostrando um candidato aguerrido, preocupado com a questão da terra e da violência no campo.

O único texto envolvendo o candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, mostra um candidato inicialmente seguro do seu discurso, *condenando* invasões de terra, *afirmando* ser a reforma agrária necessária, mas essa orientação muda no final do texto. Após citar reclamações dos produtores rurais, FHC é apresentado como pressionado por eles, “voltando atrás”, com a ação do verbo *admitir* sobre a sua declaração. Ex. 2:

“A reforma agrária tem que ser feita, mas é um processo que leva tempo e depende de vontade política”, afirmou o candidato. (...) “O governo não pode vender seu estoque agora, na hora da safra. O estoque tem um custo e não pode ser liquidado atabalhoadamente”, disse um dos produtores.

Após ouvir as críticas, Fernando Henrique admitiu “reconstruir o IBC com outro espírito, que não tenha o sentido protecionista”. (JB, 04/07/94, p. 3)

O GLOBO

Dos quatro jornais, **O Globo** foi o que menos publicou a respeito do assunto: apenas um artigo assinado pelo colunista Márcio Moreira Alves - “Reforma agrária PT” -, que traz em sua redação características diferentes das de textos informativos. Nesse artigo não há aspas, verbos de opinião ou locuções adverbiais, mas o autor se

distancia de algumas posições com o verbo no futuro do pretérito, pondo em dúvida a possibilidade de sua realização. Explicitamente, ele duvida da tradução do plano de reforma agrária do PT para uma linguagem televisiva em função de sua complexidade, porém o admira pela profundidade.

Contudo, apenas um artigo é insuficiente para mostrar a estratégia do jornal quanto ao assunto. Por outro lado, a pouca publicação já é um indício de que o jornal não tem tanto interesse em abordar a questão agrária brasileira. A omissão do assunto pode tornar-se a maior das negações, pois negando-se-lhe a publicação, nega-se-lhe também sua existência.

A FOLHA DE S. PAULO

A **Folha** talvez apresente o estilo de redação mais diferente, que alguns chamam de “telegráfico” por ser curto e seco, buscando um texto objetivo. Mas a distância entre o que diz o manual e o que efetivamente é aplicado fica visível nos textos políticos aqui analisados. São apenas duas matérias, uma para cada candidato, numa pretensa idéia de oportunidades iguais para ambos, mas no interior dos textos vê-se que não é assim: Fernando Henrique é apresentado de maneira positiva em relação a Lula, que fica em desvantagem. As duas matérias ocuparam espaços distintos, tendo a de Lula abordagem maior, o que não é sinal de sua valorização, pelo contrário.

Para introduzir as declarações, a **Folha** fez maior uso dos verbos e das aspas, alguns deles operando mais negativamente a Lula e de uma maneira mais distanciada ou de autoridade a FHC. Dessa forma, Fernando Henrique tem um programa de governo que *estabelece que X famílias serão assentadas* (dá idéia de certeza); *defende* a isenção tributária para insumos, máquinas agrícolas e *se compromete ainda* a enviar emendas ao Congresso Nacional. O distanciamento do jornalista se dá por meio do futuro do pretérito e da ordem inversa do enunciado, em que ele não se identifica com as promessas do candidato, talvez

por parecerem paternalista, no caso do Nordeste, ou clientelista, no caso dos exportadores. Ex. 3:

No primeiro ano, seriam irrigados 300 mil hectares, sendo que 100 mil no NE. (...) Seriam também enviadas ao Congresso emendas à Constituição propondo isenção do ICMS sobre as exportações de produtos agrícolas. (Folha, 26/08/94, Especial p. 3)

Aqui, o uso de duas aspas intercaladas com o verbo ironizar, a respeito da proposta de Lula, funciona depreciativamente sobre o candidato do PT: Ex. 4:

“O PT precisa construir um segundo pavimento no Brasil para assentar 800 mil famílias em quatro anos”, ironizou Souza. “Só se construir um jardim suspenso em todo o país”. (Folha, 26/08/94, Especial p. 3)

Na matéria sobre Lula, a **Folha** se distancia, contesta e desautoriza as declarações do candidato, postura que vai se confirmar em todo o texto, tanto pelos elementos lingüísticos quanto pelo conteúdo selecionado. A começar pela manchete “Lula diz que desapropriará terras por preços abaixo do mercado”, em que o candidato apenas “diz”, ou seja, tem sua autoridade para “afirmar” o que é apresentado questionada. O relato em estilo direto também foi um recurso recorrente no texto para mostrar a “simplicidade” e/ou despreparo de Lula através de seu linguajar, como a apresentação de sua fala em narrativa, própria das camadas mais populares, inclusive com o termo “seu Lula”. Ex. 6:

Segundo a narrativa de Lula, esse fazendeiro teria perguntado: “Seu Lula, como o senhor vai pagar as terras desapropriadas?”. O candidato teria respondido: “Vou pagar a terra pelo preço que você paga de impostos”. (Folha,

08/08/94, Especial 1)

No encerramento da matéria, o locutor-jornalista sai do seu distanciamento para - apresentando números - desacreditar a reforma agrária proposta por Lula em/para Alagoas.

Ex. 6:

O problema é que, em Alagoas, praticamente não há terras improdutivas nas mãos dos usineiros (...) Isso significa que, pelo menos naquele Estado, a promessa de palanque não vai poder ser cumprida. (Folha, 08/08/94, Especial 1)

Além disso, o termo *promessa de palanque* aparece aqui com duplo sentido: o de uma promessa feita no palanque e o daquele de “promessas vãs” (do tipo “isso é apenas promessa de palanque, não é para ser cumprida ou levada a sério”).

O ESTADO DE S. PAULO

Das quatro matérias publicadas por **O Estado**, uma foi sobre Lula e três sobre Fernando Henrique. Assim como na **Folha**, n' **O Estado** as matérias são favoráveis a FHC. Se em seu manual o jornal condena o uso abusivo dos verbos de opinião, na prática essas regras foram esquecidas. Mais ainda que nos outros jornais, **O Estado** utiliza verbos que dão autoridade à fala de FHC, que tem o poder de *condenar* ocupações de terra e *defender* os produtores rurais, numa referência à proposta petista e à atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST na invasão de terras. Além disso, há destaque para a informação de que FHC propõe reforma agrária em que não há necessidade de desapropriar terras, portanto, mantendo a estrutura de propriedades particulares já existente. Ex. 7:

Cardoso condena ocupações de terra e defende

produtores (título).

(...) Cardoso qualificou a questão agrária como “um dos mais graves problemas sociais” brasileiros, e defendeu soluções eficientes para saná-la.

(...) “Temos de respeitar as leis e solucionar o problema sem demagogia ou invasões, mas com firmeza”, afirmou. (**O Estado**, 16/07/94, p. A4)

O espaço concedido ao programa de Lula é menor e os verbos que introduzem suas opiniões as colocam no terreno da dúvida: Lula *promete* terra para 800 mil famílias, *pretende* assentá-las, *imagina* poder destinar 12 bilhões de dólares, *privilegiaria* (futuro do pretérito) pesquisa de tecnologias...Em todos esses casos, o enunciador-jornalista não se identifica com o enunciador-Lula, lançando dúvidas sobre suas propostas.

Numa outra matéria - “Programa Tucano cria polêmica com Lula”-, à acusação de Lula de que o PSDB teria plagiado seu programa de reforma agrária, o coordenador de campanha do partido *rechaça* a acusação e *ironiza* as metas petistas. A caracterização de como isso se dá (*às gargalhadas*) passa um sentido de pouco caso em relação ao PT. De uma posição de defesa marcada pelo verbo *rechaçar* ele passa a outra, com *ironizar*, em que detém o poder de avaliar e apresentar uma opinião de descrédito a respeito do adversário. Com tal procedimento, ele se nega a aceitar como sérias as propostas adversárias, refletido na redação jornalística. Ex. 8:

Candidato do PT afirma que adversário copiou suas propostas para fazer plano agrícola, mas coordenador do projeto de governo do PSDB rechaça acusação e ironiza metas petistas (subtítulo)

(...) “Não é um plágio”, afirmou Paulo Renato, às gargalhadas, aproveitando para atacar as

idéias petistas para a reforma agrária. (**O Estado**, 26/08/94, Eleições A5)

No desdobramento da matéria, as aspas em “política agrária realista e responsável” parecem marcar tanto ênfase e apoio ao dito quanto distanciamento e ironia, pois se o jornal estivesse apoiando os produtores rurais, como parecia, uma reforma agrária só poderia ser rejeitada. Nesse caso, antes apoiar FHC que Lula, já que o primeiro não pretendia desapropriar terras, como foi publicado antes pelo próprio **Estado**. Além disso, os números de assentamentos em governos anteriores - bem menores que o pretendido por Fernando Henrique -, assim como a reação positiva de um dos diretores da Sociedade Rural Brasileira completam a preferência pelo candidato. Nesse texto, o jornal transformou a opinião de um dos dirigentes e membro de uma categoria em opinião de todo um setor (agrícola), destacado no *olho* (recurso gráfico de diagramação), prática condenada nos próprios manuais. Afinal, o produtor rural falou em seu nome ou do setor?

CONCLUSÃO

Cotejando as normas dos manuais de redação sobre a introdução de declarações e sua aplicação às matérias publicadas, pode-se concluir que essas normas não são sempre cumpridas pelos jornais. No assunto observado aqui, temos a preferência de dois jornais - **O Estado** e **Folha** - pelo candidato do PSDB, tanto pelo espaço concedido, quanto pelo conteúdo selecionado e modo de apresentação. A forma de relatar as ações e as opiniões mostra um FHC com autoridade para afirmar o que dizia enquanto em relação a Lula houve distanciamento e dúvida. A análise sobre **O Globo** ficou limitada por ser omissa sobre o tema tratado. Uma omissão que pode significar conservadorismo. Já o **JB** foi o menos desfavorável à Lula ou, de outro modo, o que menos apoiou Fernando Henrique, e o único a publicar propostas de outro candidato - Leonel Brizola, que o jornal pareceu apoiar - além de Lula e FHC.

Em suma, parece clara a parcialidade no trato da informação pelos grandes jornais brasileiros, que se mostraram conservadores e atuantes na manutenção do sistema político-econômico e social vigente no Brasil. Antes de tudo, os veículos de comunicação são empresas com finalidade lucrativa que, além disso, têm o poder de lidar com informações, de dar-lhes ou não existência, via publicação. Infelizmente, a liberdade de informação é monopólio de quem participa do poder e, portanto, enviesada.

FONTES DE REFERÊNCIA:

- ADAM, Jean-Michel. 1990. **Éléments de Linguistique Textuelle**. Mardaga.
- AUTHIER, Jacqueline. 1981. *Paroles Tenués à Distance*. In **Matérialités Discursives**. Presses Universitaires de Lille.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. 1982. *Hétérogénéité Montrée et Hétérogénéité Constitutive: Éléments pour une Approche de l'Autre dans le Discours*. In **DRLAV**, 26.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). 1990. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 5a. edição. São Paulo, Hucitec.
- FOLHA DE S.PAULO. 1994. **Novo Manual da Redação**. 4a. edição. São Paulo, Folha de S. Paulo.
- LAGE, Nilson. 1990. **A Linguagem Jornalística**. São Paulo, Ática.
- MAINGUENEAU, Dominique. 1986. **Éléments de Linguistique pour le Texte Littéraire**. Paris, Bordas.
- MAINGUENEAU, Dominique. 1989. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas, Pontes.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. 1981. **A Ação dos Verbos Introdutores de Opiniões**. Datilografado. Recife, UFPE.
- MELO, José Marques. 1994. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. 2a. edição. Petrópolis, Vozes.
- O ESTADO DE S. PAULO. 1990. **Manual de Redação e**

Netília dos ANJOS

Estilo. São Paulo, O Estado
de S. Paulo.

O GLOBO. 1994. **Manual de
Redação e Estilo.** 20a.
edição. São Paulo, Globo.

O Bal Masqué das Intenções

Yaracylda FARIAS¹

Resumo:

A posição e o comportamento dos sujeitos da enunciação podem conotar o intuito de persuadir ou seduzir o interlocutor. Neste trabalho, o modo enunciativo do discurso, segundo a classificação de Patrick Charaudeau (1992), será abordado em suas diversas modalidades extraídas de revistas francesas.

PALAVRAS-CHAVE: modalidades da enunciação, alocação, elocução, delocução, publicidade, modalidade do saber, discurso reportado.

Palco de ilusões, camuflagens e manipulações, o discurso publicitário dilui, pluraliza ou explicita o “Eu”; conforme as intenções do comunicante. Na comunicação publicitária, o “EU” que fala nem sempre é o “EU” que diz, tratando-se antes de uma entidade prismática contendo em suas faces o publicitário que elaborou o texto, o fabricante que o aprovou, os actantes da ficção e as projeções do “eu” dos consumidores.

A publicidade joga com este delírio do “EU”, propondo ao indivíduo ser igual a tantos outros que desejam — ou “necessitam

¹ Universidade Federal de Pernambuco

de” — prestígio, tranquilidade, conforto, segurança, beleza, etc. Um “EU” coletivo mas ao mesmo tempo singularizado, pois, a ele foi dirigido o comercial. Segundo CHARAUDEAU (1983:118), um receptor individual, mas portador de um desejo universal, buscando as soluções já existentes. Levando-se em consideração a análise dos sujeitos da enunciação proposta por este autor (1992:578-631); é possível demonstrar como, na comunicação publicitária, a posição e o comportamento destes servem de instrumentos de persuasão.

A maneira pela qual o locutor implica o interlocutor impondo-lhe a sua opinião (ato alocutivo), como ele declara a sua posição face a sua própria opinião (ato elocutivo) ou a desvinculação do locutor e do interlocutor no ato de locução (ato delocutivo)¹ são aspectos analisados neste trabalho que reúne as reflexões da autora, após um ano de pesquisa realizada no Leitorado de Francês da UFPE. Os exemplos são dados em francês por terem sido extraídos de periódicos franceses, porém, a tradução dos mesmos aparecem nos anexos.

Blanche GRUNIG, em **Les Mots de la Publicité**, aborda o caráter vertiginoso das palavras na comunicação publicitária, mostrando seus limites e exageros. A autora detém-se ao estudo lexical de slogans, centrando suas análises nos efeitos lógicos e ilógicos das palavras. Levando-se mais adiante este estudo, seria possível observar não somente os limites e transgressões no uso das palavras, como também a camuflagem dos sujeitos do discurso publicitário.

A ausência do sujeito emissor tem o poder mágico de fazer surgir a voz do nada, do invisível ou do Criador; a sua pluralização² (a gente, todos, etc.), faz o efeito de coro, levando ao famoso adágio “vox populi vox Dei”. Estas duas estratégias, na realidade, nada têm de divino, apesar de apelarem para uma visão de mundo comunitária que levariam à idéia de perfeição e de união simbolizadas no Criador.

Na modalidade delocutiva, é possível observar esta ausência de sujeito emissor e receptor através das seguintes estratégias:

MODALIDADE DELOCUTIVA

1) Como o Mundo se Impõe?

Asserção: utilização de formas impessoais e apresentativos, indefinidos, uso de 3ª pessoa. As asserções surgem como verdade geral, sem que haja necessidade de um sujeito que testemunhe a seu favor.
Exemplos:

01) “Dans la vie, il y a de différentes étapes qui correspondent à différentes assurances.” *CNP ASSURANCES, companhia de seguros.*

(Nouvel Observateur, 1991)

02) “Le bout du temps n'existe pas pour les maîtres du temps.” *CHRONOPOST PTT, correios.*

(Nouvel Observateur, 1991)

03) “La tradition donne du temps au cognac. Les automates lui en font gagner.” *SIEMENS & REMY MARTIN, companhia eletrônica e fabricante de conhaque.*

(Nouvel Observateur, 1991)

2. O DISCURSO DE OUTROS

a) **Discurso reportado** (citado, integrado, narrativizado, evocado). O sujeito apresenta a opinião do outro de várias maneiras: autônoma, sem relação ao dizer do enunciante; totalmente integrada a este; como um toque evocador, à maneira de dizer do locutor de origem.

04) “‘Chaque matin lorsqu'à peine réveillé, je voyais ce parcours superbe devant moi’, raconte Charles.” *LATITUDES HOTELS & RESORTS,*

Hotel club.

(Nouvel Observateur, 1991)

05) “‘Il fait beau, allez viens.’ Une sonnerie, quelques mots d’une voix...” *FRANCE TELECOM, Companhia Telefônica.*

(Nouvel Observateur, 1991)

06) “Fidèle à la fameuse devise de Sir Thomas Lipton: ‘Direct from the tea garden to the tea pot.’ *LIPTON IMPERIAL RUSSIA, chá inglês.*

(Jour de France, nº 7)

Observa-se que o discurso citado é a categoria de discurso reportado mais freqüente nas publicidades analisadas.

b) Intertextualidade: relação com outros textos anteriores à enunciação, sem que o locutor do texto de origem seja citado. Apoiase num conhecimento compartilhado de mundo.

07) “A la recherche du temps perdu.” *ROLEX MONTRE, relógio.*

(Le Point, 1990)

- relação com o texto literário: título da obra de Proust.

08) “Avant 500 ans quand Columb est parti...” *CROATIA LINE, transportadora marítima.*

(Paris Match, 1992)

- relação com o texto histórico: descobrimento da América.

09) “Kapitain Kendall est super-héros à Miami et comme tous les super-héros il possède une super-

voiture.” *TOYOTA KAPITAIN KENDALL, automóvel.*

(Nouvel Observateur, 1991)

- relação com histórias em quadrinho: Super-homem.

10) “Brillant, palpitant. Un très grand Thriller. Ce ‘silence’ est d’or.” *LE SILENCE DES AGNEAUX, filme O silêncio dos inocentes.*

(Nouvel Observateur, 1991)

- relação com o provérbio ‘la parole est d’argent le silence est d’or’ (falar vale prata mas calar vale ouro), e alusão, sem dúvida ao filme ‘Le silence d’or’, de René Clair.

11) “Extrait du décret du 12 octobre 1945.” *PINEAU DES CHARENTES, bebida.* (Nouvel Observateur, 1991)

- relação com o discurso jurídico.

ALOCUTIVA

Uma outra estratégia discursiva é a que visa engajar rapidamente o interlocutor no ato de locução. Esta modalidade (alocutiva) é de todas a mais polêmica, segundo afirma Charaudeau (1983:60), porque contém a marca explícita do interlocutor (TU destinatário) e, como todo procedimento linguageiro que implica um “TU”, é ao mesmo tempo reveladora da atitude do sujeito enunciante³. Mas o enunciador é também, por sua vez, polêmico, visto que ele engloba enunciadores e comunicantes.

Na tentativa de implicar o interlocutor, o locutor pode tanto demonstrar superioridade, julgando, advertindo, autorizando, interpelando, aconselhando, sugerindo e/ou ordenando (são as

modalidades alocutivas do fazer agir); como fazer apelo à “superioridade” do interlocutor, usando este recurso apenas como estratégia através de um pedido ou uma pergunta (modalidades do fazer dizer).

MODALIDADES DO FAZER AGIR:

Na modalidade do fazer agir (ver Charaudeau, 1992:579-598), a superioridade do locutor aparece em casos onde ele figura como o bom doador ou conselheiro que adverte, que indica o produto, ou como chefe que ordena algo ao interlocutor. Nos exemplos abaixo, a ordem é atenuada, e o locutor assume ares de pai protetor preocupado com o bem estar do interlocutor, aconselhando, advertindo:

(12) “**Il faut** le savoir: l’apparence de **votre** peau dépend de sa réaction à la lumière.” *CLINIQUE, cosméticos*. (grifos nossos)

• Passagem do delocutivo ao elocutivo.
(Jour de France, 26)

(13) “Installez-vous en face du volant ... attachez-vous bien ... Sortez et admirez. Alors, surtout ne laissez pas la clé entre n’importe quelles mains.” *MINI COOPER, automóvel*.

(Nouvel Observateur, 49)

(14) “Ne Laissez pas le frileux mois de novembre mettre votre baromètre à zéro.” *LIERAC, cosméticos*.

(Jour de France, 50)

Ou como o amigo experiente que sugere, propõe, encoraja:

(15) “Demandez conseil à votre pharmacien.” *DERMO PAIN, sabonete medicinal*.

O Bal Masqué das Intenções

(Jour de France, 180)

(16) “Avec les portes Kazed, vous êtes sur d’offrir à votre intérieur la solution rangement haute qualité (...) Alors, maintenant ... place aux idées. N’hésitez pas à demander le nouveau catalogue Kazed.” *KAZED, portas.*

(Jour de France, 174)

Neste último exemplo, o encorajamento de “n’hésitez pas” soa como uma autorização para agir.

Na modalidade injuntiva, típica do fazer agir, há o “EU” que sabe ou pode mais que o “TU” e por isso se permite dar ordens diretas. Nos exemplos abaixo, a autoridade é clara e o tom injuntivo:

(17) “Collez la photo de votre fille ici.” *TISSIA, roupas infantis.*

(Jour de France, 12)

(18) “Allez les voir ou tapez 3615.” *FNAIM, imobiliária.*

(Jaer de France, 12)

(19) “Dérisez-vous!” *CLINIQUE, cosméticos.*

(Nouvel Observateur, 59)

Mas o locutor pode também autorizar, proibir, ou julgar. Note-se que, na maioria das publicidades estudadas, as modalidades alocutivas mais frequentes foram sugestão ou proposição, o conselho, a advertência e a injunção, ao passo que a autorização e a interdição são menos frequentes ou não ocorrentes. O julgamento pode conter a

simples avaliação da situação ou incluir uma crítica ou um elogio:

(20) “Particuliers: parce que vous avez besoin de conseils personnel pour cultiver votre capital et réaliser vos projets (...) Une banque spécialiste de l’Ile-de-France, c’est capital.” *CREDIT AGRICOLE DE L’ILE DE FRANCE*, banco.
(grifos nossos)

(Nouvel Observateur, 59)

(21) “Si vous n’aimez pas, c’est que vous n’aimez pas les fruits.” *DEL MONTE*, suco de frutas em conserva.

(Nouvel Observateur, 78)

MODALIDADES DO FAZER DIZER

O enunciante pode camuflar sua autoridade ausentando-se, fingindo um “não saber” para requisitar a opinião do interlocutor. A solicitação é feita sobre os seguintes tipos de informação: de qualidade, de quantidade, de confirmação de um ponto de vista, de identificação de um agente. Mas, obviamente, o interlocutor não responderá por estar ausente, e, generosamente, o locutor oferece-lhe os argumentos para sua resposta, pedindo cumplicidade do interlocutor de maneira velada. Locutor e interlocutor podem vir ocultos na pergunta, mas aparecem explicitamente em outro enunciado da publicidade. Observa-se que “on”, amálgama de todos os sujeitos, opera a magia do apagamento e da ressurreição simultânea de “EU” e “TU”. Há um breve deslizamento do alocutivo para o delocutivo que confunde os leitores quanto à identificação dos sujeitos implicados, mascarando mais uma vez a intenção do enunciante.

a) O locutor finge não saber e requisita o “saber” do interlocutor. A resposta vem em forma de imagem do produto ou seu logotipo.

(22) “Mais qu’est-ce qui est bon tous les jours?”
FINDUS, alimentos congelados.

(Jour de France, 82)

(23) “Combien de fois?” 1000, *JEAN PATOU,*
perfume.

(Jour de France, 5)

b) O locutor solicita a cumplicidade do interlocutor. Pedido de aquiescência de um ponto de vista de que é do locutor.

(24) “Collez la photo de votre fille ici. Collez la photo de votre fille ici. Franchement, a-t-on vu des enfants aussi mignons?” *TISSIA, roupas infantis.*

(Jour de France, 12)

c) O enunciante simula o diálogo, onde locutor e interlocutor não são identificados (a estes aparece associada, às vezes, a fotografia de um personagem). O personagem-interlocutor responde a favor do produto. Raramente o locutor “pede” algo material ao interlocutor (consumidor) posto que na situação de comunicação da publicidade o consumidor é por excelência o receptor ou beneficiário e não o doador⁴.

(25) “Vos additifs pour le carburant spatial, c’est vraiment indispensable? – Oui, surtout si on a envie de décoller.” *ELF AQUITAINE, companhia petrolífera.*

(Nouvel Observateur, 13)

ELOCUTIVA

Completando a série de estratégias citadas acima, a modalidade elocutiva consiste justamente em restabelecer o sujeito único, senhor da sua enunciação, “ser de carne e osso”, humano como qualquer

consumidor! Este enunciador busca a projeção do “EU” do seu interlocutor, dos seus sonhos e desejos, apoiando-se em estereótipos. Camaleão por excelência, ora é a “mulher fatal” que representa o ideal de muitas mulheres, e com a qual sonha a maioria dos homens, que apresenta o produto ao leitor; ora é a dona de casa, delicada e capaz, verdadeira “Rainha do lar” que por sua vez representa o ideal de outros homens e mulheres. Estes são apenas dois dos inúmeros exemplos que poderiam facilmente ser dados para ilustrar a questão.

Enquanto “TU” é sempre convocado a agir ou dizer nas publicidades, o “EU” pouco se manifesta e quando isto acontece, o fato se dá por mais um efeito de máscara. Em geral, o “EU” explícito é o de um actante (o herói) que na publicidade dá seu testemunho de mundo, conta sua aventura e, por vezes, revela seus sentimentos, anseios, etc. Na maioria dos casos, o “EU” se esconde por trás do “TU”. Dirigindo sua enunciação ao interlocutor, o locutor dá sua opinião, avalia criticando ou elogiando algo ou alguém.

(26) “Particuliers: parce que vous avez besoin de conseils personnel pour cultiver votre capital et réaliser vos projets (...) Une banque spécialiste de l’Ile-de-France, c’est capital.” *CREDIT AGRICOLE DE L’ILE DE FRANCE, banco.*
(grifos nossos)

(Nouvel Observateur, 59)

O ato elocutivo aparece sobretudo nas modalidades da opinião, da apreciação, da revelação, da decisão e da constatação, quer seja numa frase declarativa, dando seu ponto de vista sobre o mundo (modo argumentativo e narrativo), quer seja pequenas histórias (modo narrativo)⁵ onde o herói revela o seu segredo, declara o seu saber ao interlocutor que deverá lucrar com a experiência do locutor-personagem.

O Bal Masqué das Intenções

Nos exemplos abaixo, os pontos de vista aparecem na primeira pessoa do singular ou do plural:

(27) “En passant par la FNAIM, je sais que mes biens sont gérés avec des yeux de lynx.” *FNAIM, imobiliária.*

(Nouvel Observateur, 59)

(28) “J’ai découvert que cette année ...” *FOIRE DE PARIS, grande feira de Paris.*

(Nouvel Observateur, 59)

(29) “Mêmes nos étiquettes sont plus douce.” *CARRE BLANC, roupas infantis.*

(Nouvel Observateur, 1990)

(30) “Je tiens à vous dire combien je suis satisfait de l’achat d’une Toyota.” *TOYOTA, automóvel.*

(Nouvel Observateur, 1990)

Os pequenos relatos de locutor-personagem são narrados tanto na primeira pessoa do singular quanto do plural:

(31) “Des voitures d’exception, j’en ai aimées (...) Aujourd’hui ... je n’ai pas renoncé à mes amours mécaniques. Je vais avoir une NSX.” *NSX HONDA, automóvel.*

(Nouvel Observateur, 1990)

(32) “Nous sommes pour quelque chose dans votre joie.” *EDF-GDF, companhia de eletricidade e gás da França.* (Nouvel Observateur, 1990)

Yaracylda FARIAS

Fugindo aos modelos de ponto de vista acima tratados, há publicidade onde o locutor-personagem estabelece uma cumplicidade com o leitor, apenas revelando-lhe o seu querer, sem todavia implicá-lo no seu ato. O interlocutor é tomado como confidente ou testemunha.

(33) “J’ aimerais bien jeter un coup d’œil sur ses secrets!” *LOUISE FONTAINE, bolsas para mulheres.*

(Jour de France, 80)

REFLEXÕES FINAIS

A busca de afirmação dos indivíduos na sociedade atual confronta-se, por um lado, com a necessidade de socialização e de fortalecimento em grupos de interesses comuns, e por outro lado, com o desejo de ser único e especial. O homem moderno necessita se destacar no universo de competições mas ao mesmo tempo clama pelo seu semelhante, fortalecendo-se em grupos que o apoiam. A publicidade reaviva estes conflitos posto que no seu circuito de fala, entre “EU” comunicante (produtor), “EU” enunciador (publicitário) e “TU” interpretante (consumidor) há um mundo de interesses não compartilhados em jogo.

As máscaras dos sujeitos na comunicação publicitária parecem não ter limites. Como na literatura, os pontos de vista são variados, homodiegese e heterodiegese⁶ são recursos freqüentemente usados fazendo surgir um narrador-Deus, que tudo sabe, tudo vê (enunciação delocutiva) mas não se identifica ou um sujeito testemunhal que comunica com o consumidor potencial (enunciador).

NOTAS :

1. A opinião expressa existe por si só, impondo-se aos interlocutores através do seu modo de dizer.

O Bal Masqué das Intenções

2. Entende-se por pluralização o surgimento de vários locutores implicados na opinião, resultando numa identificação do sujeito emissor que representa um amálgama de “EU”, “TU” e “ELES”.

3. “Eu diz algo sobre a relação “EU-TU”, eles estão envolvidos diretamente um com o outro; “EU” diz algo sobre “TU”, ao qual é imposto um universo de discurso que pertence ao “EU”, compelindo-o a agir. “EU” diz algo sobre o “EU” enunciante, revelando sua posição de autoridade sobre “TU”.

4. De acordo com o esquema narrativo de GREIMAS em *Sémantique Structurale*, 1966:172-191.

Ver também Charaudeau, 1983: 122-23 “L’organisation narrative” e pp. 72-76,

L’appareil narratif’.

5. Há também relatos narrados no modo delocutivo, enfatizando a 3ª pessoa do verbo. Nestes casos a sedução é feita com a própria história contada buscando o envolvimento emocional do leitor com o que é contado. Aqui, não se trata de ponto de vista mas sim de testemunho de mundo (modo delocutivo).

6. Sobre a posição do narrador, conferir Patillon: 1979, e Genette: 1976.

ANEXO 1

TRADUÇÃO DOS EXEMPLOS

(01) “Na vida, há diferentes etapas que correspondem a diferentes seguros.”

(02) “O limite de tempo não existe para os mestres do tempo.”

- (03) “A tradição exige tempo para o conhaque. Os robôs lhe fazem ganhar.”
- (04) “‘Cada manhã, assim que acordava, eu via este percurso magnífico diante de mim’, conta Charles.”
- (05) “‘O tempo está bom, vamos, venha aqui.’ Uma companhia de telefone algumas palavras de uma voz....”
- (06) “Fiel à famosa divisa de Sir Thomas Lipton: ‘Direct from the tea garden to the tea pot.’”
- (07) “A la recherche du temps perdu.” (Título da obra de Proust “Em busca do tempo perdido”).
- (08) “Há 500 anos atrás, quando Columb partiu (...).”
- (09) “‘Capitão Kendall é super-herói em Miami e como todos os super-heróis ele possui um super-carro.’”
- (10) “Brilhante, palpitante. Um grande suspense. **Este ‘silêncio’ é de ouro.**” “O Silêncio dos Inocentes.”
- (11) “Portaria de decreto de 12 de outubro de 1945.”
- (12) “É preciso saber: a aparência de sua pele depende de sua reação à luz.”
- (13) “Instale-se em frente do volante ... aperte bem o cinto... Saia e contemple. Mas, sobretudo, não deixe a chave nas mãos de qualquer um.”
- (14) “Não deixe o friento mês de novembro pôr seu barômetro de beleza a zero.”
- (15) “Peça um conselho a seu farmacêutico.”
- (16) “Com as portas Kazed, você está seguro de oferecer ao seu interior a solução para decoração de alta qualidade (...). Então, agora... asas à imaginação. Não hesite em pedir o novo catálogo Kazed que lhe será enviado gratuitamente.”

O Bal Masqué das Intenções

- (17) “Cole a foto de sua filha aqui.”
- (18) “Vá ver ou disque 3615.”
- (19) “Desenrugue-se!”
- (20) “Particulares: porque vocês necessitam de conselhos pessoais para cultivar seu capital e realizar seus projetos (...). Um banco especialista da l’Ile-de-France, é capital.”
- (21) “Se você não gostar, é que você não gosta de frutos.”
- (22) “Mas o que é que está bom todos os dias?”
- (23) “Quantas vezes?”
- (24) “Cole a foto de sua filha aqui. Cole a foto de sua filha aqui. Francamente, já se viu crianças tão fofinhas?”
- (25) “Seus aditivos para o carburante espacial, é realmente indispensável? – Sim, sobretudo se se tem vontade de decolar.”
- (26) “Particulares: porque vocês necessitam de conselhos pessoais para cultivar seu capital e realizar seus projetos (...). Um banco **especialista** da l’Ile-de-France, **é capital.**”
- (27) “Passando pela FNAIM, eu sei que meus bens são gerenciados com olhos de lince.”
- (28) “Eu descobri que este ano...”
- (29) “Mesmo nossas etiquetas são suaves.”
- (30) “Faço questão de lhe dizer o quanto eu estou satisfeito com a compra de um Toyota.”
- (31) “De carros excepcionais, eu gostei (...). Hoje ... eu não renunciei aos meus amores mecânicos. eu vou ter um NSX.”
- (32) “Nós fizemos algo de certa maneira para sua felicidade.”
- (33) “Eu bem que gostaria de dar uma olhada nos seus segredos.”

BIBLIOGRÁFIA

- CHARAUDEAU, P. **Langage et discours. Éléments de Sémiolinguistique (Théorie et pratique)**, Paris:Hachette, 1983.
-
- _____ **Grammaire du sens et de la textualité.** Paris:Hachette-Education, 1992
- GREIMAS, Algirdas julien. **Sémantique Structurale.** Paris: Larousse, 1966. 262p..
- GRUNIG, B. **Les mots de la Publicité.** Paris:Presses du CNRS, 1990.
- VION, R. "Hétérogénéité énonciative et space interactif" in: **L'esprit de société**, dirigido por Anne Decrosse, Coleção Philosophie et langage, Paris:Margada, 1993.
- PATILLON, M. **Précis d'analyse littéraire**, Paris:Nathan, 1979.
- GENETTE, G. **Figures III**, Paris:Seuil, 1972

Da Lingüística Histórica à Terminologia

Enilde FAULSTICH*

Conferência-aula apresentada no Centro de Artes e Comunicação, Departamento de Letras, da Universidade Federal de Pernambuco, promovida pelo Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística, em 21 de maio de 1997

0. Introdução

O tema desta conferência baseia-se nos pressupostos de que a terminologia tem origem e evolução desde o momento em que as línguas são organizadas em gramáticas e dicionários. Para abreviar a viagem pelos séculos, traçamos por meta o percurso da terminologia - da diacronia à sincronia -, como se segue.

Por tratar-se de assunto tão abrangente e de título - por que não dizer - pretencioso: *Da lingüística histórica à terminologia*, propomo-nos:

- i) a rever na *Gramática da Lingoagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira, do ano de 1553, as passagens em que o gramático assinala a diversidade vocabular e, por

* Professora do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula (LIV/UnB); é responsável pela Linha de Pesquisa em Léxico e Terminologia.

consequência, a existência de terminologias na fala de profissionais, assim como a variação de registros no tempo e no espaço geográfico da sua época;

- ii) a observar como num corpus textual específico - receitas de culinária do séc. XV - a terminologia relacionada a temperos se manteve com variantes, ou mudou, tanto do ponto de vista conceitual, quanto do ponto de vista da estrutura lingüística;
- iii) a abordar o moderno enfoque da terminologia e sua interpretação social;
- iv) a apresentar, por último, a) algumas tendências da pesquisa em terminologia na contemporaneidade e b) o trabalho de pesquisa socioterminológico que se faz no LIV/UnB.

1. A visão moderna de Fernão de Oliveira

A biografia de Fernão de Oliveira, transcrita no fim da sua Gramática, revela que ele fora navegador e o único escritor de arquitetura naval do seu tempo e do seu país, fato comprovado na obra *Arte da guerra do mar*, e publicada em 1555 (data da impressão). O conteúdo divide-se em duas partes. Na primeira, com 15 capítulos, ele trata da *intenção e apercebimento* da guerra do mar, e na segunda trata das *frotas armadas, & das batalhas marítimas, & seus ardijs*, em também 15 capítulos.

As terminologias das artes e das ciências da primeira metade do século XVI, em Portugal, foram objeto de estudo e deram lugar a sistematizações próximas de um tratamento lexicográfico. Nesse panorama insere-se o vocabulário náutico, amplamente documentado na obra de Fernão de Oliveira, ao qual ele parece ter dedicado um

especial cuidado, principalmente à recolha e ao tratamento lexical dessa terminologia (cf. Verdelho, 1995:403).

Mais do que discorrer sobre a terminologia náutica de Oliveira, interessa-nos, para os fins desta conferência, retomar os prenúncios que o gramático faz na *Lingoagem* acerca da interpretação lingüística da terminologia. Vejamos o excerto transcrito¹ das páginas 79/80:

as dições usadas são as que todos falam e entendem e que são próprias do nosso tempo e terra e quem não as usa fica fora do tom e da música dos nossos homens de agora. Algumas destas ficarão que nem mesmo saberemos sua origem; mas, em geral, sabemos que a algumas chamaremos usadas - antigas - e muitas outras chegam - as novas -, mas, por serem muito usadas, já não se fazem diferenças entre elas. Porém todas elas ou são gerais como pão e vinho ou são particulares. Esta particularidade ou se faz entre ofícios e tratos, como os cavaleiros que têm alguns vocábulos, e os lavradores outros, e os cortesãos outros, e os religiosos outros, e os mecânicos outros, e os mercadores outros. Ou também se faz em terras esta particularidade porque os da Beira têm umas falas e os de Alentejo outras e os homens de Estremadura são diferentes dos de entre Douro e Minho, porque assim como os tempos também as terras criam diversas condições e conceitos. E o velho tem o entender mais firme e suas falas têm mais peso porque sabem mais do que os mancebos que têm a fala mais leve. [...] Os gramáticos zombam dos lógicos; os sumulistas apupam os retóricos, e assim todos os outros. O defeito não sei qual é e nem mesmo sabendo se é defeito, eu julgo ser dos homens e não da língua. E para que

¹A transcrição do excerto, com a ortografia contemporânea, é de nossa responsabilidade.

Enilde FAULSTICH

possamos fugir destas e doutras culpas em qualquer língua, e muito mais na nossa, saibamos que a primeira e principal virtude da língua é ser clara e que todos a possam entender e para ser bem entendida há de ser a mais acostumada entre as melhores dela e os melhores da língua são os que mais lerão e virão e viverão continuando mais entre os primores sisudos e assentados e não amigos de muita mudança.

Neste trecho, Oliveira sistematiza, ainda que de forma imprecisa, categorias léxico-terminológicas que nos permitem reconstituir um quadro conceptual. Assim, as palavras podem classificar-se como as que estão no *uso contemporâneo*, as que são *antigas* (os arcaísmos) - e as que *entram na língua* (os neologismos). Podem ser *gerais* (pertencentes ao léxico geral da língua) e *particulares* (as que pertencem às linguagens de especialidade).

Para discernir o vocabulário existente nas diversas áreas de especialidade, Oliveira elege os ofícios e tratos e, dentro destas, enumera subáreas, representadas, no seu texto, pelos especialistas das respectivas profissões, como cavaleiros, lavradores, cortesãos, religiosos, mecânicos e mercadores, tendo cada um destes alguns vocábulos próprios. Eis a sensibilidade terminológica de Oliveira depurada numa visão pragmática tão avançada para sua época, quando percebe que na língua há uma camada de variação própria das diversas áreas sócio-profissionais.

Aponta também mais dois níveis de variação, a geográfica, quando se refere aos falares diferentes dos homens da Estremadura, de Alentejo, do Douro e do Minho, e a variação diacrônica, ao referir-se aos dois extremos de falares dos homens mais velhos e dos mais jovens. E completa seu pensamento com uma postura extremamente moderna quando reconhece que a língua não tem defeitos, e, se estes existirem, devem ser dos homens.

Oliveira utiliza três expressões para designar **palavra**: *dição*, *vocabulo* e *palavra*. Declara que tudo quer dizer uma coisa. Assim, palavra é voz que significa *cousa ou auto ou modo*: coisa como artigo e nome, auto como verbo e modo como qualquer outra parte da oração. Mais adiante, afirma que autos e modos significam partes da oração. No decorrer de sua obra, o gramático abandona a expressão “palavra” em favor de “dição” cujo significado etimológico está muito mais próximo da fala do que da escrita. Oliveira foi, antes de tudo, um observador da fala, base de sua gramática, dedicada quase que inteiramente à fonética. Convém observar que a oralização era o método de ensino preferido porque ajudava o aluno a fixar e a usar com prontidão o vocabulário dos discursos retórico, jurídico e científico. Este fato vai ter forte repercussão no estilo pedagógico dos dicionários da Renascença.

A palavra, por sua vez, sempre instigou curiosos que, na tentativa de estabelecer um mosaico lingüístico, ainda muito decalcado no latim como interlíngua, redigiram textos pré-dicionarísticos, metalingüísticos e transnacionais que antecipam a moderna lexicografia, cuja eclosão se dá só no fim do século XVIII. Porém, com a obliteração do latim, as línguas nacionais decorrentes precisavam fixar a escolarização, o que intensificou a produção de gramáticas e de dicionários. Estes, rudimentares na sua descrição lingüística, eram do tipo enciclopédico, escolásticos, nomenclaturais, índices de concordâncias e sob a forma de glossários que listavam palavras monolíngues ou bilíngues. De uma forma ou de outra, tais repertórios constituem material precioso para a lexicografia, principalmente, a portuguesa que se inicia somente na segunda metade do século XVI.

Na Idade Média, surgem as enciclopédias e com elas a primeira definição de palavra, que era vista sob três pontos de vista: como forma gramatical, como elemento histórico, como portadora de sentido (cf. Fávero, 1996:144).

As enciclopédias medievais e os textos de tipo enciclopédicos apresentavam enorme espaço de transparência semântica, conforme afirma Verdelho (p. 142), pois na ausência de dicionários, competia a estes documentos estabelecer a inter-relação entre estruturas lexicais, criar uma massa metalingüística lexical que possibilitasse a alfabetação, a estruturação de domínios semânticos, a sinonímia, a seriação do vocabulário. A alfabetação foi um fato inovador na lexicografia da época e passou a fazer parte dos hábitos e da metodologia para redação de dicionários; a sinonímia se confundia com a polissemia ou com o alargamento de significação e os vocabulários, ainda de natureza latina, podiam ser reconhecidos como os primeiros dicionários da história de todas as línguas. De fato, foram as enciclopédias e os textos enciclopédicos que serviram de massa crítica para os renascentistas que puderam usar, criticar e reformular a metodologia.

A lexicografia toma impulso no Renascimento, já com o auxílio da tipografia e, por isso, com novas condições de fabricação e de divulgação do texto. Surge a denominação DICIONARIUM (em oposição à gramática), e a lexicografia ganha espaço como disciplina autônoma, depois de esclarecer seus objetivos e definir sua imagem de texto de referência. Até então, dentre os diversos tipos de dicionários que figuravam na literatura lexicográfica portuguesa, destacavam-se os vocabulários práticos plurilíngues e intervernaculares a serviço da comunicação, nas relações comerciais e políticas, alheios a qualquer preocupação literária. A esse propósito, observa Verdelho (p.218) que, no período renascentista, surgem outras obras do tipo lexicográfico, motivadas pelos saberes científicos ou pela organização e sistematização do conhecimento das coisas, das pessoas e dos lugares e não expressamente orientadas pela informação lingüística. São obras de tipo enciclopédico, ou dicionários de coisas e nomes próprios. Malgrado o ar negativo para a aceitação desse tipo de obra como lexicográfica, reconhecia-se que era possível aproveitar as técnicas

de sistematização, com objetivos declaradamente translingüísticos, porque elas deixavam um rastro semântico e uma experiência metalingüística que poderiam ser reinvestidos nos dicionários de língua.

Até então, as recolhas terminológicas eram consideradas pré-lexicográficas e, ao mesmo tempo, pré-lingüísticas, embora muitos dos trabalhos feitos fossem exemplares testemunhos do desenvolvimento científico da época.

Cabe aqui uma pequena observação a propósito da denominação dicionário em oposição à gramática. O sentido de oposição é muito mais de transitividade complementária entre dois tipos de recorte lingüístico, o da sistematização lexical e o outro da sistematização gramatical, do que aquele que ainda hoje é admitido, o de que o léxico não faz parte da gramática da língua. Possivelmente esta confusão tenha surgido da necessidade puramente metodológica de dividirem-se os sistemas lingüísticos nas duas partes. Não existe língua sem gramática e sem dicionário (léxico) e não existe gramática de língua sem dicionário; não existe dicionário sem a gramática da língua a qual ele descreve e sistematiza². Como é sabido, todo falante possui, na sua competência lingüística, uma gramática necessária à comunicação e esta gramática compreende todos os elementos de uma dada língua, isto é, os saberes lingüísticos abstratos.

Para Auroux (1992)³, a gramatização das línguas passa por dois processos básicos, como sintetizamos a seguir:

² A confusão entre a identidade da gramática e do dicionário, parece-me surgir do alheamento de que o léxico está dentro da gramática da língua, portanto, que é parte integrante de um sistema; para fins de descrição, estes dois elementos virtuais, organizam-se em obras com denominações distintas.

³ Sugiro a leitura do livro de Sylvain Auroux: *A revolução tecnológica da gramatização*, especialmente o cap. III, no qual se encontra o conteúdo de base da síntese que apresentamos.

Por gramatização⁴ deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário.

A gramatização pelos europeus supõe a alfabetização, isto é, majoritariamente, a transcrição de uma língua em caracteres latinos. [...] O conceito de letra desempenha, entre outras coisas, o papel do conceito de fonema (que só aparecerá no fim do século XIX).

Uma gramática contém (pelo menos): a. uma categorização das unidades; b. exemplos; c. regras mais ou menos explícitas para construir enunciados (os exemplos escolhidos podem tomar seu lugar). [...] A categorização das unidades supõe duas coisas: termos teóricos e uma fragmentação da cadeia falada. São essencialmente as partes do discurso, suas definições e propriedades, que fazem as vezes de termos teóricos. [...] Toda gramática equivale pois a um corpus (mais ou menos explícito) de afirmações suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas. É por aí que ela é uma descrição lingüística.

Os dicionários - no sentido em que os entendemos hoje - não faziam parte da tradição lingüística inicial. Para nós, com efeito, uma gramática dá procedimentos gerais para engendrar/decompor enunciados, enquanto o dicionário fornece os itens que se trata de arranjar/interpretar segundo este procedimento.

⁴ “Esta palavra corresponde a um neologismo, sobre o modelo que deu “alfabetização”. Carvalhão Buesco (1983) utilizou em português um neologismo semântico que correspondia ao francês “grammaticalisation” (o trabalho de gramaticalização das línguas exóticas que os portugueses encontraram). Esta última palavra sendo já usada pelos lingüistas para designar a fixação de um procedimento discursivo na gramática de uma língua, pensamos que fica mais claro utilizar uma nova palavra.” [Nota de Auroux, pág. 95]

caldo em q o coelho foy cozido por syma e po
loam en huãs brazas a cozer e entaõ como fer
uer tomaraõ m^a duzia douos e batidos crara

445

e gema deytarlhos es por syma emtaõ toma
res hun bacio darame emborcaloes en syma
cõ huãs poucas de brasas no cu do bacio por
q fyquem corados.⁶

Este texto faz parte de um conjunto de 26 receitas do *Cadernno dos magares de carne*, transcritos no livro **Um tratado da cozinha portuguesa do século XV**. Comentaremos sucintamente a terminologia de **tempero** no que diz respeito aos conceitos, aos significados e à mudança ocorrida no tempo e no espaço luso-brasileiro. O conjunto terminológico que nos interessa é: *adubo, cheiros, crauo, asafram, salsa, coentr^o, ortelam, sebola*.

Comentários:

Adubo. Este termo ocorre 12 vezes nas 26 receitas. *Adubo* é o hiperônimo de *crauo* e *acafrão*, que aparecem na receita em estudo, além de outros que pertencem ao mesmo conjunto, como *pimenta* e *cominho*, temperos considerados “secos”. No *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (DELP), aparece registrado o emprego do termo *adubo* no século XVI, com a acepção de «*adubo* ou *salsa* e condimento amplamente usada como *tempero* de sabor característico e estimulante do apetite, ou como *guarnição* de certos pratos»

Coentro. O DELP explica o étimo do termo, mas não diz nada a respeito do significado que o relacione a *tempero*. O NDA, no

⁶ Por dificuldade de registrar os símbolos “til sobre a letra e” (no título e nas linhas 433, 434, 435, 444 e 447) utilizamos “en” para validar o texto, da mesma forma registramos o “q sem o til” (nas linhas 436, 439, 443 e 449) e o “u sem o til” (na linha 447).

meio do texto da acepção em que descreve a planta, diz que a «folha, usada como condimento, exala odor característico», remete ao Sin., bras. MA cheiro e Cf. cheiros 2. Este termo apresenta vacilação gráfica no conjunto das 26 receitas: *coentro*, *coentro*⁷ e *coentr*^o.

Os temperos hortelã e cebola não se incluem nos grupos citados acima.

Hortelã. Não aparece descrito no DELP como tempero, tampouco no NDA. Apresenta na *receita do coelho...* a grafia *ortelam* e, considerando as 26 receitas, aparece também a grafia *ortellã*.

Cebola. O DELP não faz qualquer referência a cebola como tempero. Depois de descrever a cebola como erva bulbosa alimentar e de apresentar suas características, o NDA acrescenta «usada como condimento». Na *receita do coelho...* aparece o registro *sebola*; também ocorre *cebola*, em outras receitas.

3. A virada: motivação para o surgimento de terminologias

Com a Revolução Científica do século XVII e a Revolução Industrial do século XVIII, aparecem os desenhos, os esquemas, as figuras que procuram traduzir com mais propriedade o significado das palavras. Então, as palavras ganham novo estatuto - o de *termos* - que passam a denominar a *tecnologia* decorrente da invenção da máquina a vapor, que provoca a industrialização do mundo e no mundo.

O progresso científico propiciou, por um lado, prodigiosas invenções técnicas, tais como o automóvel, o rádio, a projeção cinematográfica, a aviação e, por outro, o desenvolvimento da medicina e ciências afins quando, então, descobrem-se as bactérias e a bacteriologia, o bacilo da tuberculose, os raios X, as vitaminas, os

⁷ A grafia original é “til sobre o e”.

diferentes tipos de sangue, a composição e estrutura microscópica dos tecidos orgânicos etc. Por via de consequência, surgiram os “termos” que denominavam estas “coisas” e que reconceituavam o mundo moderno. Os novos conceitos científicos e técnicos precisavam ser resumidos numa expressão **denominadora** (termo) para que a referência pudesse ser conhecida. Agora já não era mais a palavra e seu significado (sema) que estavam em primeiro lugar como na descrição lexicográfica, mas eram os objetos, a denominação das coisas (onoma) que surgiam e que exigiam um “marco divisionário” (terminu) entre a língua geral e a especialidade criada, parte integrante de uma realidade designativa.

É evidente que a massa de informação - tratados, textos legais, discursos científicos etc. - e de denominação (que já nascia dentro de seu campo específico de especialidade) era tão avassaladora que precisava ser sistematizada e o modelo mais próximo era o da prática lexicográfica, sem que a semasiologia comandasse o processo de descrição conceptual, mas, sim, a onomasiologia.

4. O moderno enfoque da terminologia e sua interpretação social

Diferentemente da lexicologia que procura dar conta do sistema do léxico da língua geral e da lexicografia que o descreve, a terminologia surge para sistematizar o léxico das linguagens de especialidade. Uma das suas tarefas, é o estudo lingüístico do termo, desde o mais simples até o mais complexo, fato que os estudos de língua geral não deram conta ainda. Adiante demonstraremos algumas análises descritivas de termos que se vem fazendo na contemporaneidade. Além disso, a terminologia como disciplina sistematizadora de léxicos de linguagens de especialidade reúne famílias terminológicas ou rede onomasiológicas ou campos terminológicos que se auto-organizam à medida que a ciência e a tecnologia descobrem novos campos do saber com um vocabulário pertencente à mesma

esfera do conhecimento. Recordemos o avanço das descobertas biotecnológicas, da era da informática, do avanço fabuloso nas modernas técnicas de comunicação com a internet etc. Eis porque a terminologia é tão sistemática e eis porque ela é tão interdisciplinar.

Um dos rótulos mais perturbadores para a fixação da terminologia no âmbito da lingüística aplicada é o de que seu conteúdo reflete muito pouco o sentimento de gramaticalidade da língua, o que não é verdadeiro. Interferente, translingüística, fraseológica, descritiva, globalizadora, as terminologias são, antes de tudo, fatos de língua ou de línguas e só por meio dos sistemas lingüísticos elas podem ser estudadas.

A nova era da terminologia, que começa basicamente na década de 30, tem muitos antecessores. O mais destacado é o professor e engenheiro Eugen Wüster que, ao escrever sua Teoria Geral da Terminologia (TGT), define a disciplina como uma “zona fronteira entre a lingüística, a lógica, a ontologia, a informática e as diferentes especializações.” Essa reunião de disciplinas se justifica porque todas elas se ocupam, de uma forma ou de outra, da organização formal das complexas relações entre os conceitos e os termos.

Os fundamentos da TGT se assentam em dois princípios gerais para garantir precisão e concisão do termo:

- (1) **A economia da linguagem:** ao criar um neologismo, ocorre que o termo curto e conciso é menos preciso que o termo longo, por vezes composto. Tem-se de optar pela concisão e não pela precisão exagerada, às vezes supérflua.
- (2) **Prioridade do uso estabelecido:** um termo em uso não deve ser substituído por um novo, sem razões absolutamente contundentes.

Bem, apesar da boa vontade de Wüster em criar dois

parâmetros básicos para (re)principiar a terminologia, convém observar que uma linguagem de especialidade não é um mundo fechado em si mesmo. Surgem, portanto, os estudos de terminologia como um ramo da lingüística aplicada e os trabalhos de “catar” termos começam a ceder lugar ao de sistematizar bases terminológicas a partir de programas expertos, bem como as análises lingüísticas desses termos passam a ser feitas por métodos sofisticados em que se combinam a lingüística e a informática. Um dos recursos da tecnologia avançada é a recolha de termos a partir de contextos minuciosos, partes integrantes de textos discursivos. Os textos podem ser de natureza científica, técnica ou de vulgarização científica.

Como dissemos anteriormente, a denominação das novidades científicas e tecnológicas, bem como a formulação dos conceitos, estiveram sob o jugo das sociedades industrializadas. Cientistas e engenheiros buscavam a precisão dos termos com o objetivo de sistematizar a terminologia em nome do bom uso da(s) língua(s). Porém, a definição do que é esse “bom uso das línguas” compete à lingüística, por motivos óbvios.

Portanto, como disciplina da lingüística aplicada, a terminologia deve obedecer a princípios, quais sejam:

- assim como a lingüística passou do tratamento prescritivo ao descritivo e ao funcional, a terminologia também passa daquela fase para esta, na análise de corpus;
- assim como a lingüística reconhece a diversidade na unidade das línguas e, por consequência, vê a variação como um fato concreto, a terminologia também procede dessa forma, na análise das linguagens de especialidade;
- assim como a lingüística descreve fatos da língua geral e, dentro desta, estão os fatos lingüísticos das linguagens de especialidade, compete à terminologia descrever estes fatos;

- os fatos lingüísticos das linguagens de especialidade devem passar por descrição similar à que se faz dos fatos da língua geral, segundo os parâmetros da terminologia.
- tanto quanto a sociolingüística, a socioterminologia tem tarefas específicas a cumprir no que se refere aos fatos sociais que condicionam os usos dos termos;
- a dimensão pragmática discursiva revela o nível de variação dos termos no corpus especializado e, ao mesmo tempo, revela como a terminologia funciona no meio comunicativo em que ela foi criada.

5. A pesquisa terminológica: tendências.

5.1 Organização da disciplina

A terminologia tem extrapolado a noção inicial de área que só serve para a elaboração de listas de palavras, ou mesmo de dicionários.

Há centros universitários que têm dado prioridade à terminologia entre suas linhas de pesquisa, com ênfase à formação de pessoal e à descrição lingüística de termos científicos e técnicos⁸;

⁸ Este é o caso da Linha de Pesquisa em Léxico e Terminologia, de responsabilidade da professora Enilde Faulstich; trata-se de uma das linhas do Curso de Pós-graduação do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula (LIV) da Universidade de Brasília que tem por meta pós-graduar estudantes em Terminologia, Lexicologia ou Lexicografia. A Linha abriga o Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Centro Lexterm) cujos projetos em curso de desenvolvimento são: investigação sistemática em socioterminologia; redação de repertórios terminológicos; descrição de terminologias recolhidas de corpora especializados a partir de bases textuais e discursivas.

há outros que dedicam seu programa de ensino de pós-graduação quase que inteiramente à formação e a pesquisa em terminologia⁹; outros começam a oferecer a disciplina, ainda que timidamente, nos seus programas de ensino. E há aqueles que têm na pesquisa informatizada o núcleo da engenharia da linguagem¹⁰ com um ramo dedicado à terminologia.

Convém observar que, entre as áreas da lingüística aplicada, a terminologia é a que associa os especialistas da área em duas grandes redes internacionais: a Rede Ibero-americana de Terminologia (RITerm)¹¹, que abriga profissionais de terminologia dos países de

⁹ Um dos exemplos é o projeto do Institut Universitari de Lingüística Aplicada (IULA) da Universitat Pompeu Fabra de Barcelona, sob a direção da professora M. Teresa Cabré. Da Memória de 1996 do IULA transcrevemos: «L'IULA s'organitza en cinc unitats de recerca orientades per la temàtica i la metodologia de la recerca específica, cada una de les quals porta a terme els seus propis projectes de recerca, sota la coordinació d'un investigador responsable. UR de Lèxic, UR de Lingüística Computacional, UR de Lexicografia, UR d'Enginyeria Lingüística, UR de Variació Lingüística, UR de Comunicació Científica i Representació del Coneixement» (pág. 62)

¹⁰ Esta é a orientação do Laboratoire d'Ingénierie Linguistique et Linguistique Appliquée (LILLA) da Université de Nice - Sophia Antipolis, Nice, França. O LILLA, que é dirigido pelo professor Henri Zinglé, tem como projetos, entre outros, os que resumimos a seguir: «. Le développement d'outils fondamentaux pour le traitement automatique des langues vers le logiciel Zstation. L'analyse linguistique en vue du traitement automatique de textes scientifiques et techniques; les recherches s'exercent dans trois directions: - analyse terminologique et phraséologique de documents de spécialité; - analyse formelle des termes dérivés et composés; - représentation des connaissances en terminologie et en compréhension textuelle.»

¹¹ A Riterm tem por objetivo estabelecer um canal de cooperação entre seus membros para consolidar prioritariamente as terminologias em espanhol e português, contribuindo assim para a transferência de informação e conhecimento necessários ao desenvolvimento dos povos onde se falam as ditas línguas. A Riterm constitui uma das principais atividades do Segundo Programa da União Latina (UL). A UL é um organismo intergovernamental que reúne 32 Estados de língua neolatina e que tem como objetivo principal o desenvolvimento e o enriquecimento de terminologias, de redes e de instrumentos que permitem um tratamento automatizado da linguagem, dentro de um quadro científico e técnico.

língua portuguesa e de língua espanhola, e a Rede Panlatina de Terminologia (Realiter)¹² à qual pertencem profissionais dos países que têm as línguas neolatinas como línguas oficiais. As duas Redes têm como compromisso a produção e a difusão de trabalhos de terminologia nas línguas referentes.

5.2 A Linha de Pesquisa em Léxico e Terminologia e o trabalho no Centro Lexterm - LIV/UnB. Aspectos teóricos e práticos

O núcleo de pesquisa da Linha é a **socioterminologia**, disciplina que encontra seu campo de análise nas dimensões do uso do termo e que considera os níveis de língua, para fins de classificação e de harmonização dos termos, de acordo com o discurso onde eles ocorrem.

Para descrever a terminologia em função de seu uso social, criamos categorias que classificam a variação terminológica, seja como termo concorrente, seja como termo coocorrente. A um termo concorrente de outro, no plano da língua propriamente dita ou no registro discursivo, denominamos variante terminológica lingüística ou variante terminológica de registro; a um termo coocorrente de outro no plano contextual do discurso científico ou técnico denominamos sinônimo terminológico.

Uma das características do termo como unidade lingüística é sua extensão. De aparência fraseológica, muitos termos se alongam

¹² A Realiter tem como fins específicos: 1. Estabelecer princípios metodológicos comuns aplicáveis à realização dos produtos elaborados conjuntamente; 2. Levar a cabo investigações em comum e criar ferramentas capazes de favorecer o desenvolvimento das línguas neolatinas; 3. Levar a cabo trabalhos terminológicos multilíngües em conjunto, em âmbitos de interesse comum e de utilidade para a sociedade; 4. Pôr em comum os materiais de referência documentais; 5. Favorecer a formação recíproca por meio de intercâmbios de docentes, especialistas, estudantes e material didático. (Regulamento Realiter, dez 1996)

até onde o significado requer. Então, para melhor precisar o significado dos termos compostos e complexos, seguimos os princípios básicos da gramática funcionalista que nos permitem descrever e explicar os próprios fenômenos lingüísticos dessa formação. O paradigma funcionalista vê a linguagem como instrumento de interação social entre seres humanos, usado com a intenção de estabelecer comunicação. Terminologia é linguagem, já que é estruturada por regras, normas e convenções e é, em última análise, uma atividade cooperativa.

Na análise morfossintática e semântica do funcionamento dos termos, consideramos:

- i) o critério de predicação sintático-semântica na delimitação das unidades terminológicas complexas, quer dizer que existe relação entre um predicador e uma base, denominada sujeito.
- ii) o predicador como uma entidade que transfere a seu sujeito propriedades: emissão de um juízo sobre o valor de classe-sujeito; alteração da extensão dos indivíduos designados pela classe-sujeito; alteração das propriedades intensionais da classe-sujeito.

Para o trabalho prático e informatizado no Centro Lexterm, utilizamos programas comerciais adaptados às nossas necessidades.

Adiante, alguns exemplos das pesquisas realizadas no Centro.

I. Glossário GenPlanta (áreas: Cultura de tecidos e Melhoramento genético de plantas)

a. GLOSSÁRIO MONOLÍNGUE, COM EQUIVALENTES EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS, SOB A FORMA DE FICHA COMPLETA

entrada: **reprodução assexual**

categoria gramatical: st. (= sintagma terminológico)
gênero: f.
variante(s): reprodução assexuada
sinônimo(s): reprodução agâmica
área: Biotec.
definição: Reprodução que ocorre por cissiparidade, esporulação, gemação, reprodução vegetativa e apomixia, sem fusão de gametas em que os indivíduos são geneticamente idênticos ao progenitor.
fonte def: Adapt. DB, 1980
contexto: *A reprodução assexuada pode ser efetuada por simples divisão do indivíduo em dois outros.*
fonte cont: DTC ilustr., s/d
hiperônimo: **reprodução**
hipônimo: **cissiparidade; esporulação; gemação; reprodução vegetativa; apomixia**
conceito conexo: **reprodução sexual**
espanhol: *reproducción asexual*
francês: *reproduction asexuée*
inglês: *asexual reproduction*
redator: NA instituição: UnB data: 21/3/95

b. GLOSSÁRIO MONOLÍNGUE, COM EQUIVALENTES EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS, SOB A FORMA DE ARTIGO

reprodução assexual, st.f. Var. *reprodução assexuada*. Sin. reprodução agâmica. Biotec. Reprodução que ocorre por cissiparidade, esporulação, gemação, reprodução vegetativa e apomixia, sem fusão de gametas em que os indivíduos são geneticamente idênticos ao progenitor. Adapt. DB, 1980. *A reprodução assexuada pode ser efetuada por simples divisão do indivíduo em dois outros.* DTC ilustr., s/d. Ver **reprodução; cissiparidade; esporulação; gemação; reprodução vegetativa; apomixia; reprodução sexual**. ♦ Es *reproducción asexual*; Fr *reproduction asexuée*; In *asexual reproduction*

II. Análise funcionalista do termo

Aterectomia rotacional coronariana transluminal percutânea

sub. pred. pred. pred.

predicação 1

predicação 2

predicação 3

predicação 4

III. Análise de variantes terminológicas

GRUPO I - Variantes Terminológicas Lingüísticas

A - MORFOSSINTÁTICAS [sigla: vtlm]

infecção virótica

infecção viral

Comentários:

a) área: biotecnologia

b) tipo: vtlm livre

c) argumento: alternância de sufixo

d) significado do sufixo:

[-ot]-ic(o): relativo a; que se caracteriza por

-al: relativo a

e) nota: -ic é sufixo formador de substantivos e adjetivos eruditos

reprodução sexuada

reprodução sexual

Comentários:

Da Lingüística Histórica à Terminologia

- a) área: biologia
- b) tipo: vtlm livre
- c) argumento: alternância de sufixos
- d) significado do sufixo: que tem sexo; referente à copula
 - ad(o): que tem sexo
 - al: que possui sexo; referente à cópula
- e) nota: - sexuado e sexual selecionam o significado *presença de gametas no processo de reprodução*.

B - LEXICAIS

[sigla: vtll]

atentado **violento** ao pudor

atentado [Ø] ao pudor

Comentários:

- a) área: direito penal
- b) tipo: vtll condicionada
- c) argumento: apagamento de um dos itens de predicação por ter significado metalingüístico-reflexivo em relação à base
- d) notas: - o significado da base contém semas de + *violência*, portanto o predicado *violento* é redundante
 - a base ativa do termo seleciona o complemento *ao pudor*

clone **avirótico**

clone **livre de vírus**

clone **isento de vírus**

Comentários:

- a) área: melhoramento genético
- b) tipo: vtll livre
- c) argumento: alternância entre o predicador adjetivo e expressões equivalentes de mesmo valor semântico
- d) notas: - há sinonímia interna entre os predicados *livre de vírus* e *isento de vírus*, porém esta variação não gera sinonímia terminológica;

- a sinonímia é produzida na variação da base da unidade terminológica e não nos predicados

C - FONOLÓGICAS

[sigla: vtlf]

estrupe
estrupe
Comentários:

- a) área: direito penal
- b) tipo: vtlf condicionada
- c) argumento: metátese do fonema /r/ da forma normalizada
estupro
- d) nota: as variantes decorrem da fala, mas aparecem no registro escrito na linguagem do noticiário policial

lipoestático
lipostático
Comentários:
a) área: medicina
b) tipo: vtlf condicionada
c) argumento: assimilação da vogal inicial átona do segundo termo da composição
d) notas: - as variantes decorrem da fala; no segundo termo há o enfraquecimento da vogal do pseudo-ditongo, gerando monotongação;
- o processo previsível para *lipoaspiração* é contrário ao exemplo anterior, donde resultará *lipaspiração*

D - GRÁFICAS

[sigla: vtlg]

pólen
polem
Comentários:

Da Linguística Histórica à Terminologia

- a) área: botânica
- b) tipo: vtlg livre
- c) argumento: a primeira forma é não vernacular, identificada por terminar por *n*
- d) notas: - as variantes decorrem da escrita; o primeiro termo apesar de guardar sua forma latina, segue a regra ortográfica do português: palavras paroxítonas terminadas por *n* são acentuadas graficamente
 - a segunda forma é vernacular, termina por *m* e, por isso, não é acentuada graficamente

cãibra

câimbra

Comentários:

a) área: medicina

b) tipo: vtl livre

- c) argumento: a primeira forma registra o arquifonema nasal com [~]; a segunda forma desenvolve o arquifonema nasal utilizando [*m*] e marca a sílaba tônica com acento circunflexo
- d) notas: - as variantes decorrem da escrita; o primeiro termo usa o til (~) com dupla função, de arquifonema nasal e marcador de sílaba tônica
 - o segundo termo explicita os recursos gráficos do português sem alterar absolutamente o significado do termo

GRUPO II - Variantes terminológicas de registro

E - GEOGRÁFICAS

[sigla: vtrg]

caxumba

papeira

Comentários:

a) área: medicina

Enilde FAULSTICH

- b) tipo: vtrg condicionada (pelo contexto geográfico)
- c) argumento: caxumba é termo usado no centro-oeste, sudeste e sul do Brasil; papeira é usado no norte e nordeste.
- d) nota: papeira é um lusitanismo na variante portuguesa do norte do Brasil que significa parotidite

aipim
macaxeira
mandioca
Comentários:

- a) área: legumes
- b) tipo: vtrg condicionada (pelo contexto geográfico)
- c) argumento: os três termos indicam vulgarmente o mesmo referente; no entanto a descrição terminológica deve considerar a diferença que há entre mandioca como planta e *mandioca* como tubérculo, nesse caso o termo usado em diversas regiões do Brasil como variante de *macaxeira* (norte e nordeste do Brasil) e de *aipim* (sudeste e sul do Brasil)
- d) notas: - o termo *aipim* tem como variante gráfica *aipi*, que, por sua vez, é originário do tupi *ai'pi*
- o termo *macaxeira* tem como variante gráfica *macaxera*, que provém do tupi *maka'xera*

F - DE DISCURSO

[sigla: vtrd]

parotidite
Comentários:

- a) área: medicina
- b) tipo: vtrd condicionada (pelo discurso científico)
- c) argumento: o termo que é usado na linguagem da patologia e significa inflamação da parótida, é vulgarmente substituído no Brasil por caxumba ou papeira

Da Linguística Histórica à Terminologia

- d) notas: *.caxumba* ou *papeira* não substituem espontaneamente *parotidite*; não se trata de seleção, mas de uso deliberado por ser um ou outro o termo conhecido pelos usuários na linguagem menos formal.

junta de descarga

Comentários:

- a) área: mecânica
b) tipo: vtrd condicionada (pelo discurso técnico)
c) argumento: o termo é usado nos documentos escritos que descrevem a peça usada em carros
d) notas: *junta de descarga* tem como variante no discurso de vulgarização o termo *biscoito*, metáfora surgida da semelhança entre os referentes.

planta de proveta

Comentários:

- a) área: melhoramento genético de plantas
b) tipo: vtrd condicionada (pelo discurso de vulgarização)
c) argumento: o termo é usado na literatura corrente, como jornais, revistas e folhetos que divulgam o surgimento de novas espécies.
d) notas: *planta de proveta* é uma variante que vulgariza os significados de *cultura in vitro*, do discurso técnico, e *embrióide androgenético haplóide*, do discurso científico.

G - TEMPORAL

macrogameta

gameta feminino

Comentários:

- a) área: biologia / biotecnologia

Enilde FAULSTICH

- b) tipo: mudança terminológica
 - c) argumento: o termo *macrogameta*, da área de biologia, foi substituído por *gameta feminino*, na área de biotecnologia
 - d) notas: o significado de *macrogameta* está diretamente relacionado ao tamanho do referente, que é a célula sexual feminina ou *oosfera*, maior que o *anterozóide*, célula sexual masculina.
- microgameta
gameta masculino
Comentários:

- a) área: biologia / biotecnologia
- b) tipo: mudança terminológica
- c) argumento: o termo *microgameta*, da área de biologia, foi substituído por *gameta masculino*, na área de biotecnologia
- d) notas: o significado de *microgameta* está diretamente relacionado ao tamanho do referente, célula sexual masculina ou *anterozóide*.

explante hiperhídrico
vitrificação
Comentários:

- a) área: cultura de tecidos
- b) tipo: mudança terminológica
- c) argumento: a área de cultura substitui explante hiperhídrico por vitrificação porque o significado deste último depende exclusivamente do processo de manipulação genética in vitro, enquanto o primeiro mantém o significado de processo natural
- d) notas: o termo *explante hiperhídrico* ainda é encontrado na terminologia da área biológica, mas em biotecnologia o termo selecionado é *vitrificação*.

6. Conclusão

A leitura da obra de Oliveira deixa claro que “as palavras particulares” estimulam a sensibilidade lingüística dos que se dedicam ao estudo das línguas desde épocas antigas. Assim, não será justo considerar que os estudos de terminologia iniciam somente a partir das primeiras décadas deste século. Como duas entidades de tecnologização das línguas, desde os primórdios, a gramática e o dicionário exercem o papel de documento descritivo dos vernáculos, segundo as tendências da ciência lingüística na evolução dos tempos.

A terminologia, no entanto, ganha vulto, principalmente na atualidade, quando as línguas extrapolam suas barreiras geográficas e a “palavra” ganha estatuto de núcleo da cadeia discursiva, responsável pela interlocução entre povos. É preciso ver que esta “palavra”, nas trocas comunicativas, assume a posição de *onoma*-. Por sua vez, uma expressão onomasiológica deve ser definida de acordo com a funcionalidade epistemológica que explica a “coisa” no que ela tem de particular e necessário.

Por ser interdisciplinar, a terminologia encontra métodos de estudo e de sistematicidade diferenciados e, por isso mesmo, ainda sofre alguma discriminação entre as disciplinas lingüísticas; a propósito, convém finalizar parodiando Fernão de Oliveira que no texto transcrito declara: “Os gramáticos zombam dos lógicos; os sumulistas apupam os retóricos, e assim todos os outros. O defeito não sei qual é e nem mesmo sabendo se é defeito, eu julgo ser dos homens e não da língua.”

E. Faulstich
Série História

REFLEXÕES FINAIS

A busca de afirmação dos indivíduos na sociedade atual confronta-se, por um lado, com a necessidade de socialização e de fortalecimento em grupos de interesses comuns, e por outro lado, com o desejo de ser único e especial. O homem moderno necessita se destacar no universo de competições mas ao mesmo tempo clama pelo seu semelhante, fortalecendo-se em grupos que o apoiam. A publicidade reaviva estes conflitos posto que no seu circuito de fala, entre “EU” comunicante (produtor), “EU” enunciador (publicitário) e “TU” interpretante (consumidor) há um mundo de interesses não compartilhados em jogo.

As máscaras dos sujeitos na comunicação publicitária parecem não ter limites. Como na literatura, os pontos de vista são variados, homodiegese e heterodiegese⁶ são recursos frequentemente usados fazendo surgir um narrador-Deus, que tudo sabe, tudo vê (enunciação delocutiva) mas não se identifica ou um sujeito testemunhal que comunica com o consumidor potencial (enunciador).

NOTAS :

1. A opinião expressa existe por si só, impondo-se aos interlocutores através do seu modo de dizer.

BIBLIOGRÁFIA

- AUGER, P. *Implantabilité et acceptabilité terminologiques: les aspects lingüistiques d'une socioterminologie de la langue du travail*. Québec, Univ. Laval, inéd.
- _____. *Variation linguistique et implantation: vers une nouvelle approche de la terminologie?* Pour un modèle variationniste de l'implantation terminologique dans les entreprises au Québec. Em *Langues et sociétés* - Tome II, Les actes du colloque sur la problématique de l'aménagement linguistique (enjeux théorique et pratiques), Québec, Office de la langue française, Université du Québec à Chicoutimi, 1994, pp. 483-493
- AUROUX, Sylvain. *A revolução terminológica da gramatização*. [trad. Eni P. Orlandi] Campinas, Edit. Unicamp, 34p.
- BAUDET, J.-C. *Histoire du vocabulaire de spécialité, outil de travail pour l'historien des sciences et des techniques*. Em **Terminologie diacronique**. Actes du colloque organisé à Bruxelles, CILF/Ministère de la Communauté française de Belgique, Service de la Langue Française, 1989, pp. 56-67
- CABRÉ, M. Teresa. (dir.) **Terminologia**. Selecció de textos d'E. Wüster, Barcelona, Univ. de Barcelona, Servei de Llengua Catalana, 1996, 298p.
- CASTILHO, Ataliba T de. Um ponto de vista funcional sobre a predicaçã. **ALFA**, Revista de Lingüística, São Paulo, UNESP, v. 38, 1994, pp. 75-96

FAULSTICH, E. **Base metodológica para pesquisa em socioterminologia.** Termo e variação. Brasília, LIV, 1995, 33p.

_____ *Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina.* **Ciência da Informação**, Brasília, IBICT, v.24, n.3, set/dez 1995

_____ *Considerações sobre variação e sinonímia na constituição de terminologias.* Conferência no Colégio de Tradutores Públicos de la Ciudad de Buenos Aires, set 96 (a sair)

_____ *Spécificités linguistiques de la lexicologie et de la terminologie.* Nature épistémologique. **Meta**, Vol. 41, n.2, Montréal, 1996, pp. 189-297

_____ *Terminologia: cooperação e intercâmbio.* **Jornada Panlatina de terminologia.** Perspectives i camps d'aplicació, Barcelona, IULA, Universitat Pompeu Fabra, 1996, pp. 37-46

_____ *Variantes terminológicas: principios lingüísticos de análise e método de recolha.* Séminaire Realiter - **Réflexions méthodologiques sur le travail en terminologie et en terminotique dans les langues latines.** Nice, Realiter/LILLA, 1996, pp. 15-19

_____ **Impacto da globalização na difusão de idiomas.** Brasília, Centro Lexterm/ Agência D, 1996, 22p.

_____ *A variação terminológica no português do Brasil.* Algumas tendências. Conferência apresentada no Institut Universitari de Lingüística aplicada (IULA), Barcelona, abril 1997 (a sair)

FAVERO, Leonor. **As concepções lingüísticas no séc. XVIII.** A gramática portuguesa. São Paulo, Edit. Da Unicamp, 1996, 306p.

FEDOR DE DIEGO, Alícia. **Terminologia.** Teoria e prática. Venezuela, União latina, Equinoccio, Inesco, 1995, 159p.

Da Lingüística Histórica à Terminologia

- GOMES FILHO, Antônio (org.)
Um tratado da cozinha portuguesa do séc. XV (leitura diplomática e modernização), 2 ed., Rio de Janeiro, Fund. Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1994, 184p.
- MACHADO, José Pedro.
Dicionário etimológico da língua portuguesa: 2 ed., 3 vols, Lisboa, Confluência / Horizonte, s/d
- OLIVEIRA, Fernão de.
Grammatica da Lingoagem Portuguesa. 3 ed., Lisboa, Tip. Beleza, 1933, 141p.
- SAGER, Juan C. **Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología**. Madrid, Fundación Germán Sánchez Rupérez/Pirâmide, 1993, 442p.
- VERDELHO, Telmo. **As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas**. Aveiro, Portugal, INIC, 1995, 594p.
- ZINGLÉ, Henri. *Analyse et génération automatiques de mots dérivés en français*. **Travaux du LILLA** n.1 [sous la direction de H. Zinglé] Nice, publications de la Faculté des Lettres, Arts et Sciences Humaines de l'Université de Nice-Sophia Antipolis, 1996, p. 27-42

A Teleducação e o Trabalhador¹

Luíz Antônio MARCUSHI (UFPE)

0. Nota prévia

Estas observações retratam reflexões feitas a partir de uma dupla motivação: primeiro, de minha experiência como consultor de Língua Portuguesa e assessor especial do *TELECURSO 2000*, nestes dois últimos anos; segundo, em razão de preocupações relativamente ao discurso de alguns de nossos governantes sobre a Teleducação como possível solução para os problemas educacionais do país. Como não sou especialista em Educação e muito menos em Teleducação, mas estou engajado em um projeto educacional no formato de telecurso, que considero de grande relevância por seu sentido social e político, julguei oportuno dar a público idéias com as quais não espero que se concorde, mas das quais espero que se possa partir para outras melhores.

1. Ponto de partida

Trivial, mas não irrelevante, é a observação de que o Brasil é

¹ Conferência originalmente apresentada na 47^a REUNIÃO ANUAL DA SBPC, em São Luís do Maranhão, em julho de 1995. Este texto traz algumas modificações e alguns poucos acréscimos em relação ao original e deveria ter aparecido em outra revista, mas até agora não foi ainda publicado. Considerando poder ele perder sua atualidade, divulgo-o aqui na presente versão.

um país desigual na maioria de seus aspectos. Até aí nada de mal, pois imagino que há uma desigualdade boa e uma ruim. A boa é a desigualdade que se traduz como *diferença*, ou seja, a multiplicidade de idéias, de tendências, formas de agir, vestir e assim por diante. Esta desigualdade propicia a riqueza cultural e a diversidade que se compara à enorme pluralidade de fenômenos que há na natureza². Mas há uma desigualdade ruim, ou seja, aquela que se traduz como *discriminação*, e diz respeito a direitos desigualmente distribuídos, diferenças gritantes no acesso à vida digna, riqueza excessiva ao lado da pobreza injustificável, disparidades regionais, e assim por diante. Desta desigualdade surgem as opressões, a mutilação e o desrespeito humano.

Rigorosamente falando, o Brasil é *um protótipo de diversidades*: biodiversidade, sociodiversidade, ethodiversidade... Uma diversidade tão rica, abundante e grande quanto as próprias dimensões do país. Contudo, alimentaram-se, aqui, ideais de homogeneidade, tais como o mito da “homogeneidade lingüística”, não obstante nossa enorme e mal-conhecida diversidade neste aspecto.

Portanto, dizer que somos visceral e irremediavelmente heterogêneos, diversificados é repetir o óbvio. Até aí nada de mal, se essa diversidade não fosse tão carinhosamente alimentada a ponto de se tornar perversa, operando como fator de discriminação e exclusão. A diferença é em si saudável, até mesmo desejável, pois é um dos motores da crítica e da mudança. Ela só passa a ser preocupante quando estimula práticas discriminatórias ou tende à discriminação.

Essa discriminação é, no Brasil de hoje, visível em todo e qualquer meio em que nos encontremos, seja na área urbana ou rural; no trabalho ou na rua; no lar ou na vida institucional. O contingente

² Salvo engano, creio que se pode perfeitamente postular que a diferença (a desigualdade boa) é um fator de grande relevância para determinar a **identidade**, pois a identidade se dá como uma relação básica estruturada a partir das diferenças. Sob este aspecto, **identidade e diferença** têm muito em comum.

dos excluídos do consumo dos bens sociais, culturais e das demais riquezas produzidas neste país é alarmante. Daí a urgência de políticas públicas claras nas áreas econômica, social, da saúde, da cultura e do ensino.

O ideal de igualdade de direitos e oportunidades numa sociedade tão desigual como a nossa não pode continuar sendo por mais tempo uma simples utopia. Só deixaremos de ser um desafio permanente a todo tipo de planejamento social, cultural e educacional quando houver uma vontade política que transforme a justiça social em prioridade nacional. É possível que isso aconteça mesmo na contra-mão da vontade política, tendo em vista que a necessidade de diminuição das desigualdades está, hoje, se tornando até mesmo uma exigência de mercado. A desigualdade é tão grande e os “desiguais” são tantos que nossa capacidade de competir já atingiu níveis críticos e insuportáveis até aos menos sensíveis.

Como o acesso à propriedade e aos meios de produção (ao capital, portanto) não é fácil, e como o *conhecimento* é cada vez mais valorizado em nossas sociedades contemporâneas, sendo ele visto até mesmo como uma porta para a solução de grande parcela de problemas, parece razoável supor que o caminho mais promissor e factível, como hipótese para a redução das desigualdades, seja precisamente o de uma maior distribuição desse conhecimento. Contudo, sabemos muito bem que o acesso ao conhecimento continua precário e difícil, além de não ser uma solução que, isoladamente, dê todos os frutos esperados. Seria, no entanto, um bom início.

Esclareço, desde logo, que meu ponto de vista não é a idéia simplista de que uma maior distribuição do conhecimento seria em si própria um fator decisivo para a diminuição das desigualdades. A crença no poder do conhecimento, que persiste desde o início do século, especialmente após a 2a. Guerra Mundial, tornando-se inclusive a ideologia dominante nos anos 50-70, sobressaindo em paradigmas

teóricos da sociologia da educação, anda hoje um tanto abalada, como bem mostrou A. Petitat (1994) em suas análises sobre o tema.³

Nos anos 60-70, desenvolveram-se teorias que postulavam relações diretas entre crescimento econômico e educação. Dizia-se que os índices de desenvolvimento poderiam ser medidos por índices de alfabetização. A educação formal era vista como investimento. A própria UNESCO fez disso seu principal argumento para as campanhas de alfabetização em massa. Hoje, embora ainda persista a mesma ideologia na UNESCO, sabe-se que este é um caminho de resultados pouco exemplares quando não acompanhado de uma série de medidas complementares. De resto, estudos recentes sobre a relação entre alfabetização e desenvolvimento mostram que *não há uma correlação linear e constante* entre ambos ao longo da História tal como mostrou H. Graff nos estudos sobre a história da alfabetização.⁴

Além disso, postular de modo radical que, do ponto de vista do trabalhador, o conhecimento é um capital, não parece correto. Pois mesmo que seja um capital inegável, ele não frutifica do mesmo modo que o capital dos meios de produção. O trabalhador com muita educação, ou seja, muita formação é um capitalista a serviço de outro capital como mostra o já citado estudo de J. Petitat (1994). Portanto, não é ao nível individual que a educação para o trabalhador deve ser posta. Seria possível dizer que quando o trabalhador “investe” no seu conhecimento, ele está adquirindo uma mercadoria valiosa no mercado de trabalhos futuros, mas não uma ferramenta de efeitos imediatos. O grande problema é que o trabalhador vive no presente, como todos os demais seres humanos inclusive os que não trabalham.

³ Refiro-me a: André Petitat, *Produção da Escola / Produção da Sociedade*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994. Trad. do orig. francês de 1982.

⁴ Maiores detalhes podem ser vistos em: Harvey J. Graff, *Os Labirintos da Alfabetização*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995. Original francês de 1987.

Não há dúvida, porém, que o conhecimento, no século XXI, será a principal matéria-prima para a própria sobrevivência da humanidade. Pode-se até afirmar que o conhecimento se tornará uma grande esperança para a reorganização das estruturas sociais e um fator da mobilidade social. Por isso, é importante pensar formas de desenvolver sistemas de distribuição do conhecimento de maneira mais equitativa e continuada do que a escola formal está conseguindo. Daí a necessidade de se pensar alternativas de ensino mais eficazes e informais. É neste contexto que pretendo situar minhas reflexões sobre os telecursos na sua relação com o trabalhador. Um contexto pouco usual de ser pensado e por isso mesmo bastante estranho como ponto de partida para este tipo de reflexão.

2. O papel dos telecursos

Segundo muito bem lembram os sociólogos da educação, a escola foi uma das mais importantes invenções sociais. Talvez seja tão relevante quanto a própria invenção da escrita. Significou a sistematização da formação do indivíduo, e seus resultados continuam inegáveis. Tornou-se, na sua versão de ensino fundamental, até mesmo prática obrigatória por lei em quase todos os países do mundo, garantida inclusive como direito individual de todo e qualquer cidadão⁵.

Com isto, a formação do indivíduo nas sociedades contemporâneas institucionalizou-se e tornou-se extremamente formal. É aqui que entra o papel dos telecursos. Sobretudo para quem tem suas oportunidades de estudo muito reduzidas, tal como o trabalhador.

⁵ Os que dispõem de mais tempo e paciência do que eu podem continuar refletindo sobre o que foi feito de nossas instituições educacionais na medida em que foram amordaçadas ou até mesmo desvirtuadas como “aparatos estatais de dominação social”, com lembram alguns ideólogos da educação. Meu interesse aqui é apenas constatar que hoje a escola na sua forma institucional é um fato insuperável e, independentemente de nossa posição, ela continuará existindo e continuará necessária. Cabe-nos tirar disso o melhor proveito e de pouco adiantam ideologemas sofisticados que no mais das vezes só redundam em amargas lamentações de nenhum efeito prático ou teórico relevante.

Pois o trabalhador gasta suas energias na tarefa de produzir bens que não pode, na maioria dos casos, consumir. Gasta seu tempo com o trabalho para manter-se a si e sua família, não lhe restando oportunidade para a formação individual. E quando a oportunidade se oferece, ela é cara, em horários impróprios ou de acesso difícil.

Pergunto, pois: qual o lugar e o papel dos telecursos neste contexto? Entenda-se aqui o telecurso como teleducação voltada para o trabalhador. E tome-se como contexto, o indivíduo na vida produtiva em situação de trabalho. Não estou, neste momento, interessado nos telecursos como atividades *supletivas* que contribuiriam com materiais subsidiários para a escola formal tal como a conhecemos. Penso, de maneira quase que exclusiva, nos telecursos voltados para o trabalhador e com um caráter formativo e terminalidade, ou seja, autonomia e programação própria com regras específicas. Um tipo de escola paralela à que aí temos.

Neste contexto e para esta clientela, os telecursos, quando levados a sério pela iniciativa privada, pela empresa e pelo empresário, podem ser uma saída com vantagens evidentes para ambos os lados: para o trabalhador e para o empresário. Contudo, gostaria de deixar claro que os telecursos para o trabalhador **não são** nem devem ser uma espécie de ensino compensatório. Nem devem ser apenas cursos supletivos como os demais. Pois o trabalhador é um tipo de “cliente” diferente do aluno regular das escolas formalmente instituídas. Na verdade, o trabalhador que não concluiu seus estudos básicos (tal como o aluno dos telecursos) é uma pessoa que tem exigências específicas. Portanto, o primeiro que um telecurso tem de fazer é identificar sua clientela para a qual deve ser orientado.

Poderíamos até mesmo dizer que os típicos alunos de telecursos são um contingente razoável de aprendizes que servem de contundente prova contra várias teses a respeito da evasão escolar. Eles provam, por exemplo, que a continuidade dos estudos na escola regular depende

A Teleducação e o Trabalhador

de algo muito mais profundo do que dos resultados atingidos na própria escola. A desistência e a evasão escolar decorrem, em boa parte dos casos, da desigualdade de condições a que muitos desses alunos estavam submetidos. Não é nem mesmo um problema de acesso à escola, pois esta lhes estava franqueada. Eles se evadiram da escola porque tinham que sobreviver e porque a escola estava desligada do setor produtivo. Eles tinham que contribuir para a sobrevivência da família, mas a escola não possibilitava isso, já que a escola não se organizou na integração de ensino e produção.

Nossas sociedades dividiram-se, em geral, de maneira muito estanque com base em princípios do tipo: *tempo de aprender é tempo de aprender; tempo de produzir é tempo de produzir*. Contudo, é possível pensar que aprender e produzir podem se dar como atividades concomitantes em boa parte dos casos. Tudo depende de nossa perspectiva e de nossa forma de organizar as atividades educacionais e econômicas, bem como de nossas formas de distribuir o tempo ao longo do dia na relação com essas atividades. Já estou começando a crer que, no Brasil, a educação será contemplada sob todos estes aspectos não por alguma decisão governamental, mas porque se tornará uma simples exigência de mercado. E quando a educação for uma exigência de mercado, ela será prioridade. Mas aí os cuidados deverão ser de outra ordem, talvez muito mais difíceis do que hoje.⁶

Antes que seja mal-entendido, esclareço que estou me referindo aqui apenas à organização do tempo dos indivíduos adultos e não das crianças e do jovem que deveriam de qualquer modo e a todos os custos serem poupados, até uma certa fase da vida, de terem de lutar pela própria sobrevivência e terem garantido pelo Estado o direito à formação básica. Como mais adiante ainda ficará claro, refiro-me aos

⁶ Não sou profeta, nem entendo de leis de mercado, mas a idéia geral hoje vigente na macroeconomia tal como vem sendo desenhada pelas regras da **globalização** da economia, está levando cada vez mais a uma necessidade educacional por exigências mercadológicas, pois produzir com qualidade será impossível se os agentes da produção não forem de qualidade.

Luiz Antônio MARCUSCHI

40 milhões de brasileiros que não tiveram garantidos esses direitos e hoje amargam uma tristes condições de marginalização social e exclusão dos quadros da força de trabalho aproveitável. Refiro-me, pois, a um estado de cosas anômalo e busco discutir o papel dos telecursos nesta condição de vida.

Os telecursos podem ser, num contexto assim delineado e na forma como estão sendo pensados neste momento, quando voltados para o trabalhador, um modo de integrar a empresa numa empreitada da qual ela será a beneficiária imediata ao lado do próprio trabalhador. O papel dos telecursos voltados para o trabalhador é ter o próprio trabalhador e seu trabalho ou contexto de vida como centro de atenção. Neste caso, haveria reorientação específica não tanto de conteúdos formais em si, mas de formas de ensino mais adequadas.

Os telecursos voltados para o trabalhador podem representar, quando pensados na sua relação com a atividade produtiva, uma espécie de redefinição de espaços de aprendizagem. Não se trata, em primeira mão, de uma questão de adequação dos materiais de ensino, mas sim de uma adequação muito mais profunda, que é a adequação do sistema de ensino na sua relação com o sistema de trabalho. E aqui está a tese central desta exposição: **os telecursos podem tornar-se uma forma de integrar o ensino na atividade produtiva da empresa.** Não se trata propriamente de uma institucionalização do ensino em outro contexto, mas de uma **integração do ensino ao setor produtivo.**

Não falo aqui apenas do telecurso que visa à formação fundamental do indivíduo, como por exemplo o caso do *TELECURSO 2000*, da Fundação Roberto Marinho e da FIESP.⁷ Pois esta vem

⁷ Quanto ao *Telecurso 2000*, especificamente, é bom que se frise tratar-se de um *Projeto de Educação* e não apenas de mais um telecurso como os demais. O que o caracteriza é a concepção (educação para a cidadania e para o trabalho) e, ainda, a forma de realização (com conteúdos voltados para a realidade e o contexto do trabalhador). Além disso, quanto à concepção pedagógica, trata-se de uma iniciativa

sendo sobretudo uma resposta conjuntural à contingência de sociedades - como a nossa - que não souberam levar a frente planos educacionais conseqüentes e adequados ao público a que se dirigiam. Falo, pois, de telecursos de todos os tipos, incluindo aqui a formação profissional continuada.

Quanto a telecursos como o *TELECURSO 2000*, suponho que sua glória seria o fato de terem data marcada para sua extinção. Pois no dia que tivessem cumprido a função de escolarizar os 40 milhões de trabalhadores a que se destinam, deveriam, com muita honra, ser postos nas galerias de museus como curiosidades culturais e marcas de uma época. Daí surgiria a necessidade de outros tipos de telecursos. Aqueles, por exemplo, que auxiliam de maneira permanente com materiais interessantes todo tipo de formação, inclusive a formação formal em sala de aula.

Portanto, quando sugiro a integração do ensino na empresa, não penso apenas em telessalas que forneçam o ambiente ideal dentro da empresa para o ensino/ aprendizagem, mas penso principalmente na criação de condições de ensino com vistas à própria profissionalização continuada. É neste sentido que defendo a tese de que **se quisermos desenvolvimento sustentado, teremos de fundamentá-lo, primeiro, numa política de formação continuada e contextualizada.** Uma política que não pode ser esperada do poder público, mas que deve ser instituída pela própria iniciativa sindical e empresarial. **Toda empresa deveria aspirar a ser uma escola em sua área.** Aliás, esta é uma dívida da qual a área empresarial ainda não se conscientizou. E no caso brasileiro, com certeza, pagará bastante caro por isso um dia.

que procura eliminar a forma canônica do professor e introduzir os modernos recursos da mídia e da documentação, estilo reportagem etc. de acordo com os padrões televisivos atuais, sem no entanto ferir as bases dos preceitos pedagógicos fundamentais.

Ao lado disso, é também importante perceber que quanto mais integrarmos o ensino à própria atividade produtiva, tanto mais estaremos dando resposta a uma questão bastante complexa que é a da superação da atomização da vida do trabalhador. Eu me refiro aqui ao seguinte: a estrutura das atividades sociais, tal como estas se dão em sua maioria desde o início do século, levou a uma dissociação muito grande entre família, local de trabalho, local de formação e até de lazer. Isso traz consequências práticas e pressiona o uso do tempo. Impede até mesmo a criação de redes de relações interpessoais nítidas e traz dificuldades de operacionalização da vida diária. Cria conflitos de toda ordem na vida do trabalhador e o impede de organizar sua vida diária.

Contudo, volto a insistir que a redução das diferenças na distribuição do conhecimento, mesmo por medidas como as que proponho aqui, não garante, por si só, a redução da desigualdade discriminatória e excludente nem significa o aumento da competitividade no nível individual. Daí a necessidade de se pensar, no caso específico do setor produtivo, em algo especial e diferenciado. Por isso estou sugerindo a integração do ensino na empresa como atividade programada e integrada à própria produção.

Sabemos que o capital humano mais abundante e mais bem-distribuído é a força de trabalho. Mas o capital humano mais maltratado é a força de trabalho. Em boa parte dos casos esse capital não só é maltratado, mas é desperdiçado. Essa contradição vai continuar, mas pode ser diminuída. Talvez isso possa ser mudado na medida e que se passe a oferecer, de uma maneira mais generalizada e sistemática, uma força de trabalho mais qualificada. E isso pode ser feito oferecendo condições de aprimoramento no próprio local de trabalho. Esse deveria ser um dos objetivos dos tele cursos voltados para o trabalhador. E é nesse sentido que compreendo a educação para o trabalho e imagino o telecurso como um instrumento adequado. **Portanto, fique claro que o primeiro objetivo da teleeducação não é**

simplesmente compensar a escola.

Antes de prosseguir, lembro que se falo com insistência do trabalhador na empresa, não ignoro o trabalhador na área rural ou aquele que não se situa em empresas. Nesses casos, a situação é parecida. O que muda são as formas de operacionalizar a aqui apreendida necessidade de integração trabalho-ensino. Neste momento, restrinjo-me, até por uma questão de espaço, ao trabalhador situado na empresa.

Pensando nisto, pode-se agora imaginar como deveria ser a teleducação voltada para o trabalhador. Sobretudo aquele trabalhador que não atingiu o grau pleno de cidadania porque não conseguiu os meios para tanto. Aquele trabalhador que tem uma série de experiências negativas em relação à escola e não consegue libertar-se delas facilmente. Aquele indivíduo que precisa de mais competência para produzir com qualidade e, em contrapartida, possa melhorar sua própria qualidade de vida, mas que, contraditoriamente, continua sendo o que menos condições tem de se aperfeiçoar e melhorar sua própria qualidade de vida. Aquele que preenche o perfil do “cliente” de um telecurso do tipo *TELECURSO 2000*.

Nas observações que farei a seguir, tentarei mostrar como a Teleducação para o trabalho pode contribuir neste sentido. Também mostrarei que ela deve ser mais do que a simples transmissão de cursos regulares pela TV ou a formação em generalidades. Trata-se de pensar e conceber a teleducação como *projeto educacional* para a cidadania consciente e competitiva e não como compensação para a escola regular.⁸

⁸ Neste ensaio não estou preocupado com todos os fenômenos da teleducação, mas apenas com o aspecto definido inicialmente. Recentemente, o MEC criou um órgão encarregado apenas do *Ensino à Distância*, com o objetivo de fornecer cursos, primeiro de reciclagem de professores e, depois, para outras finalidades. Funcionará, ao que tudo indica, um canal de TV somente com este objetivo e na trilha do que os americanos e canadenses estão realizando. Não disponho, porém, de maiores detalhes sobre a questão.

3. Produção e transformação

Identificar os valores hoje dominantes como bens socialmente desejáveis e tentar distribuí-los em massa para a população carente é uma forma de reproduzir modelos que de algum modo já estão falidos.

Portanto, não se trata de, pela via do telecurso, levar ao trabalhador, de maneira informal, o mesmo paradigma da escola formal ou dos inúmeros cursos especiais para fins específicos, tais como vestibulares, concursos e outras coisas do gênero.

Nós sabemos, e já disse aqui, que a formação do indivíduo nas sociedades contemporâneas institucionalizou-se. Se por um lado foi uma coisa boa, por outro, anestesiou e burocratizou o conhecimento, colocando-o numa redoma de formol. De algum modo levou também a um progressivo desinteresse por parte dos aprendizes. Esta crítica nada tem de original nem é nova. Mas não deixa de ser válida. Diz respeito a conteúdos, trata da política relativa a decisões sobre materiais de ensino e sua adequação ou não às necessidades da própria sociedade.

Resta, pois, perguntar-se que tipo de conhecimento deve ser repassado ao trabalhador. Que formas de ensino devem ser usadas neste caso e que estratégias para atingir resultados razoáveis devem ser postas em ação. Com certeza, temos de falar em vários tipos de telecursos e não em um único modelo.

Em primeiro lugar, gostaria de deixar claro que um telecurso, seja ele do tipo que for, mesmo que voltado para o trabalhador, não é uma panacéia geral ou farmácia milagrosa. Ele é apenas um instrumento parcial no contexto de um conjunto de medidas. É a escola aberta que permite a todos o acesso a alguns bens culturais e sociais mínimos. Além disso, a teleducação exige minimamente a posse de ou acesso a um aparelho receptor, o que não é pouco.

O trabalhador é um sujeito que produz riquezas, mas não é reconhecido como produtor de saber. Esta não é uma frase de

efeito, é uma constatação. Ele é um agente da transformação, mas lhe é negada a participação formal e efetiva nas decisões sobre os rumos dessa transformação. Na maioria das vezes sequer tem consciência delas. Trata-se de um ser que não define seus destinos. Pior ainda: nega-se-lhe esse direito. O mais trágico, porém, é que os próprios sindicatos de trabalhadores não se apercebem de seu papel fundamental neste tipo de atividades e se perdem em reivindicações de ordem sempre imediata e reativa. Não tomam a dianteira da história. Perdem o bonde e andam a pé.

Eu creio que os telecursos poderiam levar o indivíduo a pensar na sua condição e nas possibilidades que ele tem de transformá-la. É provável que mediante um ensino mais integrado à vida produtiva tenha-se uma formação que possa até mesmo conduzir a um tipo de atividade mais participativa nos destinos da empresa. Pode conduzir a mudanças no sistema de gestão. Pode chegar a instituir novas formas de profissionalização e os tão ansiados rodízios que minorariam o desgaste produzido pela rotina estafante.

A escola burocratizada e institucionalizada é, no geral, uma mera reprodutora do saber instituído sem se fazer perguntas sobre a relevância desse conhecimento. O sujeito é capaz de passar três semanas estudando "*Os Lusíadas*" sem ter a menor curiosidade da utilidade disso. Não estou postulando o pragmatismo imediatista, mas gostaria de sugerir que telecursos voltados para o trabalhador devem, pelo menos, ter algo em relação ao trabalhador. O nosso problema em quase todos os nossos programas de ação é que em geral não temos sensibilidade para o "cliente" desses programas. Por exemplo, o caso de milhares de computadores comprados e distribuídos a escolas que mal dispõem de energia elétrica, não têm telefone e só recebem os manuais escolares quando o ano terminou.

Os atores sociais envolvidos na educação (como responsáveis) podem até ter consciência dessa sua condição de reprodutores de

inutilidades, mas pouco fazem em relação a isso. Não quero aqui pleitear para a educação formal no ensino fundamental uma atitude de produtores do saber. Nem quero transformar o trabalhador num cientista ou pesquisador, mas pelo menos em **consumidor crítico**.

Seria importante ensinar algo, ensinar como chegar a algo, como usar algo, ensinar para que serve tudo isso e assim por diante. O erro está em pensar que os objetivos não fazem parte do conteúdo.

Neste contexto, vale a pergunta: **por que não usar a empresa (ou atividade em que o indivíduo se acha engajado) como um laboratório natural?** E por que não fazer do telecurso um veículo para a operacionalização da distribuição do saber assim gerado? É provável que nessas condições a empresa se tornaria um gerador de conhecimentos de alta qualidade. Aliás, seria conveniente perguntar por que, no Brasil, a iniciativa privada investe tão pouco em educação e pesquisa de um modo geral. De acordo com as estatísticas, a iniciativa privada investe menos de 10% em pesquisa em relação ao que o Governo Federal vem fazendo. E o nosso Governo investe pouco, talvez 30 vezes menos que o Japão.

4. Tipos de Telecursos para o trabalhador

Afirmo que não há apenas um modelo de telecurso voltado para o trabalhador. Talvez seja oportuno fazer um breve exercício tipológico e vislumbrar pelo menos algumas formas diferenciadas de telecursos dessa natureza.

O telecurso hoje mais difundido e conhecido no país é o já mencionado *TELECURSO 2000*, de iniciativa privada e produzido pela Fundação Roberto Marinho em parceria com o Sistema FIESP como projeto educacional. Trata-se de um modelo a meu ver paradigmático. Mas como já frisei, responde a necessidades específicas e seu sucesso determina que tem data marcada para desaparecer. Serve a propósitos determinados pela conjuntura, pois visa a atender a uma clientela potencial estimada em 40 milhões de brasileiros que não

concluíram o ensino fundamental e se acham ou trabalhando, ou procurando um trabalho. É bom ter em mente que os desempregados também foram considerados nessa proposta pedagógica. Além disso, teve-se em mente atingir tanto os trabalhadores urbanos como os rurais, o que, possivelmente, não foi conseguido devido precisamente à grande diversidade que caracteriza esses dois universos.⁹

O modelo de que estou falando é composto por cursos fundamentais (1º e 2º Graus) regulares voltados para o trabalhador, com terminalidade e avaliação no processo. A novidade maior é que ele está se instituindo de modo integrado à empresa, na medida em que institui telessalas ou telepostos na própria empresa. Isto é uma iniciativa e um passo que não devem passar em branco aos nossos educadores e aos nossos sociólogos da educação. Trata-se de algo inédito e não existente antes. É uma novidade enquanto iniciativa. Similar, mas com outra concepção, é-lhe o trabalho da Fundação BRADESCO. Resta saber de seus resultados nos próximos anos, já que estamos ainda em fase de estréia deste paradigma que diverge muito do antigo Telecurso.

Existe, no entanto, um outro tipo de telecurso para a educação cuja exploração apenas se inicia. E este é o telecurso profissionalizante. Iniciativa no setor está em fase de desenvolvimento pela Fundação Roberto Marinho e pelo Sistema FIESP com apoio do SESI, SENAI e SEBRAE. Mas se trata de iniciativa que corresponde a necessidades bem localizadas e atinge uma parcela relativamente restrita de “clientes” potenciais. É, no entanto, nessa perspectiva que imagino que poderia surgir uma valiosa vertente de telecursos dos mais diversos tipos que providenciariam a formação profissional continuada e um aperfeiçoamento maior a grande número de trabalhadores. Seria já

⁹ Este continua sendo um grave problema com o qual ainda não sabemos como lidar. Assim, se por um lado, temos de atingir o universo potencial por inteiro, por outro, este universo é tão desigual que não pode receber materiais unificados. Trata-se de uma situação dilemática que beira o paradoxal e não tem, a meu ver, uma sugestão pacífica, consensual, de solução.

uma forma de sair do ensino fundamental e partir para uma especialização na profissão.

Além desses dois paradigmas podemos imaginar um terceiro, com possibilidade de sucesso bastante grande, que é a formação em setores bastante amplos da vida do cidadão. Há, no dia-a-dia, uma enorme quantidade de atividades que não se aprende sem alguma dificuldade. Não custa montar cursos específicos sobre estes temas e torná-los fontes de instrução. Melhorar, no trabalhador, as condições de enfrentamento das situações da vida diária, é dar-lhe mais segurança até mesmo em seu trabalho.

Por que não aprender, na empresa (e fora dela), como enfrentar as situações jurídicas mais elementares, as situações financeiras mais comuns, os problemas de segurança do dia-a-dia, as melhores formas de prevenção de doenças? E tantas outras coisas que nossa sociedade enfrenta. Com certeza, me perguntarão se este não está já sendo um dos papéis das TVs educativas. Sim, porém é bom ter em mente que as TVs Educativas em geral não produzem telecursos, mas programas educativos. Telecursos não são simples programas educativos ou formas de esclarecer problemas específicos. Quando falo em telecursos, refiro-me a uma educação continuada, tenho em mente um ambiente que favoreça a discussão e o crescimento coletivo. E isto pode ser feito com grande proveito no ambiente de trabalho.

5. O papel do Estado e da iniciativa privada na teleducação para o trabalho

Esta é, indubitavelmente, uma indagação fundamental: qual o papel do Estado e da Empresa nos telecursos?

Parece-me que dois pontos devem ficar desde logo claros:

- (a) O Estado continua responsável pela garantia do ensino básico universal gratuito e de qualidade. Além disso, o Estado continua

responsável por
propiciar as condições ao cidadão para que ele tenha uma
formação
básica adequada sem que tenha de deixar a escola para
trabalhar.

(b) Os telecursos não são um remendo para a incompetência
da escola ou do
Estado. Estes são e devem ser fenômenos independentes.

Esclareço minha posição quanto a estes aspectos
demasiadamente delicados. Os telecursos voltados para o ensino
fundamental são muito mais uma necessidade decorrente das estruturas
sociais e econômicas de nossas sociedades altamente industrializadas.
Seria ridículo um telecurso como esse da FRM na Suécia ou na
Alemanha, simplesmente porque ali não há justificativa para tanto. A
razão para a evasão da escola não está primordialmente na
incompetência ou falência de nosso modelo de ensino. Mas sim em
boa medida na própria organização de nosso sistema produtivo. Há,
aqui, uma progressiva dissociação entre as necessidades econômicas
e a cultura escolar.

Justamente por isso julgo fundamental que o empresariado
tome a si a parte que lhe cabe na solução de um problema pelo qual ele
é um dos responsáveis. Penso que se trata de redefinir o próprio perfil
do ensino em relação ao trabalhador, sobretudo do ensino na sua
modalidade formal. Futuramente, com tecnologias cada vez mais
avançadas, será necessário um trabalhador capaz de novas atividades.

6. O que pode a teleducação voltada para o trabalho?

A teleducação pode muito quando bem planejada e bem
executada, feita com critério e bom-gosto. É só analisar os vários
exemplos da FRM, Fundação BRADESCO, Fundação Roquete Pinto
e outras. Na verdade, neste momento, olha-se para a teleducação com

uma visão um tanto distorcida. Mas isso é fácil de corrigir.

No momento, espera-se que a teleducação consiga melhorar o currículo das empresas ao levar seus funcionários a terem, com certa facilidade, um diploma de 1º ou 2º Grau mediante a instituição de telessalas. Mas não é bem esse o sentido dos telecursos. O ponto de vista deveria ser outro: deveria ser em primeiro lugar o próprio trabalhador. A melhoria do currículo da empresa é uma decorrência.

O que pode um telecurso para o trabalhador? Entre outras coisas, um telecurso para o trabalhador pode criar condições de:

- a) aprendizagem pelo canal informal de modo organizado;
- c) desenvolvimento da cidadania;
- d) acesso a bens culturais de outro modo inacessíveis;
- e) diminuição das desigualdades sociais;
- f) desenvolvimento de um espírito crítico no trabalhador.

Note-se que os telecursos podem muito bem **criar condições**, ou seja, estabelecer as bases para a produção no processo do diálogo, da troca e não na imposição de um saber específico.

Antes de mais nada, deveria ser repondida uma outra pergunta: de que precisa o trabalhador? Todos sabemos que ele precisa de emprego garantido e de bons salários. Mas suponhamos que isso é uma tarefa para **ontem** e que hoje temos outras tarefas também urgentes. Entre essas tarefas parece estar a de aparelhar esse trabalhador para que possa criar as condições de ascensão social e econômica. Ou seja: o trabalhador precisa ser valorizado como ser humano produtor de riquezas. Precisa antes de mais nada ser respeitado no saber que ele possui.

Traduzido em termos educacionais, isto significa que o trabalhador precisa, antes de tudo, que se tome como ponto de partida o ponto onde ele se encontra. O grande problema dos telecursos que

pretendem atingir o trabalhador é que eles não foram feitos para o consumo real dos trabalhadores, mas para o deleite específico dos intelectuais que vão ver os “filmezinhos e as aulinhas”¹⁰. Quer dizer: quando as aulas estão sendo produzidas, é muito comum que nossa tendência seja pensar o quanto estaremos agradando os nossos pares e não o quanto estamos sendo adequados aos nossos “clientes” ou sujeitos.

O trabalhador merece conteúdos atualizados e de alto nível, sim. Mas ele também merece poder entender esses conteúdos e atingir esses níveis. **Desde muito antes de Cristo, toda a Humanidade sempre soube que se quisesse levantar alguém teria primeiro que chegar até ele.** Este é o maior problema que a intelectualidade enfrenta quando propõe os materiais aos trabalhadores; esquece onde o trabalhador está. Ou então comete-se o pecado contrário e se trata o trabalhador como débil mental. Dá-se-lhe um conteúdo inadequado, infantil e totalmente idiota. Trata-se-o como criança.

Um outro aspecto importante nos telecurso e que, no meu entender, deve ser muito bem cuidado, é a questão das habilidades básicas exigidas ou ensinadas. Mas o que é isso que os americanos chamam de **basic skills**, e que a maioria dos intelectuais detesta? Certamente, trata-se de uma boa idéia, desde que não se ensine que para entrar numa sala com a porta fechada primeiro é preciso abri-la... *Basic skills* são habilidades básicas definidas histórica, social e contextualmente de maneira diferenciada em em cada povo ou cultura. Do contrário, trata-se de visão etnocêntrica, sempre impositiva e enviesada.

¹⁰ É triste, mas é verdade. Quando trabalhava na confecção das aulas do *TELECURSO 2000*, e revia os roteiros dos filmes de Português ou discutia a melhor finalização das fitas, selecionando materiais, era comum ouvir de colegas: “*Ontem vi mais um daqueles filmezinhos do telecurso.*” Soubessem eles o trabalho que vai desde a concepção... etc. ... até a recepção daqueles “filmezinhos”, nunca usariam desta expressão para referir-se a esse tipo de produção intelectual.

As habilidades exigidas do cidadão variaram ao longo da História e talvez sequer sejam universais num dado momento histórico. Os povos diferem em sua história e suas necessidades. Contudo, em todos eles podem-se identificar certas aptidões tidas como básicas e necessárias. Imagine-se o caso dos esquimós, dos árabes no deserto, dos indígenas brasileiros na floresta amazônica ou do morador da favela Dona Marta no Rio. O que é habilidade básica no caso de cada um deles?

A escola tem como missão transmitir tanto os **conteúdos formais** estabilizados na forma de conhecimentos adquiridos ao longo da História, como transmitir **habilidades básicas** que tornam o cidadão um ser livre, crítico, autônomo e integrado no *modus vivendi* de seu tempo. Não existe um indivíduo tal que poderia ser identificado como um **cidadão *in vitro***. Ninguém vive no formol nem em situação a-histórica.

A escola sabe muito bem como transmitir os conhecimentos adquiridos através da História, mas não tem a mesma sensibilidade quanto ao que está diante de seu nariz. Quais são as escolas que se dão ao “luxo” de ensinar o aluno a ler jornal? Qual das escolas se preocupa com os fatos políticos do momento e sua discussão? Qual a escola que se preocupa em desenhar o mundo do trabalho e das profissões preparando o indivíduo para suas decisões?

Estruturar um curso sensível às habilidades básicas significa estabelecer pequena quantidade de **objetivos** ou **tarefas significativas** que podem ser ensinadas e mensuradas. Por exemplo:

A - Uso eficiente de recursos, incluindo o tempo, dinheiro, materiais, espaço e pessoas, demonstrando capacidade de: *saber definir prioridades e valores; respeitar normas de qualidade e produtividade; organizar atividades e ações no tempo e espaço etc.*

B - Uso de informação, incluindo habilidades de: *identificar e avaliar fontes de informação; organizar, interpretar e comunicar a*

informação, distinguir fato de opinião etc.

C - Compreender as regras básicas de funcionamento de: *sistemas sociais e organizacionais; sistemas técnicos e tecnológicos*, bem como compreender as relações entre indivíduos e sistemas, e mais particularmente: *os direitos dos cidadãos e dos trabalhadores; o meio ambiente organizacional, social e ecológico; questões de saúde e higiene pessoal e no trabalho etc.*

D - Aplicar conhecimentos científicos e tecnológicos para identificar e resolver problemas concretos e específicos.

E - Demonstrar a capacidade de ler e escrever corretamente, aplicando-a a situações correntes na vida quotidiana e em ambientes de trabalho, particularmente: *sinais e símbolos, documentos, manuais de instrução etc.*

F - Comunicar-se por escrito, oralmente, e em situações de estudo, trabalho e lazer, demonstrando capacidade de: *ter idéias claras, adequadas aos públicos diversos e com a formulação contextualizada.*

G - Participar produtivamente de grupos de trabalho ou estudo, demonstrando: *capacidade de ouvir, entender e lidar com diferentes perspectivas; argumentar persuasivamente e lidar com pessoas de distintas origens e hierarquias.*

Este elenco de habilidades foi extraído de um documento preparado como orientação básica para os professores do *TELECURSO 2000*. Parece razoável, mas é polêmico. Fundamental é que não se perca na trilha de um manual de etiquetas ou boas maneiras de comportamento burguês à boa e farta mesa, nem se confunda com um manual de instrução de uso dos aparatos burocráticos e tecnológicos de nossa era. Central para essas habilidades é serem elas capazes de preparar um cidadão autônomo, crítico e atento para os fatos de sua época. Um manual de habilidades básicas não é um **manual de uso e operação do ser humano em situações sociais**, mas um elenco de procedimentos úteis para enfrentar situações-padrão na sociedade contemporânea. Por exemplo: como não morrer atropelado no meio da rua.

7. Em suma...

Neste breve ensaio, tentei, de maneira relativamente intuitiva, esclarecer que os telecursos voltados para o trabalhador não são necessariamente uma educação para o trabalho nem uma compensação para a escola formal. Muito menos um substituto da instituição escolar formal, como parece querer o Governo em seus discursos. Também jamais deveriam eles ser uma porta para a privatização do ensino ou desincumbência dos Governos em relação ao ensino básico. São um fenômeno que ainda está por merecer uma melhor definição de perfil e papel. É simplismo demasiado ver neles uma solução para a falência da escola, pois essa falência não existe. Falida está a capacidade de ação dos responsáveis e não a instituição.

Na verdade, andamos todos fartos de discursos que identificam os problemas nacionais como reflexos de problemas sociais. Também não se aguenta mais esse discurso cansado do “custo Brasil”. Mais relevante será identificar os atores sociais e seus respectivos envolvimento e competências, seja como produtores de soluções e incentivadores ou então como alvos dessas soluções e incentivos. Depois disso resta levar a sério as decisões, se é que há algum interesse nelas. No momento, tudo indica que a indignação está muito mais do lado da ação que do diagnóstico e da proposta.

A Entoação em Contextos Hesitativos em Interações Temáticas

Marília VIANA - UFPE

As diversas abordagens em torno das questões relativas ao estudo de conversações naturais (situações de conversa informal, com ou sem tema previamente definido) ou de conversações semi-formais (diálogos entre informantes em torno de um tema previamente definido - cf. material do Projeto NURC) procuram dar conta da estrutura da conversação numa perspectiva não apenas gramatical mas, também, contextual (Marcuschi, 1988; 1989; Jubran et al, 1992; entre outros), tendo como preocupação central dados pragmático-contextuais presentes na interação. Com isso, a observância a fatos explicitamente presentes (**estruturas gramaticais**) na interação não pode prescindir de um estudo das relações desses fatos com aqueles que claramente caracterizam a interação, tais como a intenção dos falantes (**estrutura ilocutória**), a maneira como estes organizam suas falas e as estratégias utilizadas nessa organização de acordo com os papéis desempenhados por cada um dos interactantes (**estrutura interacional**).

A estrutura gramatical, a estrutura ilocutória e a estrutura interacional estão intrinsecamente relacionadas com os tipos de padrões

entoacionais usados pelo falante cujo papel é decisivo na organização da fala. Ou seja, as estruturas frasais embora segmentadas, em sua grande maioria, de acordo com as regras da gramática, as quais definem as fronteiras sintagmáticas, nem sempre são respeitadas pelo falante que pode escolher o(s) elemento(s) proeminente(s), independentemente do que reza a gramática de sua língua, como é o caso, por exemplo, da seleção de uma sílaba que não a tônica (cf. Viana, 1992) como elemento proeminente, fato este decorrente do papel da estrutura ilocutória sobre a gramatical, consequência de fatos alheios à estrutura lingüística mas de relevância para a colocação da intenção do falante naquele momento. Tal escolha, na realidade muito frequente, é de grande importância para a constatação do fato de que em determinados contextos, “as conexões são mais implícitas que explícitas ou mesmo ordenadas por princípios culturais e não lingüísticos. Isto faz com que um tratamento apenas lingüístico da conversação não dê conta de certos fenômenos lingüísticos pressionados por fatores de outro sistema organizacional” (Marcuschi, 1988:02).

Um outro fator de não menos importância na estruturação da fala é o do **encadeamento proposicional com base na organização semântica**. Este fator constitui elemento determinante para a coerência textual e tem, por sua vez, um papel especial na organização dos padrões entoacionais dos falantes. A concatenação de proposições se dá através de padrões entoacionais característicos em que a intenção do falante, a cada passo da conversa, determina o tipo (ascendente ou descendente) do padrão a ser utilizado. O tipo de padrão fornecerá pistas ao ouvinte, possibilitando a sua interferência, mesmo que parcial, na organização proposicional do falante (**padrão descendente**), ou sinalizando para que o ouvinte não interfira, pelo menos momentaneamente, na organização proposicional do falante (**padrão ascendente**). Segundo Marcuschi (1988), a organização se dá pela obediência a regras “que os interlocutores seguem a fim de interagirem ordenadamente” (op.cit.:03). Essas regras ordenam as formas lingüísticas, os conteúdos, a sequência dos atos de fala, a interação, a

tomada de turno e a sequenciação tópica.

Neste estudo, interessa-nos, sobretudo, a relação que se estabelece, em contextos hesitativos, entre essas regras e o padrão entoacional escolhido pelo falante e o papel que determinada escolha entoacional do falante pode exercer na organização da conversação. Ou seja, que tipo de padrão foi usado pelo falante quando, no momento da hesitação, o ouvinte tomou o turno e, quando o fez, se houve ou não mudança temática. Para isso, será necessário considerar a sequenciação dos lances (**moves**) como proposto pelo modelo descritivo (Goldberg apud Marcuschi, 1988) de análise da conversação. Toma-se lance aqui como unidade informativa que se relaciona tanto intra como inter-turno, possibilitando a identificação de sequências, “mostrando como o discurso se desenvolve, emperra ou involui” (Marcuschi, 1988) e como se processaram as mudanças de tópico, visto que o modelo oferece condições de se identificar fronteiras tópicas que determinam o fluxo da fala.

As hesitações, as pausas, a segmentação tonal (grupos de unidades tonais) e os tipos de padrão entoacional a elas associadas fornecem pistas ao ouvinte para a organização da fala subsequente, numa sequência de ações relacionadas entre si, contribuindo para o êxito da conversação. De acordo com Boomer (1965) as hesitações na fala espontânea ocorrem em pontos onde as decisões e escolhas devem ser feitas, e os arranjos gramaticais e lexicais são feitos a partir de uma decisão prévia do falante a qual, sendo circunstancial (o falante organiza a fala a cada momento), pode resultar em pausas não planejadas. A sequenciação vai estar condicionada às informações suprasegmentais associadas à estrutura lingüística, ao nível segmental.

Maclay e Osgood (1959:40) afirmam que “os fenômenos da hesitação estão claramente relacionados com a dinâmica de seleção gramatical e lexical”. Essa dinâmica, na realidade, é decorrente das opções do falante no momento da organização de sua fala que, por

sua vez, está também diretamente relacionada com a intenção que orienta as escolhas entoacionais. No momento que o falante proporciona ao ouvinte a possibilidade de uma intervenção em sua fala, o tipo de padrão entoacional funcionará como pista para o ouvinte que poderá, ou não, seja pela conclusão do turno ou por hesitação, aproveitar a oportunidade para continuar ou mudar o tópico da conversa. Nessa linha, a noção de **topicalidade** como proposta por Maynard (1980:263 apud Preti, 1990:78) é a que melhor se aplica para este trabalho. Para esse autor a **topicalidade** “não é apenas uma questão de conteúdo, mas um fenômeno parcialmente construído pelos procedimentos que os falantes utilizam para demonstrar compreensão e conseguir o ajuste adequado de seu turno com o anterior”. Esse ajuste se dá na medida que as pistas entoacionais que orientam a organização da fala são apreendidas pelo ouvinte. No caso das hesitações, o mais provável é que o padrão entoacional seja do tipo ascendente, visto que o falante interrompe sua fala sem ter concluído seu pensamento e, enquanto reorganiza sua fala, espera que seu interlocutor aguarde o que ele ainda tem por dizer.

Marcuschi (1991) relaciona alguns tipos de fenômeno hesitativo como os mais frequentes. Entre eles, as **manifestações prosódicas** (silêncios prolongados, alongamento de vogais), os **marcadores de hesitação** do tipo *éh, ah, mm*, as **pausas funcionais** (artigos, preposições, etc.), as **palavras lexicais** (nomes, advérbios, etc.), as **interjeições** (*oh!, ah!, epa!*), os **marcadores acumulados** ou situações em pontos não previstos (*ässim então*”, “quer dizer, sabe”, etc.), os **gaguejamentos**, as **autocorreções** e os **risos**.

Na conversação natural, são frequentes as hesitações tanto intra-turno (Exemplo 1) como inter-turno (Exemplo 2), como mostram os exemplos abaixo:

Exemplo 1

CONAT 01 - Projeto Hesitação - UFPE

LF1 vou te dizer o que é...➤

A Entoação em Contextos Hesitativos em Interações Temáticas

que apesar de tudo... ↗
a ge... a gente ainda tem um... ↗
um... um nível ↗
a maioria tem um nível de percepção muito boa ↗
mas muitos pais... / eles não incentivam... ↗
é aquela questão MOTIVAÇÃO ↘

Exemplo 2

CONAT 01 - Projeto Hesitação - UFPE

LF1 ficou só na... ↗ ficou só no desejo ‘

LM2 não é... ↗

quer dizer... ↗ é aquela tal coisa... ↗

se C não for e W e V não tiver ... ↗ nessas visitas...

↗

não se realizam não ↘

LF2 mm... →

LM2 realizam não ↘

Como se pode ver, em ambos os exemplos, o padrão entoacional atribuído à forma hesitativa é, em quase todos os casos nos dois exemplos, o de tom ascendente. Como foi dito anteriormente, e aqui se confirma, enquanto não houve a conclusão do pensamento, a concatenação proposicional é toda marcada pelo tom ascendente. No segundo exemplo, na forma hesitativa caracterizada pela presença do marcador hesitativo “mm”, o tom usado pelo falante é do tipo neutro (cf. Brazil, 1975) que reflete uma situação em que o falante não tem muito a acrescentar ou não está interessado em concordar ou discordar do que foi dito. Possivelmente, esse é um momento em que o falante espera o que vem adiante para então avaliar sua contribuição àquele momento da interação. Em qualquer das situações, a hesitação está marcada. Seja para continuar (ou retomar) o fluxo da conversa com uma contribuição lingüística explícita, seja para informar ao ouvinte (estrutura interaciona) que algo está sendo processado e virá

logo em seguida. Galembeck et al (1990:89) classifica esse tipo de ocorrência como “Turno inserido para indicar concordância, entendimento ou compreensão” e o descreve como tendo uma função predominantemente interacional.

No exemplo 3, percebe-se uma tomada de turno logo após uma hesitação, desta vez com uma mudança de tópico. O ouvinte aproveita a hesitação do falante para, através de uma sobreposição, tomar o turno de assalto e reintroduzir um tema anteriormente desenvolvido na conversa.

Exemplo 3

CONAT 01 - Projeto Hesitação - UFPE

LF1 [MAS A NOssa média ultimamente... ↗
LM2 tem sido essa ((falando baixo))
LF1 tem sido essa... ↘
doze dez doze ... ↗ [dez doze... ↗
LM2 [SIM→
LF1 [nossa média ultimamente... ↗
LM2 [voltando ... ↗ voltando para M ↗

aí... → “M qual é o problema
“não... porque é em decorrência do trabalho”... né... ↗

Na última sobreposição do Exemplo 3, fica evidenciada a tomada de turno após uma hesitação com padrão entoacional ascendente, acompanhada por uma mudança do tópico para a retomada de um outro que vinha sendo anteriormente desenvolvido. Embora não seja um “shift”, em que a mudança implica na introdução de novo tópico, este pode ser um exemplo típico de **discurso descontínuo** em que a forma de manifestação é a da reintrodução de “um elemento ou tópico discursivo aparecido em outros momentos anteriores, que pode ser feito por algum tipo de marcador específico como “como já disse”, “voltando ao assunto”(Marcuschi, 1988:15).

Ao tratar a questão do tópico, Ochs e Schieffelin (1976:340-345 apud Marcuschi 1988:14) sugerem dois tipos de ligação entre os tópicos discursivos: **a colaboração e a incorporação tópicas**. Enquanto o primeiro estabelece uma ligação direta com o enunciado anterior, o tópico incorporativo “toma alguma pressuposição do tópico discursivo imediatamente anterior ou alguma informação nova relevante no tópico anterior, incorporando-a num novo tópico” (Marcuschi, 1988:15). Essa classificação de Ochs e Schieffelin, no entanto, diz respeito ao discurso contínuo, que não reflete o caso do Exemplo 3, acima. Para Bublitz (1988) esta seria uma ocorrência de mudança tópica, vista por ele como um procedimento natural e característico da conversação (cf. Dionísio, 1993:67) e classificada como “**deslizamento tópico**” visto existir uma relação com o que vinha sendo desenvolvido anteriormente.

O Exemplo 4 mostra outro tipo de mudança de tópico, desta vez para encerrar o discurso. Bublitz (1988) classifica esse tipo de mudança de “**fechamento tópico**” e, neste caso específico, de interrupção tópica, com a característica de fechamento. Vejamos o Exemplo 4:

CONAT 01 - Projeto Hesitação - UFPE

LF1 ele [está iniciando a vida agora ele tem muita
experiência de vida

LM2 [NÃO...↘ eu tô dizendo a você conta-se...↗
conta-se... conta-se... ↗

mas dizer que esse tipo de experiência é
experiência de vida não é...↘

não é experiência de vida de jeito nenhum... ↘

não é experiência de vida porque se for
(ininteligível) teria corrigido

essa pessoa... ↗ teria corrigido... ↗

LF1 olha minha gente eu tenho que ir... ↘

tu vai comigo ↘

LF2 vou↘

Marígia VIANA

A interrupção vem logo em seguida a uma hesitação com padrão entoacional ascendente, evidenciando que o falante ainda tinha algo para dizer, tendo sido cortado durante sua intervenção. Este é um caso típico de interferência da estrutura ilocutória e é lembrado em Galembeck (1990:87) que afirma: “A curva entoacional é, por vezes, o único índice de que o turno não se completou”.

As evidências encontradas nos exemplos mostrados neste trabalho sugerem um maior aprofundamento na investigação do papel dos padrões entoacionais na organização do turno conversacional e constitui, em particular, o objeto da pesquisa sobre a hesitação, em andamento na Universidade Federal de Pernambuco. Espera-se, com o que aqui foi colocado, ter contribuído para as discussões sobre problemas na Análise da Conversação visto que este trabalho não se esgota em si mas busca levantar questões sobre a entoação enquanto elemento determinante na estrutura da sequência conversacional.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BOOMER, D. S. (1965) **Hesitation and Grammatical Encoding.** Language and Speech 8:148-158
- BUBLITZ, W. (1988) **Supportive Fellow-Speakers and Cooperative Conversations: Discourse**
- Topics and Topical Actions, Participant Roles and Receptient Action” in a Particular Type of Everyday Conversation.** Amsterdam. John Benjamins.
- BRAZIL, D. (1975) **Discourse Intonation.** The University Press. Birmingham

- DINÍOSIO, A. P. (1993) **A Interação nas Narrativas Oraís**. Tese de Mestrado . UFPE
- JUBRAN, C. C. A.S., Hudinilson Urbano et alii (1992) **Organização Tópica da Conversação**. In Rodolfo Ilari (org.) **Gramática do Português Falado**. Vol. II. Editora da UNICAMP.
- MACLAY H. and C.E. OSGOOD (1959) **Hesitation Phenomena in Spontaneous Speech**. Word 15:19-44.
- MARCUSCHI, L.A. (1988) **Sugestões para a Análise da Repetição no Português Falado** (mimeo).
- (1989) **Coesão e Coerência: A Organização Tópica**. (mimeo).
- (1991) **Formas e Posições da Hesitação como Descontinuadora da Fala na Interação Verbal**. (mimeo)
- PRETI, D. (1990) **A Linguagem dos Idosos**. São Paulo. Contexto.
- VIANA, M. (1992) **Padrões Entoacionais no Processo de Continuidade e Descontinuidade na Fala**. UFPE (mimeo).

Linguistic Function and Literary Interpretation in Joyce's 'Eveline'

Stella Maria Miranda VIEIRA

This paper is a tentative application of the framework of systemic linguistics to the analysis of Joyce's short story 'Eveline'. The aspects contemplated are (i) patterns of transitivity and (ii) the logico-semantic relation of projection. They are shown to be crucial to the understanding of character and point of view.

Introduction

Although the the category 'text' does not belong to the domain of grammar, since its structure is semantic, its constituents are realized "as clauses or clause complexes in the same way that, say, morphemes, which are the smallest constituents in the grammar, are realized as syllables or syllable complexes" (Halliday 1985: 318). As has been shown by Kennedy (1982), Carter (1982), Mc Intosh and Halliday (1966) and Coulthard (1983) a look into the grammar and lexis can be very illuminating in the study of literary texts.

This paper is an attempt to apply some assumptions of systemic linguistics in an analysis of Joyce's story 'Eveline' from the Dubliners

collection. The first aspect to be examined is transitivity since, as Halliday says, the foregrounding of certain transitivity patterns “express not only the content of the narrative but also the abstract structure of the reality through which that content is interpreted” (Halliday 1973: 121). In the story under analysis the particular way in which Eveline deals with reality is conveyed by the frequency with which certain lexico-grammatical patterns were selected.

The second point to be considered is the logico-semantic clause relation of projection (quoting vs reporting) in its bearing on point of view of the narrative.

The two aspects analysed throw lights on the character’s personality traits and on the interpersonal dynamics of the triangle narrator-character-reader.

Patterns of transitivity

Halliday sees language in terms of three basic functions which he calls (1) ideational, (2) interpersonal and (3) textual.

1. The ideational function is responsible for the expression of content, of the addresser’s experience of reality, including the inner world of his or her own consciousness.

2. The interpersonal function serves the expression of the addresser’s comments, attitudes and evaluations of the ideational content and accounts for the relationship between addresser and addressee.

3. The textual function enables the addresser to actualize in text form the ideational and interpersonal meanings. It also enables the addressee to distinguish a text from a list of unrelated sentences.

In the present paper I shall deal with the aspect of the ideational component of linguistic meaning which has been most explored by Halliday, that of transitivity.

Transitivity consists of the functions of processes, participants and circumstances, which are realized by verbal, nominal and adverbial groups, respectively. For the sake of this study I shall limit myself to processes and participants.

Processes can be material (actions), mental (cognition, perception, reaction, verbalization) or relational (relations of identification or attribution) as exemplified below:

- material: She ran to school.

Linguistic Function and Literary Interpretation in Joyce's 'Eveline'

- mental: He saw the car. (perception)
- relational: That man is a teacher. (identification)

In a material-process clause the participant who does the action is the actor and the one who is affected is either the goal or, if it receives an object or a service, the beneficiary. It can also be called the object of result if it starts to exist as a result of the action. For example,

- They painted the house. (goal)
- They built the house. (object of result)
- They built the house for their mother. (beneficiary)

In mental-process clauses the participants are the senser (processer) and the phenomenon. The phenomenon is not limited to the class of 'things' as is the case with the goal in action clauses. What is perceived or thought of can be a 'thing' but can also be what Halliday calls a 'metaphenomenon' — a fact or a report. Metaphenomena are phenomena which have already 'been filtered through the medium of language' (Halliday 1970: 154). The examples below show the distinction between a simple phenomenon and a metaphenomenon.

- She heard him leaving. (phenomenon)
- She heard that he had left. (metaphenomenon)

Relational clauses express a form of relation between two participants. Relational processes can be intensive, circumstantial or possessive:

1. intensive: 'x is y'
2. circumstantial: 'x is about/ at/ like y'
3. possessive: 'x has y'

Each of these relations can be either attributive or identifying. The attributive relation is one of class membership: the two participants are at the same order of abstraction but differ in generality, so their position cannot be reversed (e.g. Pam is a typist). The identifying relation is an equation. The two elements differ in abstraction but are alike in generality; they are reversible (e.g. Mr. Johnson is the mayor).

The table below is from Toolan 1988 (p. 114).

Types	Attributive	Identifying
intensive	Emma is clever.	Oscar is the leader. The leader is Oscar.

circumstantial	The concert is on Tuesday.	Today is the tenth. The tenth is today.
----------------	-------------------------------	--

possessive	Ted has a piano. The piano is Ted's. Ted owns the piano.	
------------	---	--

What first stands out in an analysis of transitivity in 'Eveline' is the repeated occurrence of mental-process clauses in which Eveline is the senser.

(p.36) '... watching the evening invade...'

'... she heard his footsteps...'

(p.37) 'Perhaps she would never see again those familiar objects from which she had never dreamed of being divided.'

(p.38) '... she sometimes felt herself in danger.'

'She knew it was that...'

Of the eighty processes in which Eveline is the grammatical subject, only twenty-three are actions and of these a few are intransitive verbs (Eveline is the affected) which describe her physical and psychological state.

(p.36) 'She sat at the window...'

(p.39) '...she continued to sit...'

(p.40) 'She stood among the swaying crowd...'

(p.40) 'She trembled...'

Others refer to actions that she was not willing to do but had to:

(p.37) 'Of course she had to work hard...'

(p.38) 'She had to rush out as quickly as she could and do the marketing, holding her black leather purse... as she elbowed her way... and returning home, late under her load of provisions.'

Other group of action verbs refer to mere conjectures about future actions or to attitudes attributed to her by other people.

(p.37) 'What would they say of her in the Stores when they found out that she had run away with a fellow?'

(p.38) 'He said she used to squander the money...'

Linguistic Function and Literary Interpretation in Joyce's 'Eveline'

Sometimes the verbs which describe prospective action are attenuated by a modal element which stresses the uncertainty of its realization.

(p.38) 'She was about to explore another life...'

'She was to go away with him...'

I find the foregrounding of the patterns in which Eveline is the affected significant for the interpretation of this character as a passive, hesitant person, incapable of taking control of her own life. She does not make things happen; things happen to her.

When the actor in the process is somebody else, Eveline's passive role is further emphasized. She does not really interact with other people; they do things to her.

(p.38) '...he had begun to threaten her and say what he would do to her...'

(p.39) '...her father..... had forbidden her...'

(p.39) '...he would miss her.'

(p.39) '...he had read her out a ghost story and made toast for her at the fire.'

(p.37) 'People would treat her with respect then.'

Even in the paragraph about her affair with Frank she appears very passive. There are only two occurrences of they (she and Frank) with reciprocal verbs:

(p.39) 'Then they had come to know each other.'

'People knew that they were courting...'

In all other instances he is the actor and she is either the goal or beneficiary.

(p.39) 'He used to meet her outside the stores and see her home.'

'He took her to see the Bohemian girl...'

'He used to call her Poppens out of fun.'

'He told her the names of the ships...'

'He told her stories of the terrible Patagonians.'

Signs of passivity are also present at the point of her reverie when she seems to have made the decision to leave. She is totally dependent on Frank to change her situation.

(p.40) 'Frank would save her.'

'He would give her life...'

'He would take her in his arms, fold her in his arms.'

Types of projection

The other aspect that I find worth examining in 'Eveline' is the use of reporting and quoting. This is a point in which there is considerable overlap between the ideational and interpersonal functions.'

In order to locate the matter within the systemic framework I shall mention briefly the two kinds of relationship that exist between clauses. There are (1) relations of interdependency and (2) logico-semantic relations.

(1) Relations of interdependency are divided into hypotaxis and parataxis. In hypotaxis one clause is dependent on the other whereas in parataxis the two clauses have equal status.

(2) There are two fundamental logico-semantic relations: (a) expansion and (b) projection.

(a) Expansion: the secondary clause expands the primary clause by elaboration, extension or enhancement.

(b) Projection: the secondary clause is projected through the primary clause. The projected clause is either (i) a locution or (ii) an idea.

The table reproduced below (Halliday 1985:197) exemplifies the ways in which the two types of relations interact.

Basic types of clause complex

paratactic	hypotactic
John didn't wait; everyone	John ran away, elaboration 1 he ran away. which surprised
	= 2 =
	John ran away, extension 1 and Fred stayed behind. whereas Fred stayed
behind..	+ 2 +
	John was scared, enhancement 1 John ran away,

Linguistic Function and Literary Interpretation in Joyce's 'Eveline'

scared.	so he ran away. x 2	because he was x
away.	locution John said: 1 ' I'm running away'.	John said he was running
idea	" 2 John thought to himself 1 'I'll run away'. ' 2	" John thought he would run away. '

Key to symbols

Parataxis: 1 initiating clause
2 continuing clause

Hypotaxis: head clause
dependent clause

Expansion: = elaboration
+ extension
x enhancement

Projection: " locution
' idea

In the present paper I shall concentrate on projection which is defined by Halliday (1985:227) as 'the logical-semantic relationship whereby a clause comes to function not as a direct representation of (non-linguistic) experience but as a representation of a (linguistic) representation.'

Quoting ('direct speech') is the simplest form of projection. The projecting clause is a verbal process (saying) and the projected one is a representation of what is said. The phenomenon represented by the projected clause is a lexico-grammatical one, not a phenomenon of experience. The dependency relationship is parataxis. The signalling of quoting in written English is the use of quotation marks.

'I've finished the report', said Janet.

Martin said: 'I don't intend to stay.'

Reporting is the kind of projection done through a mental process (thinking) as in the example 'Mary knew she wouldn't come on time'. The projecting clause here is a mental process (cognition) and the projected clause is a meaning not a wording. The dependency relation is hypotaxis; the projected clause does not have the status of an independent clause.

Although reporting is basically associated with mental processes and quoting with speech, it is possible to report speech and to quote thought.

In reported speech the saying is represented as meaning. In the example 'Mary told us she would be here' we do not know Mary's exact words but what she meant. In quoted thought meaning is represented as wording, for example, "'I can't accept that", he thought.'

Not only propositions but also proposals (commands and offers) can be projected; e.g. the form 'She told the students to leave the room'. Proposals can also be projected mentally through affective processes of reaction (wish, like, hope, fear, etc.). For example:

She hopes to succeed.

I wish they could be here.

A typical reported proposition is characterized by a shift 'away from reference to the speech situation: personals away from first and second person (speaker and listener) to third, and demonstratives away from near (here & now) to remote' (Halliday 1985: 238).

There is a type of indirect discourse, though, which combines features of the other types of projection. It is called free indirect discourse and has been widely used in contemporary literature. There is still another type which is used not only in literature but also in every day speech — the so-called free direct speech whose only difference from direct speech is the absence of a projecting clause.

Toolan (1988: 123) enumerates the following formal features of FID (free indirect discourse):

1. no reporting clause (as in free direct discourse);
2. third-person pronouns used to refer to the thinker or speaker of what is reported (as in orthodox reporting);
3. syntactic inversion in questions (as in quoting);
4. proximal deictics (as in quoting);
5. more prominent use of modality markers which can be attributed to the character rather than to the narrator;

Linguistic Function and Literary Interpretation in Joyce's 'Eveline'

6. use of vocatives, evaluative words, fillers, interjections and emotive language in general that we associate to the character rather than the narrator.

The predominant type of projection in 'Eveline' is the anomalous FID. After a brief introductory paragraph describing Eveline's position at the window, the author 'retires' from the narration and gives the floor to the character. He reappears now and then but most of the time the story is told from Eveline's standpoint. What happens in FID, in fact, is a kind of fusion of narrator's and character's points of view. At times it is impossible to decide whose point of view is at stake.

Toolan (1988: 127) views FID 'as a strategy of (usually, temporary or discontinuous) alignment, in words, values and perspective, of the narrator with a character.'

The passages provided below exemplify some of the characteristics of FID referred above.

a) Syntactic inversion in questions.

(p.37) 'Was that wise?'

'What would they say of her...?'

(p.40) 'Why should she be unhappy?'

(p.41) 'Could she still draw back after all he had done for her?'

b) Proximal deictics

(p.37) 'Now she was going to go away like the others, to leave her home.'

'Even now, though she was over nineteen, ...'

(p.38) 'And now she had nobody to protect her.'

c) Modality markers attributable to the character

(p.37) 'People would treat her with respect them.'

(p.40) 'She must escape.'

(p.40) 'Why should she be unhappy?'

(p.41) 'Could she still draw back...?'

d) Vocatives, evaluative words, language of emotion in general

(p.37) 'Home!'

Then she would be married. — she, Eveline.'

(p.38) 'How well she remembered the first time she had seen him...'

(p.41) 'No! No! No! It was impossible.'

(p.40) 'Strange that it should come that very night...'

Although the character's voice dominates the scene in 'Eveline', it is embedded in the narrator's voice which gives structure to the narrative.

In the very beginning the author relates the character to the setting as he establishes the mood of the story.

(p.36) 'She sat at the window watching the evening invade the avenue. Her head was leaned against the window curtains and in her nostrils was the odour of dusty cretonne. She was tired.'

Three pages later he provides what is nearly a repetition of the initial paragraph and through the changes introduced adds an intentional element which emphasizes Eveline's inclination to leave things as they are.

(p.39) 'Her time was running out but she continued to sit by the window, leaning her head against the window curtain, inhaling the odour of dusty cretonne.'

Shortly afterwards he introduces the paragraph in which she seems to have decided to leave.

(p.40) 'She stood up in a sudden impulse of terror.'

In the final part of the story narrator's voice and character's thought intertwine but the closing paragraph is the narrator's.

(p.41) 'He rushed beyond the barrier and called to her to follow. He was shouting at her to go on but he still called to her. She set her white face to him, passive, like a helpless animal. Her eyes gave him no sign of love or farewell or recognition.'

The few occurrences of quoting in Eveline are acoustic images that are vivid in the character's mind either because she had listened to them repeatedly or because they had upset her much. They are loose utterances, not part of interactions. None of the dialogues are quoted. She refers to the 'Saturday squabble' with her father, her meetings with her boyfriend without any quoting. Even at the very end of the story when the reader would expect to hear a dialogue between her and her lover what is given is just one side of the interaction, one-word utterances in which Frank urges her to follow him while she silently refuses to break her ties with the sad routine that she perceives to be her duty.

This lack of explicit dialogue throughout the story gives special force to the internal argument between the two opposing tendencies of her divided self. Eveline is torn between her desire to try a different life with her lover in an unknown country and her inclination to passivity which wins at the end and makes her stay with the sad and dull but predictable.

Conclusion

In this paper I hope to have given a sample of the utility of systemic linguistics for literary studies. Mere regularities, says Halliday, do not make literature but a functional approach helps clarify which are stylistically relevant (Halliday 1973: 105).

Transitivity patterns, as has been shown by Halliday 1973, Kennedy 1982 and the present study, are a powerful tool in structuring characters. I also think to have shown that the types of projection that the author chooses are denotative of the type of interaction he or she wants to promote between him/herself and the reader. FID, for instance, is very effective in transmitting an illusion of immediacy as if the reader had direct access to the character's thoughts and feelings.

BIBLIOGRAPHY

- CARTER, Ronald (1982) 'Style and Interpretation in Hemingway's 'Cat in the Rain' in Ronald Carter (ed) *Language and Literature: An Introduction Reader in Stylistics*. London, Edward Arnold, pp 65-80.
- HALLYDAY, M.A.K. (1970) 'Language Structure and Language Function' in John Lyons (ed) *New Horizons in Linguistics*. Harmondsworth, Middlesex, Penguin Books, pp 140-165.
- COULTHARD, Malcolm (1983) 'Cat in the Rain' in *Ilha do Desterro* 9, Universidade Federal de Santa Catarina, pp. 88-11
- (1973) *Explorations in the Functions of Language*. London, Edward Arnold.

Stella Maria Miranda VIEIRA

- (1978) *Language as Social Semiotic*. London, Edward Arnold.
- (1985) *An Introduction to Functional Grammar*. London, Edward Arnold.
- KENNEDY, Chris (1982) 'Systemic Grammar and its Use in Literary Analysis' in R.Carter (ed) *Language and Literature: An Introduction Reader in Stylistics*. London, Edward Arnold, pp 65-80.
- MC INTOSH, Angus and Halliday, M.A.K. (1966) *Patterns of Language: Papers in General, Descriptive and Applied Linguistics*. London, Longman.

O Dialogismo no Discurso do Comunicador de Rádio¹

Antonio Carlos XAVIER²

Mikhail Bakhtin postulou que a linguagem possui um caráter dialógico independentemente das estruturas discursivas em que esteja inserida, tangenciando até mesmo os denominados monólogos.

Para o teórico russo, o enunciado do outro é introduzido no nosso enunciado, de forma a se refletirem e se responderem mutuamente, o que caracterizaria a linguagem como essencialmente dialógica.

Segundo Bakhtin, o falante busca obter do ouvinte *uma compreensão responsiva ativa*, a qual pode ocorrer por meio de uma resposta fônica ou comportamental. Na Interação Radiofônica, a princípio unilateral, a audiência responde ao comunicador geralmente por meio de comportamentos e *respostas fônicas de efeito retardado*,

¹ Este artigo faz parte da dissertação de mestrado em Lingüística apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística da UFPE intitulada CONVERSA AO PÉ DO RÁDIO: Um estudo da Interação Comunicador-Ouvinte defendida em novembro de 1995.

² O autor é Mestre em Lingüística e professor de Língua Portuguesa da Escola Técnica Federal de Pernambuco e professor substituto da UFRPE.

em razão da impossibilidade da “feedback” imediato. Na interação pelo rádio, podemos perceber claramente todo esse jogo dialógico, embora sua estrutura seja monológica. Isto obriga o comunicador radiofônico a desempenhar uma dupla função: falante e ouvinte.

Enfim, queremos mostrar que o dialogismo bakhtiniano permeia também o dizer formalmente monológico do radialista, o qual se utiliza de várias estratégias, tais como: *antecipação de possíveis réplicas da audiência, perguntas retóricas, marcadores conversacionais em grande quantidade, modalização imperativa entre outras*, objetivando com isso torná-lo dialógico ou conversacional.

Palavras Chave: Dialogismo; Discurso; Rádio

Mikhail Bakhtin, considerado um dos semiólogos mais importantes da cultura europeia, publicou, em um dos seus diversos ensaios, uma formulação conceitual que despertou especial interesse entre estudiosos de várias campos do saber. Trata-se da sua teoria a respeito do caráter dialógico da linguagem, que, segundo ele, subjaz a todas as estruturas discursivas, mesmo àquelas produzidas por um único falante. Ele afirma que a comunicação só existe na reciprocidade do diálogo, transcendendo à simples transmissão de mensagem. Interpretou o ato de comunicar como um processo pelo qual o locutor estabelece com o interlocutor uma relação de alteridade e troca de papéis. Esse é, pois, o fulcro da **Teoria do Dialogismo** postulada por Bakhtin.

A noção dialógica que, conforme o autor, perpassa todo discurso, está diretamente vinculada a duas categorias lingüísticas obrigatórias na construção do diálogo que são o **eu** e o **tu** que se identificam, se reconhecem e se alteram nas funções de falante e ouvinte.

Em **Estética da Criação Verbal** (1992:290), Bakhtin critica, denominando de destorcida, a visão de Lingüística de Saussure e de Vossler que isolavam o locutor da relação com os outros parceiros da comunicação, além de lhes atribuir passividade neste complexo processo. Em contraposição, declara que o ouvinte, ao receber e

compreender uma significação lingüística, adota uma postura *responsiva ativa: concorda, discorda, completa*, enfim, está planejando constantemente uma possível resposta aos enunciados produzidos pelo falante. O falante, por sua vez, busca obter do ouvinte *uma compreensão responsiva ativa* a qual pode ocorrer tanto através de uma resposta fônica subsequente a um ato fônico (como uma tomada de turno, por exemplo) quanto por meio de ato ou execução de uma ordem ou pedido. Tal resposta, seja fônica ou comportamental, pode permanecer, por algum tempo, como *compreensão retardada*, pois “*cedo ou tarde, o que foi ouvido e compreendido de modo ativo encontrará um eco no discurso ou no comportamento subsequente do ouvinte*”(1992:291).

Nesta perspectiva bakhtiniana de comunicação, a Interação Radiofônica³ (IR), a princípio unilateral ilustra perfeitamente essa possibilidade de ser vista realmente como uma interação dialógica por conter, em sua essência, o âmbito da compreensão responsiva ativa, pois a audiência, na impossibilidade estrutural de dar uma resposta semelhantemente fônica aos enunciados do comunicador de rádio, demonstra possuir compreensão responsiva de ação retardada, quando responde àquele por meio de comportamentos objetivos tais como: telefonemas para a emissora, envio de cartas e visitas pessoais ao local de produção do discurso radiofônico.

Falante e ouvinte são percebidos por Bakhtin como protagonistas da interação, seja ela denominada de monológica ou dialógica, oral ou escrita. O falante sempre espera do ouvinte uma resposta, uma objeção, uma adesão ou uma complementação ao dito. Muitas vezes, “*o próprio locutor como tal já é um respondente*”(1992:291), exatamente por não ser o primeiro a romper o eterno silêncio de um mundo mudo, pressupondo, além da existência do sistema lingüístico que utiliza, a existência dos enunciados anteriores

³ Interação Radiofônica (IR) foi a denominação recebida pela intercomunicação que se dá entre o comunicador ou locutor de rádio e a audiência a partir de um estúdio de uma emissora de radiodifusão.

derivados de si mesmo ou de outros com os quais mantém uma relação, ora fundamentando-se neles, ora polemizando com eles.

O semiólogo soviético, ao definir o enunciado como a *Unidade Real da Comunicação Verbal*, alerta para a indeterminação e confusão terminológica acerca desse termo (enunciado), fundamental na Lingüística, como conseqüência de se menosprezar esta definição apresentada pelo autor. Para ele, a existência da fala só é possível na concretização dos enunciados por um indivíduo - *sujeito de um discurso-fala* (1992:293). É o enunciado que indica a alternância de um sujeito falante, que transfere a palavra a um outro/*tu*, instrumentalizado pela expressividade como um mudo *dixi*, percebido como sinal de que o falante terminou ou complementou a sua intervenção. Essa alternância de sujeitos falantes constitui a marca da fronteira do enunciado ou *lugar relevante para transição*⁴ como preferem os conversacionalistas de linha etnometodológica como Sacks, Shegloff e Jefferson (1974).

Acrescenta Bakhtin que o critério que determina o acabamento de um enunciado é a *possibilidade de responder - mais exatamente - de adotar uma atitude responsiva para com ele* (1992:299). Aponta como exemplo disso a execução de uma ordem ou pedido, quando se pergunta a alguém quantas horas são e este alguém o responde.

Bakhtin ressalta que o enunciado, por ocupar uma função *definida* (grifo do autor) dentro da esfera da comunicação verbal, deve ser considerado reação-resposta a outros enunciados com os quais conta, refuta-os, confirma-os etc. Tomados como elos na cadeia da comunicação verbal, de acordo com a percepção bakhtiniana, os enunciados se refletem e se respondem mutuamente, mesmo que derivem de falantes diferentes. Por isso, postula que:

⁴ Lugar Relevante para Transição é o momento em que o ouvinte entende como "indicado" para assumir o turno conversacional. Geralmente a conclusão de um enunciado, a entonação baixa, o olhar fixo por alguns instantes, a pausa, a hesitação fornecidos pelos falantes são marcas deste lugar relevante para a entrega da palavra ou turno, mas não são definitivas para isto.

“Por mais monológico que seja um enunciado (uma obra científica ou filosófica, por exemplo), por mais que se concentre no seu objeto, ele não pode deixar de ser também, em certo grau, uma resposta ao que já foi dito sobre o mesmo objeto, sobre o mesmo problema, ainda que esse caráter de resposta não receba uma expressão bem perceptível”(1992:317).

Ao introduzir a noção de *tonalidade dialógica*, isto é, “o enunciado do outro percebido em sua alteridade e introduzido no nosso enunciado”, que estaria contida em todos os enunciados realizados ou por realizar, o semiólogo soviético esboça com explicitude e didatismo a sua **Teoria do Dialogismo**. Argumenta que o nosso pensamento nos mais diversos âmbitos do conhecimento humano como das artes, ciências e filosofia, por exemplo, nasce e forma-se “em interação e luta com o pensamento alheio, o que não pode deixar de refletir nas formas de expressão verbal do nosso pensamento” (1992:317).

As frágeis fronteiras enunciativas, além de indicar as possibilidades de alternância de sujeitos falantes, infiltram e difundem o discurso do outro/*tu*, instaurando essa inter-relação dialógica, transmitida em aspectos diversos como, por exemplo, irônico, simpático, indignado, indagativo, reticente, entre outros, através dos recursos lingüísticos e paralingüísticos ou supra-segmentais. Todo enunciado é elaborado com vistas a ir ao encontro de uma possível resposta ou, como denomina o autor, a uma *compreensão responsiva ativa*, ainda que o tipo interacional esteja sob o rótulo de monológico.

O fato do enunciado *dirigir-se* a um outro/*tu* já se constitui um forte indício de busca por uma ressonância responsiva ativa, o que, na verdade, confere à enunciação o atributo dialógico. Complementa Bakhtin, afirmando que nas interações cotidianas, orais ou escritas, geralmente um dos protagonista desempenha dois papéis diversificados: o papel de falante, quando num presente, identificado pelo autor de *já-aqui*, realiza um enunciado que está sempre relacionado

a outros: respondendo-os, comentando-os, acrescentando-os, corrigindo-os; e o papel de ouvinte pressuposto, cuja resposta ou compreensão responsiva se dá num tempo *por-vir*, pois o falante, quando se precavém de ou presume uma possível resposta do interlocutor, assumi temporariamente o papel de ouvinte.

A Interação Radiofônica apresenta-se, pois, como uma das modalidades interacionais adequadas para o comunicador de rádio desempenhar essa dupla função simultaneamente, a saber: falante e ouvinte, uma vez que não há respostas da audiência *ad hoc* num tempo *já-aqui*, mas há comprovadamente uma compreensão responsiva ativa ou, na maioria das vezes, compreensão responsiva de ação retardada.

Dessa forma, a Interação Radiofônica parece ser muito rica para demonstrar os aspectos do dialogismo definidos nos termos bakhtinianos. Nos exemplos que se seguem, intentaremos explicitar essas tonalidades dialógicas que permeiam o dizer formalmente monológico, mas funcionalmente dialógico do radialista.

Ex. 1:

1. **PL** pomada MINÂNCORA / ei::ta pomada boa hein /
2. **ah Paulo Lopes / pomada Minâncora até hoje é boa / até hoje **
3. OITENta anos / não inventaram nada melhó \
4. pomada Minâncora prá assaduras /
5. prá cravos /
6. prá espinhas /
7. para queimaduras
8. né verdade / pomada Minâncora \ é realmente uma BELEZA \

Embora essa seqüência seja produzida completamente por um único falante, as fronteiras dos enunciados estão claramente demarcadas pelas *curvas entoacionais* ascendentes e descendentes que as contornam - que estão indicadas pelas barras simples - sinalizando espaços discursivos diferenciados, ou seja, os padrões de entonação propiciam a projeção da presumida intervenção indagativa do ouvinte

do conjunto enunciativo do falante. Neste ponto, o dialogismo se manifesta plenamente quando da ocorrência do *turno intra-turno*, isto é, um forjado ou pressuposto turno da audiência é inserido no mesmo turno do comunicador como em: **ah Paulo Lopes / pomada Minâncora até hoje é boa /**, inclusive com *marcador conversacional* não-lexicalizado **ah**, e uso de *vocativo nominalizado* **Paulo Lopes**, garantindo, dessa forma, todo o aparato necessário para que tal intervenção seja identificada enquanto enunciado do outro/*tu*, não coincidente com o *eu* que detém, na ocasião, o poder da palavra. O comunicador abriga a presumível voz da audiência, isto é, viabiliza um determinado *eu* falar por um *outro*.

Ex. 2

1. **PL** reumatismo / artrite / artrose / você já sabe \ tome Reumartrose \
2. **mas Paulo num tem contra indicação esse remédio /**
3. não \ não tem contra indicação \ para reumatismo / artrite / artrose /
4. tome REU-MAR-TRO-SE \

Em 2, detectam-se também quase todos os recursos de dialogismo explícito percebidos em 1, quais sejam: *a inclusão de uma pergunta presumida do ouvinte*, que operaria como turno da audiência embutida na intervenção formalmente solitária do comunicador: **mas Paulo não tem contra indicação esse remédio /**, a qual é uma marca incontestável do dialogismo que se evidencia no entrecruzamento de vozes pressupostas no discurso do comunicador radiofônico; *a recorrência à suposição de que o produto também já faria parte do universo de conhecimentos partilhados por ambos os interactantes*, ratificado pela utilização do marcador conversacional com verbo epistêmico: **você já sabe**; *o emprego de elementos prosódicos como curvas entoacionais diferentes* que delimitam, de certa maneira, os espaços discursivos dos participantes do evento. Tais recursos dialógicos

objetivariama criar na audiência a “ilusão” do diálogo real.

Na seqüência 3 transcrita logo abaixo, as tonalidades dialógicas destacáveis são: *o uso do verbo no modo imperativo afirmativo*, linhas 2 a 4 e 20, porém atenuado pelo tom de voz “suave e calmo”, pela inflexão vocal de aconselhamento, pelas diversas pausas relativamente longas (3 segundos de duração cada uma) entre as unidades comunicativas. Refletindo sobre o emprego e valor do imperativo, Carlos Vogt afirma que esse modo verbal isntaura uma relação de autoridade entre os falantes, causada por um esquema social, cujos comportamentos e conceitos são regidos ou pela “submissão” ou pela “agressão” (1984:39). Nesse segmento 3 em análise, o imperativo assume um valor persuasivo, em função dos atenuadores/modalizadores operarem mitigando o efeito impositivo desse modo verbal. Uma outra matiz dialógica muito freqüente em 3 é o *emprego dos marcadores conversacionais verbais* permeados em todo o segmento: **sabe porque, sabe, assim, ah, eu acho que, aí, mas, então**, os quais aproximam os interlocutores pela informalização da interação e geram uma pseudo-possibilidade de troca de papéis no evento. Também merece destaque: *a presença do pronome pessoal da linguagem coloquial “agente”* equivalente ao “nós”, que tem valor inclusivo, e no caso, também persuasivo, cuja finalidade é o estabelecimento de uma “identificação” entre comunicador e audiência. Tal pronome é percebido nas linhas 5, 6, 8, 9, 18. *As pausas longas*, acima de 3 segundos marcadas na transição, funcionam não só como momento para planejamento verbal, mas também como espaço supostamente concedido para a intervenção do outro/*tu*, ou seja, uma pista para o ouvinte tomar o turno exatamente no *lugar relevante para transição*, estratégia sobremodo abstrata em face das condições de produção e recepção deste evento lingüístico-social.

Ex. 3

1. **PL** antes de tomá qualqué decisão /
2. **converse** com o seu coração \
3. **pergunte** pro seu coração / se você deve fazer aquilo ou não \

4. **ouça** a sua **INTUIÇÃO** \ (3) na verdade eu falo isso **sabe por quê** /
5. porque muitas vezes faz **a gente po::r** simplesmente pela razão \
6. **sabe / a gente fala assim / ah::** a razão diz que eu devo fazer isso \
7. eu fiz as contas **eu acho que** eu devo fazê \ e o coração / (3)
8. **a gente tem que** consultá o coração da **gente** \
9. po que quando **a gente** faz alguma coisa que no fundo **a gente** não queria /
10. **sabe / aí a gente** sofre depois \
11. uma mulhé por exemplo que casa só por dinheiro /
12. à vida dela vira um inferno \ (3) é verdade \
13. uma pessoa que só pensa em coisas materiais /
14. só em coisas materiais / a vida / fica muito difí::cil \
15. porque tem a ver **razão** \ é verdade \ **cê** tem que consultá sua razão \
16. **mas** acima de tudo tem que consultá sua razão \
17. **mas** acima de tudo tem que consultá o coração \
18. porque se não **a gente** / caba sofrendo muito \ (3)
19. **então** antes de tomá uma decisão na sua vida / seja ela qual fô /
20. antes de tomá qualquer decisão / **consulte** o seu coração \

Vejamos mais um segmento que contém expressões evidenciadoras do dialogismo, antes de fecharmos essa questão.

Ex. 4

1. **e eu queria falá prá você** / do Emes Confeções \
2. [...] Emes Confeções vende realmente por um preço espetaculá \
3. **MUITAS** donas de casa / e a dona de casa **é que sabe fazê** economia /
4. muitas donas e casa tão indo lá comprá \ **por quê** /
5. porque acabam comprando por um preço que vale a pena \

6. jogo de lençol /
7. jogo de CA ma /
8. jogo de Mesa /
9. jogo de//de banho / **né** /
10. edredon / **é::** / toalha de prai / **Tudo que você** pensá / tem lá /
11. no **nosso** querido Emes Confeções /
12. que é um grande atacadista aqui em São Pulo \
13. **só pro cê tê uma idéia** / eles estão vendendo um jogo de cama da **SANTISTA** /
14. **olha só** / jogo de cama da Santista / **TRÊS** peças por cinco mil e duzentos \
15. **num vale a pena ir lá** /
16. **claro que vale** \ então eu vô dar o endereço e o telefone \
17. o endereço é estrada São João Clímaco cento e vinte e sete \
18. **eu sei que é um pouco lo::ge** / **eu sei que é::** / [...]

Trata-se de um texto publicitário feito ao vivo pelo comunicador, cujas informações principais estão dispostas em um *script*. Contudo, o próprio locutor se encarrega de encharcar o texto com elementos da oralidade, conseqüentemente intensificando as tonalidades dialógicas. A começar pela unidade comunicativa que abre o fragmento em análise: **eu queria falá prá você** /, que constitui um *marcador conversacional verbal* sugerindo a introdução de um novo tópico à interação em andamento, ao mesmo tempo que busca individualizar o outro/*tu*, aqui apresentado pelo pronome de tratamento coloquial **você**/, chamando a atenção da audiência para o que será dito a seguir. Tal individualização não passa de um simulacro de participação do ouvinte, já que a captação das ondas de rádiofreqüência é algo que foge aos domínios de qualquer veículo eletrônico de comunicação.

Quanto maior o universo de ouvintes, melhor, em todos os aspectos, para a emissora. Qualquer restrição de audiência constitui um contra-senso na proposta de um veículo que pretende ser popular,

na acepção do termo. Na verdade, esse direcionamento sugerido pelo pronome citado vem a ser mais um recurso estrategicamente posto no discurso, para gerar a tão importante e não menos necessária dialogicidade.

Colabora também para a sustentação desse dialogismo lingüístico a *pergunta retórica*: **num vale a pena ir lá /**, a qual não busca perguntar objetivamente nada. Antes, constitui um tipo de mecanismo pelo qual se procura levar o interlocutor a responder exatamente aquilo que se deseja que se responda. Antecipando-se a qualquer conjectura de resposta por parte da audiência, o comunicador rapidamente já conclui por ela: **claro que vale **. O próprio falante já é um respondente, em outras palavras, o próprio locutor é sempre um dos alocutários do seu discurso, com a finalidade de envolver o outro/*tu* na interação, tal como postula Bakhtin.

Sutilmente essa resposta conclusiva do comunicador a qual nos referíamos anteriormente, reforçada pela unidade comunicativa: **então eu vô dar o endereço e o telefone **, cuja função é meramente fática, parece-nos constituir uma grande ameaça ao livre direito de escolha da audiência, uma vez que, gozando de certo prestígio perante esse público, a “ingênua” asserção do radialista funcionaria persuasivamente, forçando delicadamente o ouvinte a escolher a loja “recomendada” para fazer suas compras, mesmo que desnecessárias.

Acenando ainda como uma das representações de tonalidades dialógicas bastante salientes em 4, sem dúvida, está o *turno do outro/ tu* representativo da alteridade ou alternância de papéis que se apresenta incluso no singular turno do falante: **muitas donas de casa estão indo lá comprá \ por quê /; o endereço é Estrada São João Clímaco cento e vinte sete \ eu sei que é um pouco lon::::ge / eu sei que é:: /**. O turno do outro é formado pela expressão indagativa **por quê /**, atuando como a projeção da pergunta do ouvinte que obviamente viria na seqüência da interação, de acordo com a pressuposição do comunicador. Ela - a possível pergunta da audiência - também surge

para atender a intenção do comunicador de destacar que **vale a pena** comprar pelos preços da loja. Na segunda representação de turno de um outro/*tu* plasmado na intervenção do falante único, marca da polifonia explícita, nota-se que o *marcador conversacional verbal* repetido **eu sei que é**, constituído por verbo epistêmico **saber**, previne-se de uma possível reclamação por parte da audiência em função da distância daquele estabelecimento comercial. Mas, sabe-se que toda distância é relativa aos pontos de referência. Talvez, antevendo réplicas dos ouvintes, o comunicador imediatamente neutraliza qualquer objeção nesse sentido.

Em síntese, antecipação de possíveis réplicas da audiência inseridas na própria intervenção do falante, presença de marcadores conversacionais verbais e prosódicos preenchendo e contornando fronteiras enunciativas, pausas mais longas em finais de unidades comunicativas sugerindo entrega de turno à audiência, perguntas retóricas, modalização verbal imperativa, emprego do pronome pessoal coloquial **a gente** por **nós** com valor inclusivo e do pronome de tratamento **você** com simulada particularização foram alguns dos mecanismos explícitos que asseguram o fenômeno do dialogismo subjacente a todo e qualquer discurso, como bem defende Bakhtin, e especificamente aos conjuntos enunciativos ocorrentes na Interação Radiofônica. Porém, tais mecanismos não são os únicos utilizados pelo comunicador de rádio para segurar a sua audiência intermitentemente ligada ao seu programa, há muitos outros que serão desvelados em momento e artigo oportunos.

BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, M. (1992). "Os Gêneros do Discurso". In: Estética da Criação Verbal. São Paulo, Fontes (pp. 277-326).
- BENVENISTE, ÉMILE. ((1990). Problemas de Lingüística Geral I. Campinas, São Paulo, Pontes.
- CUNHA, D. A. (1992). "Uma Leitura da Abordagem Bakhtiniana do Discurso Reportado". Investigações. (2): 105-118. Recife: Ed. da UFPE.
- MARCUSCHI, L. A. (1986). Análise da Conversação. São Paulo, Ática.
- SCHEGLOFF, E. JEFFERSON, G. & SACKS, H. (1974). "A Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking for Conversation". In: Language, Vol 50, (pp.696-735).
- VOGT, C. (1984). "Estrutura e Função da Linguagem". In: Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau. São Paulo, SECENP, Vol. I, (pp.33-41).

Aula: A Literatura como Lugar de Sabotagem do Poder*

William AMORIM

LINGUAGEM

O que leva o homem
a buscar no tortuoso
caminho da palavra
o extremo da expressão?

O que leva o homem,
em meio a tantas linguagens,
ferir-se e calejar-se
na adequação de metáforas e metonímias
tentando dizer o indizível?

O que leva o homem
através de palavras-poema
significar - sem dizer o que é - sentimentos,
surpresas de expressão
em que todos se reconheçam?

* William Amorim é psicanalista, membro do CEFRL, doutorando em Teoria da Literatura na UFPE e Prof. do Depto. de Letras do Cefet-Ma.

William AMORIM

O que move o homem
é o desejo de ser
ser de
e
através
da
linguagem,
projeto maior.
Desejo de existir e significar-se
estrutura e constituição.

Homem, significante entre significantes
impossibilidade total de significação.
Linguagem, um furo.
Lugar da diferença
dimensão de equivocação.

Linguagem, o meu outro desconhecido
que vale o que sou
onde não sou
o que penso.

Hoje encontro-me num mau lugar, o lugar incômodo de falar/
escrever sobre Roland Barthes. Sendo, pois, um apaixonado quem
fala, corro o rico, como todo apaixonado, de não me deslocar do
enunciado e cair em tautologias do tipo “Eu te amo porque te amo” ou
“É adorável o que é adorável”¹. Afinal, o que se quer mais tolo que um
apaixonado? Contudo, é enquanto apaixonado que penso escapar ao
único erro imperdoável no universo barthesiano: o da burrice afetiva,
Inclassificável, Barthes foi na sua enganosa incoerência, flexibilização
de lugares e posturas, extremamente coerente com suas idéias. Como

¹ Barthes, Roland. **FRAGMENTOS DE UM DISCURSO AMOROSO**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, p. 15.

poderia o pensador da escritura não lograr, ele mesmo, suas certezas, suas possibilidades de cristalizações? “O que ele se propunha era apenas ‘sonhar’ sua pesquisa em voz alta”², renunciando ao projeto de “querer agarrar tudo, querer saber tudo”³

Em 1977, Barthes toma posse da cadeira de Semiologia Literária no Colégio de França criada especialmente para ele. O seu discurso inaugural, depois publicado sob o título de *Leçon* ou *Aula* (no Brasil), é considerado como o “testamento do crítico-escritor, a mais perfeita síntese de sua idéias assim como o exemplo mais bem acabado de sua arte de escrever”⁴

Barthes inicia sua aula inaugural com uma leve ironia à sua entrada na catedrática instituição: “É pois (...) um sujeito impuro que se acolhe numa casa onde reinam a ciência, o saber, o rigor e a invenção disciplinada (...) desviar-me-ei das razões que levaram o Colégio de França a acolher-me, pois são incertas a meus olhos, e direi aquelas que, para mim, fazem de minha entrada neste lugar uma alegria mais do que uma honra; pois a honra pode ser imerecida, a alegria nunca é (...)”⁵. Na verdade, Barthes era consciente da estranheza da sua condição de mestre numa instituição tradicional como aquela; era um sopro intelectual novo que adentrava a rigidez e o rigor do saber acadêmico, guardião da repetição e da reprodução ideológica. Era a experimentação incerta coexistindo com a erudição cristalizada.

A aula inaugural trata substancialmente do poder. Barthes acredita, diferentemente de muitos intelectuais, que o discurso de poder não advém somente da burguesia governante, mas de lugares insuspeitáveis. Diz ele, “o poder está presente no Estado, nas classes, nos grupos, mais ainda nas modas, nas opiniões correntes, nos espetáculos, nos jogos, nos esportes, nas informações, nas relações

² Perrone-Moisés, Leyla. **ROLAND BARTHES**. São Paulo, Brasiliense, p. 80.

³ *Ibidem*.

⁴ *Id. ibid.* p. 60.

⁵ Barthes, Roland. **AULA**. São Paulo, Cultrix, p.8.

familiares e privadas, e até mesmo nos impulsos libertadores que tentam contestá-lo”⁶

Como se pode observar, para Barthes, é impossível falar de um poder uno, mas em poderes ou micropoderes que se manifestam em discursos. Daí definir discurso do poder como “todo discurso que engendra o erro, e por conseguinte, a culpabilidade daquele que o recebe.”⁷

Segundo Barthes, exige-se muitos dos intelectuais um combate direto com o poder, todavia essa é uma luta inútil, já que a questão não é lutar contra o poder, o que seria impossível - mas, lutar contra os micropoderes - tarefa nada fácil - pois sendo plural, socialmente falando, “o poder é, simetricamente, perpétuo no tempo histórico: expulso, extenuado aqui, ele reaparece ali; nunca perece; façam uma revolução para destruí-lo, ele vai imediatamente reviver, re-germinar ao novo estado de coisas.”⁸

Destruir o poder é algo impossível, pois sendo ele da ordem da linguagem, destruí-lo representaria destruir a linguagem e destruindo-se a linguagem, destruir-se-ia o próprio homem. Como diz Barthes, a linguagem ou mais precisamente a língua é “o objeto em que se inscreve o poder, desde toda a eternidade humana.”⁹

Quando articulo, coloco-me como sujeito e aquilo do qual articulo, como objeto, ligado a mim por um verbo. Desse modo, “por sua própria estrutura, a língua implica uma relação fatal de alienação. Falar (...) não é comunicar, é sujeitar; toda língua é uma reição generalizada”¹⁰. É nesse sentido que ele aponta a língua como fascista, na medida em que ela não nos diz o que dizer, mas como dizer e nos impedindo de dizer de formas diferentes.

⁶ Id. *ibid.* p. 11.

⁷ *Ibidem.*

⁸ Id. *ibid.* p. 12.

⁹ *Ibidem.*

¹⁰ Id. *ibid.* p. 13.

Sendo a língua fascista, o poder múltiplo e encarnado na linguagem, e sendo impossível fugir à linguagem, então como agir para a derrubada dos poderes? A primeira coisa a fazer é ter consciência de que o poder é plural e que reside na linguagem, depois fingir aceitar o esteriótipo - repetição - da língua, entrar no seu jogo e então, sabotar suas regras no interior da própria língua, descobrir seu calcanhar de aquiles e modificar suas regras sem compreender a compreensibilidade. Para Barthes, “é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é instrumento, mas pelo jogo das palavras de que ela é teatro.”¹¹ Com isto pode-se inferir que a tática usada por ele não é de reforma, mas de subversão: subverter o sistema a fim de fazê-lo funcionar de maneira diversa. Mais importante que revolucionar é subverter: quando um discurso revolucionário destrona outro, ele deixa de ser revolucionário e passa a ser o oficial, portanto, contra-revolucionário. O compromisso de quem quiser contribuir com sua linguagem para mudar o mundo consiste naquilo que em Barthes era uma obsessão: a “responsabilidade da forma”.

Uma outra questão coloca-se como necessária: qual seria a possibilidade de emergência de um discurso fora do poder, que escape à fatalidade da linguagem? Essa questão toca no ponto central de **Aula**, no seu âmago mesmo. A única possibilidade de emergência de tal discurso dar-se-ia com trapeçar com a linguagem, com o desvio de suas funções costumeiras. Daí Barthes afirmar que “essa trapaça salutar, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura.”¹²

Barthes entende por literatura “não um corpo ou sequência de obras, nem mesmo um setor de comércio ou ensino, mas(...) a prática de escrever”¹³, ou seja, a própria escritura, a possibilidade de tramar contra a língua dentro dela mesma, nun trabalho de deslocamento.

¹¹ Id. *ibid.* p. 17.

¹² Id. *ibid.* P. 16.

¹³ Id. *ibid.* P.16-7.

Definir o que venha a ser escritura em Barthes, eis uma dificuldade. A cada novo texto produzido ele acrescenta um algo mais àquilo que ele perseguiu a vida inteira, tanto na prática quanto na teoria: a escritura. É Leyla Perrone-Moisés quem melhor esclarece esse nebuloso conceito barthesiano. Segundo ela, “a escritura é aquela linguagem única, indireta, auto-referencial e auto-suficiente que caracteriza o texto poético moderno. (...) É uma linguagem enviesada que, pretextando falar do mundo, remete para si mesma como referente e como forma particular de refratar o mundo. A escritura questiona o mundo, nunca oferece respostas; libera a significação, mas não fixa sentidos. Nela o sujeito que fala não é, preexistente e pré-pensante, não está centrado num lugar seguro da enunciação, mas produz-se, no próprio texto, em instâncias sempre provisórias.”¹⁴

Barthes coloca sob a forma de conceitos gregos três das forças de liberdade que residem na literatura e que dependem do trabalho de deslocamento que o escritor exerce sobre a língua. São elas: **Mathesis**, **Mimesis** e **Semiosis**.

Como **mathesis**, a literatura assume muitos saberes: “através da escritura, o saber reflete incessantemente sobre o saber, segundo um discurso que não é mais epistemológico, ma dramático.”¹⁵ É com a materialidade do texto ou **mathesis** que “as palavras não são mais concebidas ilusoriamente como simples instrumentos, são lançadas como projeções, explosões, vibrações, maquinarias, sabores: a escritura faz do saber uma festa.”¹⁶

A **mimesis** é a segunda força da literatura e é a sua força de representação. A literatura nasce da informação humana de não poder dizer o real, posto que a linguagem é insuficiente para tanto. Contudo, desejosa de representar, desde sua origem, o real, e de não se conformar com tal impossibilidade, fez do real o seu “objeto perdido”. Nesse

¹⁴ Perrone-Moisés, Leyla. Op. cit. p. 53-4.

¹⁵ Barthes, Roland. Op. cit. p. 53-4.

¹⁶ Id. *ibid.* p. 21.

sentido é que Barthes vai dizer que “a literatura é categoricamente realista, na medida em que ela sempre tem o real por objeto de desejo; e (...) que ela é também obstinadamente irrealista; ela acredita sensato o desejo do impossível”¹⁷, isto é, acredita poder representar o real. É por não aceitar não poder representar o real e tê-lo como horizonte, que Barthes chama a *mimesis* de função “perversa” e “utópica”.

A terceira força da literatura é a *semiosis*: “a sua força propriamente semiótica, consiste em jogar com os signos em vez de destruí-los, (...) em instituir no próprio seio da linguagem servil uma verdadeira heteronímia das coisas”¹⁸. Essa *semiosis* ou jogo de signos é nada mais que o olhar semiótico que, uma vez pousado sobre a escritura, “pode salvar a literatura da palavra gregária de que ela está cercada, e que a comprime, e que é o mito da criatividade: o signo deve ser pensado - ou representado - para que melhor se decepcione”¹⁹. Barthes define a sua semiologia como sendo negativa e ativa. É negativa por retirar de seu objeto qualquer estabilidade científica - caracteres positivos, fixos etc. - e ativa por se desdobrar fora da morte, criando uma relação de ludicidade com o signo, saboreando-o.

Barthes encontra na literatura - “revolução permanente da linguagem”- o fuso onde pode, como Penélope, fiar e desfilar a trama da linguagem, livrá-la do monstro chamado estereótipo e subverter discursos dominantes que impedem a fluência de textos renovados. A língua é, no universo barthesiano, o que proíbe o gozo, mas também condição de sua existência.

Roland Barthes tinha consciência do lugar de autoridade que o mestre, independente ou não de sua vontade, ocupa. Desse modo, ele manifesta no final da aula inaugural a sua intenção metodológica ou, como ele mesmo chamou, sua “aposta metódica” que consiste na constante renovação do modo de apresentação dos seminários e a

¹⁷ Id. *ibid.* p. 23.

¹⁸ Id. *ibid.* p. 28-9.

¹⁹ Id. *ibid.* p. 36.

William AMORIM

manutenção de um discurso não impositor, pois acreditava que “o que pode ser opressivo num ensino não é finalmente o saber ou a cultura que ele veicula, são as formas discursiva através das quais ele é proposto”.²⁰

É ainda no final de *Aula* que ele sugere como gostaria que se estabelecesse a relação ensino/aprendizagem nas suas aulas: “gostaria pois que a fala e a escuta que aqui se trançarão fossem semelhantes às idas e vindas de uma criança que brinca em torno da mãe, dela se afasta e depois volta, para trazer-lhe uma pedrinha, um fio de lã, desenhando assim ao redor de um centro calmo toda uma área de jogo, no interior do qual a pedrinha ou lã importam menos do que o dom cheio de zelo que deles se faz.”²¹

A grande lição (*Aula?*) deixada pela pessoa, pelo intelectual e pelo professor Roland Barthes, em todas suas “Aulas” é o sonho possível do saber com sabor: “nenhum poder, um pouco de saber, um pouco de sabedoria e o maior sabor possível.”²² Enfim, um saber como suplemento do prazer e do afeto.

É como um apaixonado e não como aquele que delira, que faço minhas as palavras de Leyla Perrone-Moisés, “sem Barthes, o mundo ficou um pouco menos inteligente e um pouco menos amável.”²³

²⁰ Id. *ibid.* p. 43.

²¹ Id. *ibid.* p. 44.

²² Id. *ibid.* p. 47.

²³ Perrone-Moisés, Leyla. *Op. cit.* p. 89.

BIBLIOGRAFIAS

BARTHES, Roland.
FRAGMENTOS DE UM
DISCURSO AMOROSO.
Rio de Janeiro, Francisco
Alves, 1990.

PERRONE-MOISÉS, Leyla.
ROLAND BARTHES. São
Paulo, Brasiliense, 1992.

_____ AULA. São
Paulo, Cultrix, 1989.

Educação das Mulheres nos Folhetins Femininos Franceses

Luzilá Gonçalves FERREIRA

O século XIX, um dos mais ricos de acontecimentos capitais para a história do Ocidente - começa por uma revolução, termina com uma guerra mundial seguida de outra revolução que mudaria, de algum modo, a face do mundo - colocou de modo inadiável a questão da educação das mulheres. E isto não só pela emergência do feminismo, do qual mulheres como Germaine de Staël, Clémence Robert, Mary Wollstonecraft, Nísia Floresta, são alguns exemplos, mas pela necessidade de construção da democracia, nos países que buscam definir seus traços como nações republicanas. O núcleo da nação se situando na família, berço criador dos cidadãos, cedo se percebe a necessidade de se educar aquelas que eram os pilares da moralidade, da ordem que deveria reinar no seio dessa pequena comunidade, sobre a qual repousa o futuro da República que se quer formar ou consolidar.

Educação para todos, é a grande meta a que se propõem os democratas do século. Tal meta apresenta entretanto um grande perigo, no que concerne as mulheres. A mulher instruída corre o risco de perder algumas das qualidades que fazem a essência feminina: o

discrição, o pudor, a modéstia. Aquelas qualidades que a levam a aceitar como normal e evidente seu próprio apagamento enquanto ser pensante, com direito à palavra e a decidir de seu destino, de sua vida.

Na França, como aliás no Brasil, vozes se levantarão - inclusive no seio mesmo dos que lutam por uma sociedade igual e mais justa - para lembrar o perigo da instrução feminina. Quando o decreto Camille Sée cria a Escolas Secundária para as mulheres, leiga, gratuita e subvencionada pelo Estado e não mais pelas ordens religiosas, e que se fala da instrução superior para a gente feminina, jornalistas influentes como Pierre Quiroul (1) lançarão gritos de alerta. A nação verá surgir em seu seio legiões de sabichonas e livres-pensadoras que se lançarão ao espaço público, masculino por excelência. Não se deve transplantar para a plena luz esta flor delicada *“que não pede mais que a solidão e o mistério e não saberia crescer reta e pura senão à sombra do olhar materno.”* Que benefício podem trazer às moças os diplomas das grandes escolas, a retórica e as ciências? Mas o que acontecerá de pior nas famílias será o vazio deixado nos lares desertados por essas mulheres e as consequências desta ausência sobre os homens, que não terão mais este ser encantador ao alcance da mão em qualquer momento. E Quiroul continua:

“Então quando a moça estiver interna no colégio de que a República se encarrega, o pai voltará para uma casa vazia, e olhará tristemente o lugar desocupado e como não ouvirá mais o pipilar encantador dos belos dias e as gargalhadas argentinas, ele pegará sua bengala, seu chapéu... e a rua!

“Excelente meio que vocês acharam para impedir que o homen vá ao círculo ou ao café.”

O assunto será tema de discussão durante muito tempo Em outubro de 1879 Louis Liévin publica na Nouvelle Revue, cuja proprietária é a feminista e republicana Juliette Lamber, um artigo

intitulado A educação antiga e a educação moderna. Depois de fazer o histórico da educação das moças na França, de Port-Royal a Fenelon e Rousseau, Liévin lembra as palavras de Fenelon a propósito da educação feminina, na maioria dos conventos: “*A jovem sai do convento como uma pessoa que teria sido alimentada nas trevas de um profundo porão e que de repente fosse trazida para a claridade do dia*”. Proibir uma certa parte do ensino às mulheres é agir exatamente como a monarquia quando, transformando em patrimônio a ignorância dos camponeses lhes proibia a instrução. E Liéven advoga uma educação que reúna moças e rapazes:

“Quanto à co-educação completa dos sexos, seria preciso, para a recusar vitoriosamente, invocar outras razões que não sejam as do pudor. A democracia é masculina ou feminina? (...) Ou então, vão até o fim de seus princípios, fechem os cursos públicos, fechem os concertos, fechem os espetáculos, fechem os salões e transportem-nos ao Oriente, ponham véus nas mulheres e tranquem-nas.”

As mesmas idéias aparecerão num artigo assinado por G. Valbert (2) sobre a educação das mulheres. Valbert lembra que um fim de século é o momento em que se questionam muitas coisas, para o desespero dos espíritos bem comportados que imaginam que o mundo é perfeito e não há retoques a se dar nas instituições, nos dogmas religiosos, nas leis que regem o casamento e a propriedade. Consequentemente, não se pode escapar à discussão sobre a nova educação a ser dada às mulheres. A Revolução autorizara cada um a criar seu espaço no mundo, com o suor do seu rosto, mas isto só dizia respeito aos homens, as mulheres tendo sido excluídas como beneficiárias dos belos princípios da Revolução. Elas se queixam de que se utilizam para com elas o mesmo raciocínio dos plantadores da Carolina do Sul para com os negros, dizendo-lhes que deviam cultivar o açúcar e o algodão, pois os brancos não o poderiam fazer em seu lugar e que se eles fossem livres não o fariam. Valbert lembra Stuart Mill: o fato de ter nascido menina ou menino, de ser branco ou negro

não pode decidir do destino de um ser humano numa sociedade democrática. Aos que temem que o estudo diminua o encanto das mulheres, este encanto que é seu primeiro dever, ele opõe o exemplo de Madame de Sévigné, que era “*mulher de tudo engolir e digerir, sem que isto causasse o menor prejuízo à delicadeza deliciosa que lhe era natural*”. A bela e viva alegria da célebre marquesa, seu sorriso, atravessarão os séculos, diz ele. E pergunta: “*Encantos que não resistem a um pouco de física merecem serem lamentados?*”

Ele defende o estudo da ciência para as moças, esta matéria que se acredita imoral e corruptora, por abrir a imaginação para fatos da natureza que elas deveriam ignorar, o que poderia ter consequências nefastas sobre seu comportamento e talvez mesmo destruir-lhes a fé. Uma fé que não pode resistir a um pouco de química de química e de geologia não merece nossa atenção, acrescenta. Cita Tocqueville que advertia do perigo de dar às mulheres uma educação tímida, quase claustral como no tempo de aristocracia, para depois as abandonar nas desordens da sociedade democrática, onde é impossível se conterem os gostos, onde a opinião pública é incerta ou impotente para dirigir os espíritos, onde a autoridade paterna é fraca e o poder marital contestado. Nestas condições, a educação deve visar a tornar razoáveis as mulheres sem fazer delas questionadoras em excesso. E então, todo mundo ficará bem, a começar pelos maridos que as desposarão - e aqui encontramos o mesmo lugar comum que atravessa o século, que se educa a mulher para o bem do marido, o que Ernest Legouvé, um defensor da causa feminina havia justificado em seu livro A mulher na França do século XIX:

“Não se trata, ao fazer com que a inteligência feminina descubra as leis da natureza, de tornar todas as nossas filhas astrônomas ou físicas. Trata-se de temperar vigorosamente seu pensamento por uma instrução forte, para prepará-las a partilhar todas as idéias do marido, todas as idéias de seus filhos (3).

Legouvé acrescentava que a instrução era um elo entre os esposos e a ignorância uma barreira.

Valbert prevê as objeções que poderão ser feitas à esta nova escola: que as moças se tornem livres-pensadoras, por exemplo. Mas ele espera que nos colégios femininos a consciência será respeitada e que não se fará nenhum tipo de propaganda. Senão, que razão se teria para criticar a que se faz nos conventos?

Ao lado do estudo da ciência, os defensores da escola tradicional criticarão igualmente o aparecimento do latim e do grego nos novos currículos. Estas línguas são veículos de culturas às quais as mulheres não devem ter acesso: a licenciosidade dos textos que nos deixaram aquelas civilizações, só podem causar mal ao espírito inocente das jovens. Amantine-Lucile-Aurore Dupin, que se tornaria famosa sob o pseudônimo de George Sand, Marie D'Agoult, que assinaria seus livros sob o nome de Daniel Stern, falam de seus estudos e leituras do latim como exceções na educação das suas companheiras de colégio.. A mãe da poetisa Louise Ackermann se alarma quando descobre que a filha lê Platão (4). A aprendizagem do latim e do grego para as mulheres era um meio de acesso a leituras proibidas para as mulheres e causou muita polêmica. Num artigo do jornal Le Figaro (24 de janeiro de 1880), Pierre Quiroul se faz o porta-voz do que ele chama de “o grande combate” e narra o debate sustentado na Câmara por Camille Sée, Paul Bert e Jules Ferry, os defensores do ensino moderno, a propósito da escola secundária para as moças. O título do artigo é Os liceus de senhoritas e o autor toma o partido da ironia e zombaria:

“Lutava-se para saber se, sim ou não, se internariam nossa filhas em uma cidadela fortificada de latim e protegida pelo grego. (...) O senhor Paul Bert quer que se criem Baús livres para que as moças possam traficar suas especiais e suas transcendentais no estabelecimento de um negociante de

sopa até que elas sejam suscetíveis de entrar na Escola Politécnica, na Escola de Minas ou em Saint-Cyr(...) De que lhes serve oferecer a leitura de Platão no original e fazê-las comentar a ARTE DE AMAR! Não é preciso jogá-las aí dentro tão cedo, elas terão tempo de aprender essa língua e se tornar mestras-em-ciências nelas. Ora, ora, tudo isso é grotesco, e é preciso uma época enlouquecida como a nossa e sem bússola, para ousar tentar destruir a única coisa sagrada, a família!”

Tomando a defesa da educação nova e criticando a antiga, como um eco às idéias defendidas por esses homens relativamente liberais, mulheres como Louise Michel, entre outras, se mobilizarão. Em suas Memórias, Louise Michel é categórica e muito mais agressiva que seus companheiros masculinos:

“As moças educadas na ingenuidade foram desarmadas de propósito para serem melhor enganadas: é o que se quer.

“ É exatamente como se jogassem você na água depois de ter proibido de aprender a nadar.

“Sob pretexto de conservar a inocência de uma jovem, deixam-na sonhar em uma profunda ignorância, com coisas que não lhes causariam nenhuma impressão se fossem conhecidas como simples questões de botânica ou de história natural.

“Mil vezes mais inocente ela seria então, porque passaria calmamente através de mil coisas que a perturbam: tudo o que é uma questão de ciência não perturba os sentidos (...)

“A natureza e a ciência são limpas, os véus que se jogam sobre elas não o são. Estas folhas de parreira caídas das videiras do velho Sileno só fazem sublinhar tudo o que passaria despercebido.”

(5)

A romancista Angèle Dussaud, que assina seus artigos e folhetins com o pseudônimo de Jacques Vincent, num artigo com o título sugestivo de A Revolta do homem, publicado na Revue des Deux Mondes, acrescenta a esses argumentos um outro, mais insidioso e apresentado com uma sutil ironia: na França os homens têm medo da educação nova para a mulher porque isto pode lhes causar, a eles, um grande mal. Estragar o que a França produz de melhor, “*a burguesinha francesa, laboriosa e econômica, rainha das donas de casa, e gentil, ainda por cima.*”(6)

Toda essa discussão em torno da educação feminina e da escola nova, bem como de uma instrução mais adiantada para as mulheres, teve, nos folhetins femininos a importância que era de se esperar. Os folhetins escritos por mulheres no século XIX francês foram a ocasião que tiveram as romancistas para dialogar com a realidade imediata, como para se instalar sujeito de uma fala, alguém a quem se deu a autoridade da palavra. Conservadoras ou progressistas, essas autoras cedo compreenderam o enorme alcance dos folhetins, sua influência sobre a sociedade: era um gênero que se vendia aos milhares, por seu baixo preço e que alcançava, conseqüentemente grandes tiragens. Publicados em capítulos, diariamente ou semanalmente, eram um excelente meio de instalação de um diálogo com o cotidiano imediato das leitoras. E como nenhum outro, atingia de modo esmagador a *massa ledora*, como o dizia Balzac.

Em Deserção, da romancista católica, monarquista e conservadora Zenaïde Fleuriot, cujos folhetins se espalham pela França, às dezenas, a descrição da distribuição dos prêmios, no final do ano escolar, serve a relançar a questão e tomar a defesa do ensino tradicional. Ao termo da cerimônia, conduzida pela *modéstia e simplicidade*, pais e filhas felizes trocam olhares ternos. É assim que acontece nas escolas onde não se saturam as moças com uma “*ciência indigesta*”. Ao contrário, encontramos aqui “*a jovem tal qual deve ser para preencher dignamente a missão que lhe caberá mais tarde;*

a mulher instruída sem pedantismo, graciosa sem coqueteria, forte em sua doçura, e carregando em sua mão delicada a bandeira da consciência e da honra, cujo culto exige às vezes sacrifícios sangrentos, que a ciência sozinha nunca inspirou". (7)

Aqui, como na maioria desses folhetins femininos, fala-se da necessidade da instrução para as moças, mas unicamente para as preparar melhor ao seu papel de mães e donas de casa. Instruída, a mulher será uma melhor companheira para o homem, um melhor guia para os filhos. Pensa-se raramente no seu desabrochar pessoal, no que a instrução pode acrescentar a um ser humano no sentido de sua individualidade. A educação, a instrução, na maioria dos casos serve para que a jovem brilhe na sociedade, que possa manter uma conversa interessante com um homem que ela quer impressionar, e em seguida para a criação dos filhos. Só em três ocasiões, nos setenta folhetins que estudamos, e que abrangem um período de dez anos de produção, se coloca seriamente a questão dos estudos e de uma instrução mais aprofundada para a mulher, e nos três casos a mulher termina renunciando aos estudos e à sua carreira, escolhendo se casar e tudo abandonar. Um fracasso, para nós, leitoras deste fim do século XX, um meio fracasso para as feministas da época que se batiam por uma nova mulher, mas que não podiam considerá-la fora da família. E talvez para as leitoras da época, a solução mais sábia, a mulher solteira sendo então, no mais das vezes, um ser marginalizado.

Dizer e Fazer, romance da feminista Camille Bias, é o primeiro destes folhetins nos quais uma mulher advoga o direito à instrução feminina. Sua personagem, Juliette Lamber (sic), estudou com religiosas, estudos vagos e superficiais, como convinha então às moças. Ela se entedia em casa, mas a leitura de um livro sobre a emancipação das mulheres faz com que tome consciência do vazio de sua existência. Um dia ela decide falar a respeito com o marido: quer ter os mesmos conhecimentos que ele. Um diálogo se instala entre os esposos, bastante desajeitado é verdade, tanto é patente sua finalidade ideológica:

“- E pra que lhe servirão, Deus do céu, estudos sérios de história, de filosofia, de matemática?”

“- Para me tornar igual a você.

“- Na verdade, minha cara criança, você é modesta demais. Em quê um pouco de ciência me torna superior a você? Você não tem mais talentos, espírito, graças do que eu tenho saber?”

“- Graças e espírito são qualidades mundanas; eu quero adquirir outras, mais sólidas.

“- Você é a única mulher que raciocina desse jeito.

“- E como todos os homens, você acha que eu raciocino mal, porque vocês têm interesse em deixar sua mulher abaixo de você para dominá-la melhor.” (8)

A conversa não tem continuação. Juliette bruscamente para de falar, aproxima-se do piano, toca. O marido se aproxima, beija-a, as discussões são esquecidas, o amor volta a reinar. O resto do folhetim é uma sequência de situações injustificadas do ponto de vista romanesco, e de discursos sobre a emancipação das mulheres que infelizmente não chegam a estruturar a intriga do romance, que se encontra muito melhor construída na maioria das romancistas católicas ou entre aquelas que não se consideram moralistas nem feministas, como Mie d'Aghonne, ou como Mathilde de Peyrebrune.

Em Frankley, Alice-Marie-Céleste Henry, que assina seus romances com o pseudônimo de Henry Gréville, entrevê a possibilidade de estudos que saiam do comum para uma mulher da época: a heroína decide estudar arquitetura. Mas não é uma personagem simpática e suas veleidades não levarão a nada. Frankley, o arquiteto que é chamado para lhe dar aulas particulares, se espanta com o fato, e o pai da moça lhe explica:

Luzilá Gonçalves FERREIRA

“- Singular idéia, você dirá, para uma senhorita! Não é essa a minha opinião. Não vejo por que uma senhorita não aprenderia tudo o que se pode aprender nos limites da decência e do bom senso. A arquitetura não é mais absurda que a astronomia.” (9)

A idéia pareceria entretanto absurda para o leitor que pouco a pouco foi informado sobre o temperamento dessa Miss Motter fantasista. Mas Frankley logo se pôe a admirar a aluna, que resume os desejos e inquietações de uma parte das francesas da época, o gosto pela ciência, o desejo de compreender, de se ultrapassar pelo estudo, de desenvolver suas faculdades, de fazer explodir o cenário da vida e alargar sua esfera de atividade: de ser, em suma, igual ao homem.

E entretanto, Frankley não é feliz no contacto com esta jovem. Habitado a só dar às mulheres que ele próprio deseja, o que julga que são dignas de receber e capazes de assimilar, ele é “feminólatra”, mas não feminista; confrontado a um ser que deseja se igualar a ele, ele se oporá a um amigo americano, que admira em Miss Motter a protótipo feminino da educação nova. Embora se sinta diminuído ao lado dela, algo o atrai nesta mulher superior. Mas logo compreenderá o caráter antropofágico de sua relação. Ela me devora, diz ele. Entretanto, há algo de fascinante nessa dominação que ele não sabe explicar. A um dado momento, apaixonado por esta senhorita de nome sugestivo - aproximando-se de mother e podendo ser interpretado como aquela que diz as palavras, que ensina as palavras - Frankley é atraído pelo mundo novo que ela representa: ele sonha com uma relação mais moderna com ela, na qual o poder de um sexo sobre o outro cederia lugar a um equilíbrio de forças. Ele se diz que ela seria o ideal da nova mulher, a que traz em si dois traços que se encontram raramente num mesmo indivíduo do sexo feminino, uma inteligência superior desenvolvida pelo estudo e uma beleza incomparável. Ele ainda não reconhece nela a beleza moral, mas isso virá com o tempo, acredita. Antevê o sucesso que ela obterá e merece, sem ciúmes. A idéia de que ela possa brilhar e “*ilustrar seu nome seja na arte, seja na ciência*”

não o incomoda. Imagina então poder formar com ela um casal moderno, marcado pela igualdade. Explica-lhe este sonho, deseja viver para o trabalho e pelo trabalho, quer se tornar célebre. Sugere à moça que se tornou sua noiva, que ela poderia fazer o mesmo, tornando-se desse modo “*ilustre entre todas as mulheres*”, com um nome que permaneceria na memória da humanidade, “*quando seus corpos tivessem voltado ao pó*”. Fica louco de alegria quando ela diz que o fará, embora o gesto que acompanha suas palavras o espante: ela escapa dos seus braços e se senta mais afastada, sobre um sofá, o olhar perdido nos seus longes. Fala então da profissão que deseja abraçar, a medicina, uma nobre carreira. E ele, desapontado: “Mas não é uma vocação artística.” E ela, confirmando sua escolha, diz que só se interessa pela ciência, a ciência é o caroço do fruto, o resto é apenas polpa e ornamento.

A esta altura da narrativa, o leitor é obrigado a ler um longo discurso contra a educação que a sociedade americana proporciona às moças e seu excesso de liberdade. Sempre cercada por amigos e amigas, a jovem americana não suporta a solidão, que a tornaria discreta e sensível. Uma tal educação só pode produzir moças como Miss Motter, que aproveitam sua juventude unicamente para o prazer de viver, que se habituam a ser mimadas, que se casam o mais tarde possível, querem ser célebres aos trinta e cinco anos e ilustres antes dos quarenta. Nesse país, a mulher é feita para receber todas as homenagens, sem nenhuma obrigação. Quando Frankley lhe fala de seu amor e do desejo de levá-la para um belo país onde estariam sós, onde ela seria só dele, ela ri, com um *lindo e coquete riso*. Responde-lhe que ele é sedutor mas um pouco ridículo, e isso não é habitual em seu país.

Em oposição a esta mulher criada pela educação moderna, Gréville propõe o personagem de Ella, uma moça culta mas que sabe esconder seus conhecimentos. Ela pinta em porcelana para uma grande loja e vive disso. Será esta jovem discreta, educada à moda antiga, que por fim o rapaz escolherá para esposa, que a folhetinista proporá

como modelo da jovem ideal, às suas leitoras.

Um terceiro folhetim colocará a questão da nova educação para as mulheres, com uma conclusão um pouco menos conservadora que a de Gréville: Emancipada, de Thérèse Bentzon, publicado no mesmo ano que Frankley, em 1887, numa revista que não mostra o mesmo conformismo que os jornais católicos, a Revista Política e Literária (Revista Azul). Em Emancipada, defende-se a idéia de que estudos muito avançados podem afastar a mulher de seu destino, que é de ser ligada à natureza. Indivíduo frágil, mas trazendo em si tudo aquilo de que necessita para cumprir seu destino, ela é levada a sufocar nela própria, tudo o que faz sua essência para se tornar um ser de cultura. A emancipada em questão é uma estudante de medicina, vinda da província com a irmã, romancista. Um rapaz, Gilbert Méran, a conhece em casa de uma amiga comum e esta lhe explica que a jovem será doutora.

Gilbert odeias as “mulheres diplomadas” e saber que aquela jovem era estudante de medicina a profanava e enfeiava a seus olhos. Tornava-se um ser híbrido, culpado de ter abandonado seu sexo e tudo o que faz seu encanto. O narrador explica que Gilbert não era retrógrado em outros assuntos, mas conservava idéias sobre a questão que eram ainda as idéias da maioria dos homens. Ele só amava e entendia as verdadeiras mulheres, as criaturas feitas de sentimento e de impulso. Era indulgente para com as suas fraquezas, comovido e respeitoso diante de suas virtudes, pronto a desculpar todos os crimes que a paixão inspira às mulheres e todas as loucuras do coração:

“Que uma mulher se perdesse por amor, que matasse por vingança, ele não tinha nada a dizer contra isso, e, se ela consentia por devoção a ser enterrada viva, ele se ajoelhava sem entender (...) Mas era naturalmente artista demais para admitir os enxertos odiosos que ressecam e esterilizam uma bela planta embalsamada e carregada de flores, sob o pretexto de a utilizar, de torná-la apta ao emprego

para o qual a natureza não a formou. Ele professava o culto do belo e não há nada de menos belo que uma mulher que banca o homem (...), não é mais que um rapazinho máu, mal feito, um sábio abortado, um homunculus desabrochado com grande dificuldade em algum alambique, através de métodos ricularmente artificiais”.

Existe, por consequência, uma essência feminina na qual não se deveria tocar, mesmo se a cultivo do que faz essa essência torna as mulheres seres facilmente inclinados a atos exagerados. Para Gilbert, a mulher é feita para enfeitar, como um elemento da natureza, que em nenhuma caso deve ser desviado para um outro uso. Dedicar-se à ciência é um desses desvios da essência da mulher, que, afastando-a de seu destino de musa da beleza, mundo feminino por excelência, faz com que penetre no mundo masculino da razão. A mulher deve se situar do lado do saber prático (e aqui Thérèse Bentzon retoma um dos argumentos de Rousseau na educação de Sophie, a esposa ideal para seu Emile). Ela deve utilizar as qualidades que a natureza lhe deu para o prazer de outrem. O estudo desenvolve o espírito da mulher e a coloca, conseqüentemente, no campo masculino, o da razão teórica, aquela que se aprende nos livros. Este ser natural e fecundo se torna então um indivíduo artificial e estéril.

Este herdeiro de Rousseau não se detém aí. Ele pensa que a ciência das mulheres é de nada ter aprendido e de encontrar tudo em si mesmas. Seu destino: o amor, a sedução, a faculdade de se dobrar com a leveza de uma liana. Elas podem ser pérfidas, podem decepcionar, contanto que permaneçam na penumbra, contanto que não reivindicuem direitos, “*contanto que não sejam bacharelas, nem licenciadas, nem doutoras*”. Como pode uma mulher frequentar os anfiteatros de medicina, curvar-se diante das mesas de anatomia, interrogar os segredos da vida e da morte com uma falta de pudor chocante, investigar esses corpos em decomposição? O doutor Durieu, um amigo de Gilbert, está de acordo com essas idéias, que aliás são as que todos os jornais da época repetem, através do tipo caricatural da

estudante de medicina, *“bastante feia, um pincenê sobre os olhos míopes, cabelos curtos, penteada com uma touca de pelo e vestida pobremente”* (cap. X). Durieu lhe diz que existe uma centena de estudantes de medicina em Paris, das quais apenas três conseguem obter um diploma cada ano. As outras se tornam loucas, se matam, sobretudo as estudantes russas, e as que obtêm êxito não são levadas a sério, os próprios colegas não confiam nelas. As mulheres invadiram tudo e isto é a prova de que ninguém mais se casa com elas. Uma vez lançadas nos estudos, elas não acham mais casamento. Então elas gostariam de poder recuar, mas já não podem escolher.

Como para confirmar estes discursos masculinos, Bentzon faz com que sua heroína escreva a uma amiga que estuda medicina, mas não tem os nervos bastante resistentes para o suportar, nem bastante força física. Ela gostaria de ter uma cultura geral mais vasta e uma maior experiência de vida. E o leitor terá o retrato caricatural da jovem que quer se consagrar a uma carreira masculina termina, alguns parágrafos adiante, através do olhar de Gilbert e de seu julgamento. No jantar dos Durieu, Hélène está calada. Gilbert a observa, pensa que os estudos a cançaram:

“ (...) jovem criatura acorrentada ao rochedo árido de um trabalho absorvente, sempre só diante de sua tarefa, cujo peso a acompanhava por toda parte. Provavelmente ela pensava no curso do dia seguinte, nas cenas de hospital que tinham entristecido sua imaginação. Aquele belo olhar se tinha pousado sobre todas as enfermidades que podem afligir o corpo humano e dali se erguia para sempre entristecido, em direção das idéias morais, que são a causa primeira daquelas... Já não mais frescor, não mais despreocupação, não mais ilusões... Que destino!”(10)

Ao partir, ele aperta a mão de Hélène e pensa: que pena que uma mão daquelas segure a lanceta e o bisturi!

Ao longo do romance, o narrador nos faz partilhar das hesitações pelas quais passa a jovem, cujo corpo se cansa às vezes em longas horas de estudo e de laboratório. Vemos como se senta, esgotada, sobre um banco do jardim do Luxembourg, a olhar as mulheres que passam, livres de obrigações pesadas, felizes talvez. Um dia, durante férias no Tréport, uma praia do norte da França, Hélène escuta sua irmã Marthe, casada e inteiramente dedicada ao lar e ao marido, discorrer sobre o que pode esparar uma médica, se ela quer realmente conciliar a carreira e o casamento. A lógica aparente de seu raciocínio, sua própria estrutura são bastante eloquentes para que não se possa ver no personagem um porta-voz da autora:

“Uma mulher médica, que anomalia! Que será de seu marido, que será de seus filhos nos dias de consulta, quando os doentes a chamam? Filhos? mas, meu Deus, ela só teria o tempo de os colocar no mundo... (...) Como todas essas belas teorias são ocas, apesar de todos os que as proclamam! Um homem, um sábio, um médico, ganham pelo fato de serem casados, em vez de perder. Sua esposa lhe poupa a preocupação de pensar no terra a terra da vida, que se impõe sempre, apesar de tudo o que se possa fazer; ela o livra de tudo o que não seria compatível com a gravidade de seu estado; ela faz aumentar a confiança que ele inspira. Um jovem médico casado é, certamente, mais respeitável (...) ele não é solicitado demais pela esposa, o amor não sendo o primeiro, o principal negócio dos homens: só nós é que, quando amamos, não podemos pensar em outra coisa.” (11)

A personagem não faz mais aqui, que repetir a opinião da época, e constatamos ainda uma vez, que as mulheres interiorizaram o discurso que limita sua existência ao cuidado do marido e dos filhos. Em nenhum momento se considera sua realização pessoal, o desejo de ser uma pessoa, que busca a heroína, mesmo remando contra a corrente que advoga as mulheres retrógradas, tanto quanto os homens habituados a encontrar nas mulheres a dedicação habitual. O discurso

de Marthe assinala o lugar da mulher no lar: atada ao “*terra a terra da vida*” e confirmada na crença de que o faz por amor. Este discurso penetrará na imaginação de Héléne: mais tarde, a visão de uma mulher de pescador, ocupada em vigiar os filhos enquanto conserta as redes, sentada sobre a areia, fará com que pense que é aquela a vida que desejaria, para a qual nascera. Tem então uma espécie de premonição do que será sua existência futura, se antevê pálida, dissecando cadáveres, inclinando-se sobre doentes, qualificada pelas pessoas como uma “*extravagante e desclassificada*”, como se dizia das estudantes russas que ela cruzava nas ruas. Seu Eu se desdobrava, diz o narrador. Ela era aquela “*louca*” devotada à ciência e ao mesmo tempo invejava a mulher do pescador.

De súbito, Gilbert Méran aparece, o que não é uma surpresa para o leitor. Ele admira aquele novo ser à sua frente, transformado pela natureza que readquirira seus direitos sobre ela, “*com sua tez já bronzeada e sua cabeleira esplêndida, espalhada sobre os ombros, ainda úmida de água do mar*”. Sua pequena blusa de marinheiro está aberta sobre o peito - e eis a “*verdadeira*” mulher que se anuncia, aquela que as vestes estritas e sérias escondiam antes - o que lhe empresta, diz o narrador, “*uma ponta de fantasia*”. Ela adivinha o pensamento do rapaz, abotoa a blusa até a gola, levanta os cabelos: a mulher de ciência se debate ainda um pouco. Ele convida as duas irmãs a vir visitar sua propriedade, não longe dali, obtendo para isso o “*consentimento*” do marido de Marthe.

Na mansão familiar agora vazia, Gilbert lhes mostra o quarto que pertencera à mãe. Héléne encontra ali todo o universo de uma “*verdadeira mulher*”, a mulher que ela nunca será. Ali se encontra a tapeçaria que a senhora Méran, “*uma artista com uma agulha na mão*”, fizera. Pela janela, vê-se o mar, que ela contemplava amamentando o filho, e mais tarde o instruindo e o aguardando durante suas longas ausências. Ao lado do canapé há ainda os Pensamentos de Pascal e as Meditações de Lamartine: aquela mulher havia pois

ocupado seu cérebro e ajudado o filho a se tornar um homem. Hélène tem a impressão de respirar sua presença no cheiro de violeta que impregna dos móveis e as cortinas do quarto. Gilbert continua em seguida sua obra insidiosa: leva as duas a passear pelo parque da propriedade, e enquanto Marthe, aquela *mulher completa*, colhe flores para enfeitar sua casa, ele declara seu amor a Hélène, de um modo singular - e bem significativo para o leitor atento - : pede-lhe que substitua sua mãe na propriedade familiar. Uma luta se instala então no espírito da jovem, mas o espetáculo da natureza ao redor age sobre ela como um vinho forte, a inebria. Esta natureza será a aliada de Gilbert:

“Todas as vozes da aléa misteriosa e perfumada: o roçar de asas e de folhagens, cantos de pássaros, zumbir de insetos diziam com ele: nós queremos te reter. Não partas. E lhe parecia, de repente, que a valente barquinha que representava sua vida estava predestinada a tocar terra, efetivamente, naquele porto deliciosamente tranqüilo. Que loucura o teria levado a escolher de preferência a tempestade, os naufrágios talvez? Aliás, só dependia dela, do seu querer”. (Último capítulo)

Ela hesita, sua vocação fala mais forte do que todas as vozes que tocam seu coração. Ela lhe pede um prazo, ela escreverá de Paris. E Paris, espaço decididamente voltado para o saber, a cultura, a liberdade, espaço “masculino” conseqüentemente, ditará sua recusa. Em uma carta a Gilbert ela dirá que todas as suas forças devem se concentrar sobre uma obra que a aconselha a permanecer só e livre.

O folhetim poderia terminar aí, mas o fracasso sentimental e humano da heroína - já que o século repete que a mulher só realiza sua humanidade no amor, amor do homem, amor materno -, não teria deixado felizes os milhares de leitores e leitoras. Thérèse Bentzon acrescentará ainda alguns parágrafos sobre a questão e buscará uma saída feliz, para o final do romance. Como conciliar amor e vocação

como ser retrógrado sobre a questão feminina neste fim de século, e continuar a explorar o tema romanesco que mostra às mulheres o grande assunto de suas vidas, a saber, o amor? Hélène imagina que poderá exercer sua profissão no campo. Ela partiria facilmente para o Senegal, a ajudar aquelas populações necessitadas. Ao saber dessas intenções, Gilbert lhe propõe casamento mais uma vez: ele poderá ser ao mesmo tempo uma mulher do coração e uma mulher da ciência, se ela aceitar exercer sua profissão nas terras da família. Ali ela fará concorrência aos funcionários que trabalham na saúde, ela será uma “*celebridade mundial*” aos olhos dos camponeses, ela fará mais bem, em um dia, do que não faria em toda sua vida, se morasse em outra parte. Tentada, Hélène hesita: ela se sente como um viajante impaciente de correr o mundo ao qual se diria que se contentasse com o mesmo horizonte esquecesse o sonho das margens desconhecidas. Entretanto, um novo fato se apresenta. Decepcionado por todas essas hesitações, cansado de esperar, Gilbert vai visitar parentes que queriam lhe dar por esposa uma filha deles. É então que Hélène descobre que ama o rapaz, que o ama “*como a mais ignorante, como a mais fraca*” das mulheres. Entretanto, ela é orgulhosa demais para o confessar. Uma imagem metonímica a persegue então, como uma obsessão: o quarto azul da mãe de Gilbert. Por que, afinal de contas, a obra à qual se destinava não podia dispensar sua colaboração? Vem-lhe então à memória o vulto de uma estudante russa, que se suicidara por desgosto da carreira, pela necessidade de terminar com tudo. Hélène a entende. Desejando voltar atrás, ela gostaria de dar à sua história o que Marthe chama de “*um final correto e burguês*”.

É o que acontecerá. Dezoito meses mais tarde, o narrador nos leva de volta à velha mansão de Gilbert. Hélène está mais bela, mais jovem, mais luminosa do que antes, em razão de todos os encantos que podem provir do amor, da saúde, da felicidade. Paris está longe, os anfiteatros com odores de morte estão longe, ela renunciou a eles. Gilbert lhe pergunta se ela tem saudade disso tudo. Em resposta ela mostra o filho: “- *Não, este aqui me dá razão.*” Final *burguês*, como

Educação das Mulheres nos Folhetins Femininos Franceses

o queria Marthe. E, ainda uma vez, o filho justificará essa vida por procuração que o século e as mulheres aceitaram para elas, como o que existia de mais *correto*. Hélène se dedicará à casa, ao marido, à educação de seu filho. A medicina terá perdido um profissional provavelmente medíocre, mas o país terá ganho uma mãe de família exemplar, diz o romance.

Num artigo sobre o declínio do patriarcado (12), Hans Jörg Neuschäeffer diz do folhetim que é “*um sismógrafo dos abalos sociais*.” A atenção aos acontecimentos faz desse gênero literário um espaço dialógico, uma espécie de conversa das mulheres com a história imediata da qual são excluídas, as paredes do lar tranquilizador e opressor, não são bastante espessas para impedir que os ruídos do mundo lá fora, espaço fascinante onde se elaboram as leis que regem seus destinos, cheguem até essas rainhas-escravas. A figura feminina que não era um personagem histórico, que apenas cruzava a história, que era atravessada por ela, quer ter sua palavra a dizer, enquanto testemunha e ator, por humilde que seja. A questão de educação feminina sendo uma delas, nós leitoras do século XX gostaríamos que nossas companheiras daquele momento houvessem ousado sonhar um pouco mais, exigir um pouco mais. Considerando entretanto o momento histórico que viviam, e o peso da misoginia que se levanta através do século como nunca em outro momento, em reação ao feminismo emergente, é-nos forçoso reconhecer a coragem e a lucidez dessas mulheres, que se servem da literatura para pelo menos afirmar que um problema existe, que deve ser discutido. E colocar a questão é já um modo de atrair a atenção para a sua relevância.

BIBLIOGRAFIA

- 1) Le Figaro, 24.1.1880.
- 2) Valbert, L'émancipation des femmes, in Revue des Deux Mondes, Paris, 1880, p. 208.
- 3) La France au XIXe. siècle, Paris, s. ed. 1864, p. 36-37.
- 4) Ackermann, Louise, Ma vie, in Nouvelle Revue, julho 1881, p. 170.
- 5) Louise Michel, Mémoires, in Histoire des Femmes, Paris, Martinsart 1980, p. 198.
- 6) Vincent, J., La révolte de l'homme, artigo assinado sob o pseudônimo de Arvède Barine, in Revue des Deux Mondes 15.6.1883, p. 925.
- 7) Désertion, de Zenaïde Fleuriot, in Les Veillées des Chaumières, Paris 1884, 16 de março.
- 8) Dire et Faire, de Camille Bias, segunda parte, cap. I, in La Femme 1.5.1881.
- 9) Gréville, H. , Frankley, in La Vie Populaire do 21.7.1887.
- 10) Thérèse Bentzon, Emancipée, in Revue politique et littéraire, fevereiro de 1887.
- 11) Id. março de 1887.
- 12) Le déclin du patriarcat, adultère e divorce dans le roman-feuilleton de 1884, in Romantisme, número 53, terceiro trimestre 1986, Paris, CDU e SEDES.

Enfoque Literário-Pragmático de *Jazz*, de Toni Morrison

Literatura é um contexto de fala M.L.P.ratt
Clélia Reis GEHA *

Introdução

O ponto de vista segundo o qual textos literários são exposições verbais planejadas para recriar, interpretar e avaliar a experiência é comum à maioria dos teóricos da literatura. A importância desse argumento reside no fato de que esta atividade recreativa e interpretativa não é exclusiva à literatura. No mínimo, tanto a narrativa natural quanto a literária são exemplos disso e significa que, em grande escala, esses dois tipos de enunciados exploram os mesmos aspectos de nossa competência linguística.

Em termos gricianos, escolher um romance para ler equivaleria à postura que adotamos na conversação quando um interlocutor nos diz, por exemplo, “Espera até eu te contar...” Se levarmos em conta o postulado de Grice, a literatura não precisa e

* Clélia Reis Geha é Mestranda em Teoria da Literatura da UFPE e Professora da UNICAP.

nem pode ser separada como um uso da língua diferente de todos os outros; as inúmeras semelhanças formais entre literatura e narrativa natural não precisam e não devem ser consideradas acidentais. (Pratt:1977:149).

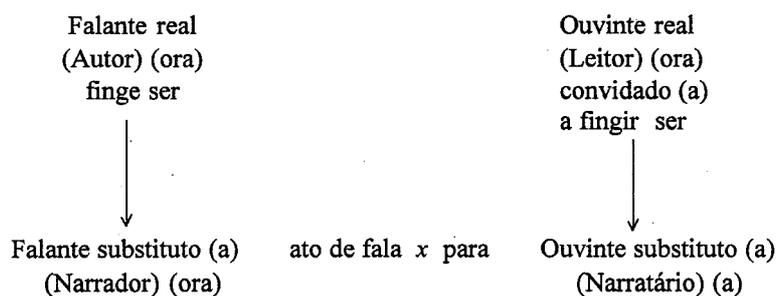
Ao escolhermos o primeiro capítulo do romance *Jazz*, de Toni Morrison, para o trabalho de Pragmática, teremos em mente esses preceitos teóricos. Mas, além disso, nossa escolha se deve também ao estudo da literatura de língua inglesa e à atividade pedagógica por nós desenvolvida na Universidade Católica de Pernambuco. (UNICAP). Pretendemos, com isso, tornar mais conhecida, no mundo acadêmico, a obra dessa escritora. Apesar de limitarmo-nos ao primeiro capítulo, faremos um resumo da obra bem como algumas referências a outros acontecimentos e personagens para que se tenha uma visão do seu todo.

Os fundamentos teóricos serão baseados em alguns dos textos sobre Pragmática, estudados no segundo semestre de 1995, no Mestrado de Teoria da Literatura da UFPE, sobretudo *The Logical Status of Fictional Discourse*, de John Searle, *Logic and Conversation*, de Paul Grice, *The Pragmatics of Personal and Impersonal Fiction* de Marie-Laure Ryan, *The Literary Speech Situation*, de Mary Louise Pratt, procurando ver as semelhanças e diferenças entre o discurso literário e a linguagem comum, comprovando o que todos esses estudiosos vêm procurando demonstrar, ou seja, que “o literário é um ‘continuum’ do não literário. Não apenas não há limites marcantes, mas não há limite algum.”(Searle:1957, 320)

Aliás, essa idéia da inexistência de fronteiras entre discurso literário/não literário ou entre linguagem falada/escrita tem sido defendida pela maioria dos lingüistas e filósofos da linguagem. Por exemplo, Grice se preocupa em mostrar como as regras para o uso da língua acontecem entre a lógica e a conversação. Pratt (1977,129) quer examinar até que ponto as referidas regras podem servir de ponte

entre a literatura e a conversação, esclarecendo as semelhanças e diferenças das duas atividades verbais. Seu objetivo é integrar o discurso literário na descrição geral de todas as atividades comunicativas.

Devemos levar em conta, ainda, que, ao escrever um romance ou um conto, uma escritora ou escritor atribui as palavras que escreve a alguém - à narradora ou ao narrador, quer dizer, uma figura ficcional. A esse respeito, achamos interessante o esquema apresentado por Ryan (1981:518), o qual servirá de apoio para a terminologia adotada neste trabalho ao nos referirmos a “falante” e a “ouvinte”. Para esclarecer melhor a questão, transcrevemos, a seguir, o aludido esquema que foi inspirado em Searle:



Portanto, com base nessas teorias, iremos observar tais semelhanças, sem esquecermos de fazer algumas incursões à análise da narrativa de Labov. Dividimos nosso trabalho em seis partes: 1) Atos de Fala e Máximas. 2) A Questão da Narradora. 3) Marcas de Oralidade. 4) Aspectos Narrativos. 5) Pré-texto, Pré-paração, Pré-seleção. 6) O Papel da Audiência e o Texto Vitrine.

1. Atos de fala e Máximas

Para Searle, “falar uma língua é entrar numa forma de comportamento governada por regras altamente complexas” (Pratt,

1977:80). Portanto, ao fazer um enunciado uma pessoa pode desempenhar três tipos de atos de fala: locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Os primeiros correspondem ao enunciado em si mesmo; os segundos implicam em prometer, informar, saudar, ordenar, etc. e os terceiros são os efeitos que se pretende exercer sobre os interlocutores.

Os atos de fala só são desempenhados corretamente ou de modo feliz se forem cumpridas as *condições de felicidade ou de propriedade* (Pratt:1977:81), que representam regras do conhecimento partilhado pelas pessoas que usam a língua de maneira adequada.

Como nosso objetivo é analisar o primeiro capítulo de *Jazz*, é interessante examinar se o ato de fala inicial: “EI, EU CONHEÇO ESSA MULHER”, incluído nos representativos (visam representar um estado de coisas, presente, futuro ou hipotético, ou seja, afirmar, contar, sugerir, predizer) cumpre as condições de felicidade.

De imediato, fora de contexto, diríamos que não pois a informação não é suficiente para satisfazer a ouvinte. No entanto, no desenrolar da ação, podemos afirmar que sim dentro do universo ficcional, uma vez que a falante vai revelando, pouco a pouco, os acontecimentos.

Vejam agora o enunciado na teoria de Grice (1975:45) que ensina: “O fato de nossa conversação exibir certo grau de coerência e continuidade sugere que nosso comportamento conversacional é regido por um *Princípio de Cooperação* que os participantes devem observar: “Faça sua contribuição na conversação da maneira que é exigida, no estágio onde ocorre, conforme o objetivo aceito ou a troca de turno de fala na qual você está comprometido.” Propõe então quatro máximas a serem observadas dentro desse princípio: quantidade, qualidade, relação (ou relevância) e modo, as quais podem ser compreendidas como condições de propriedade muito gerais que os

participantes de uma conversação geralmente consideram válidas.

Porém, além de sabermos ter o próprio Grice reconhecido os limites do seu esquema, é claro que a literatura é o campo propício para a subversão da linguagem. Assim sendo, o primeiro ato de fala citado viola flagrantemente a máxima de quantidade.

Se há uma violação da máxima de relevância na abertura do romance, por implicatura, poderíamos tentar inferir várias coisas e colocar algumas questões. Para começar, o primeiro ato de fala funciona como uma espécie de resumo e a falante convida a ouvinte ou o ouvinte, em tom coloquial, característico da linguagem falada, para fazer parte de sua audiência e ouvir uma narrativa sobre uma determinada mulher. Quem é a mulher que a falante diz conhecer? Por que chama a nossa atenção sobre a mesma? O que fez de interessante para ficarmos curiosos? Como é ela?

2. A Questão da Narradora

Mesmo se tivéssemos essas respostas, ainda assim não saberíamos quem se manifesta. Pode ser uma personagem comunicando-se com outra dentro do universo ficcional ou talvez a falante se dirige a sua ouvinte. Nesse primeiro ato de fala, portanto, delinea-se a questão da narradora. A narrativa, em primeira pessoa, constituiria um exemplo de nível médio de individualização (Ryan:1977:35), ou seja, o caso do “eu” como testemunha (já uma forma de avaliação) que se envolve nos acontecimentos sobre a personagem (essa mulher). Vejamos um exemplo:

... **Conheço** o marido dela também, um sujeito que se apaixonou por uma mocinha de dezoito anos, com um desses amores profundos, pesados, que o fazia ao mesmo tempo tão triste e feliz que ele atirou na garota só para continuar vivendo essas emoções. (p. 9).
(Grifos adicionados)

A seguir, a narradora continua a falar da protagonista:

...Quando **a mulher**, o nome dela é **Violet**, foi ao velório para ver a moça e cortar seu rosto morto, as pessoas que estavam no funeral a agarraram e expulsaram da igreja. Então **ela correu** no meio de toda aquela neve, e quando **chegou** ao seu apartamento **abriu** as gaiolas e **colocou** todos os pássaros para fora das janelas, para congelarem ou voarem, inclusive o papagaio que diz 'eu te amo'. (p.9) (grifos adicionados).

Como vemos, fica difícil identificar quem fala e a narrativa, em terceira pessoa, poderia ser classificada como grau zero de individualização, característica do romance do século XIX. (Ryan:1981:518).

Nesse início, a narradora sabe mais do que a leitora e as personagens:

Ei, eu conheço essa mulher.

Na abertura da segunda parte do capítulo:

Sou louca por esta cidade. (p.12)

E, ainda:

... eu observo tudo e todos e tento entender seus planos, ... muito antes deles. (p.13).

Durante toda a narrativa dirige-se à leitora cada vez mais: Você tem de entender o que é enfrentar uma cidade grande. (p.13)

Mais adiante, diz:

Concordo que sou meio reservada, mas se você, como eu... (p. 14).

É uma maneira de pedir à leitora para avaliar a narrativa. Noutras partes, no entanto, sabemos quem tem a palavra: Violet, Joe,

True Belle (avó de Violet), Dorcas. Esse recurso narrativo gera não só a polifonia mas vários pontos de vista.

O discurso fragmentado de Morrison inclui diversos “flashbacks” ou “flashforwards”, que provocam e problematizam a relação dialógica com as (os) ouvintes, que precisam preencher as lacunas do texto. Vejamos outra passagem que ilustra essa dificuldade:

... Violet viu, entrando no prédio com um disco sob o braço e um embrulho de carne no outro, uma outra moça com quatro ondas alisadas... Violet pediu para ouvir o disco e foi assim que começou o escandaloso trio na avenida Lenox. O que saiu diferente foi quem atirou em quem.

Pois bem, só chegamos a saber quem é essa *outra moça* - Felice, amiga de Dorcas, a amante assassinada -, na página 178, correspondente ao 9º capítulo, portanto, quase no fim do livro.

Aliás, a própria Toni Morrison, numa entrevista a Claudia Tate, (1983:125) declara:

Minha escrita espera e exige uma leitura participativa... Não se trata de apenas contar a história, mas de envolver o leitor. (1983, 125).

3. Marcas de Oralidade

A expressividade da interjeição *ei* no ato de fala inicial constitui um chamamento para envolver os leitores ou as personagens.

Segundo L. A. Marcuschi (1993,221) a interjeição “é o único fenômeno lingüístico exclusivo da língua falada. Assim, mesmo quando ocorre na escrita, geralmente em diálogos, representa uma situação de fala. Além disso, discursivamente, situa-se sempre em contextos de maior vivacidade e reproduz momentos em que uma posição pessoal é

tomada ou manifestada. Vincula-se aos gêneros textuais mais espontâneos e, em geral, tem mais a ver com o envolvimento do que com a informação.”

E, aqui, a interjeição *ei* foi empregada num texto literário. Neste caso, o uso do recurso interjetivo poderia ser considerado não só como marca de oralidade mas comparado ao “cara leitora”, comum nos romances dos séculos XVIII e XIX, ou ao “meus amigos” e - repetimos - como um chamamento.

Nesse ponto, caberia uma observação. No texto original, em inglês, apenas a primeira letra da primeira palavra - *Sth* - é posta em relevo. No entanto, a expressão é essencialmente característica da linguagem falada, e a análise feita no texto em português com referência à interjeição, se aplica, da mesma maneira, ao original, pois representa um chamamento e marca a oralidade textual. Equivaleria, talvez noutra tradução, ao “psiu” do português.

O dêitico *essa*, utilizado cataforicamente, contribui para despertar o interesse de conhecermos a mencionada mulher, para a credibilidade da história a ser contada, além de também contribuir para a oralidade do texto. Assim sendo, fica indefinida a fronteira entre linguagem escrita e linguagem oral, uma vez que se reproduz uma situação de fala característica da narrativa natural, imitada pela literária. E aqui - repetimos - se confirma o que vários lingüistas e filósofos da linguagem como Labov, Searle, Austin, Pratt, Altieri e outros vêm pondo em relevo, o que, de resto, já foi mencionado neste trabalho: a existência de um ‘continuum’ entre o texto literário e a linguagem ordinária.

Delineia-se, portanto, a semelhança entre literatura e outras situações de fala que acontecem num determinado contexto e, como tal, não podem ser descritas longe do mesmo. Apesar de alguns críticos literários não reconhecerem esse fato, uma teoria do discurso literário

não pode deixar de fazê-lo. Além do mais, a situação falante/audiência num texto literário não é unicamente literária pois não resulta de um uso da linguagem diferente de todos os outros. Longe de suspender, transformar ou opor as leis do discurso não literário, a literatura, pelo menos nesse aspecto, obedece a essas leis. (Pratt:1977,115).

4. Aspectos narrativos

O título *Jazz* constitui um convite para entrarmos no universo ficcional de Morrison além de funcionar como resumo. Serve, também, de elemento de referência porque há uma ressonância conotativa imediata com o jazz, o 'blues', a música oriunda dos Estados Unidos, de raízes negras. Suas características sonoras se destacam através de um ritmo sincopado com improvisações polifônicas sobre uma frase musical onde vários instrumentistas solam, cada um de uma vez, criando novas frases musicais dentro do mesmo tema, sem, no entanto, modificar a harmonia. Como isto se contextualiza no romance?

A narradora vai elaborar sua história, de múltiplas vozes, na avenida Lenox, cenário principal da Cidade, habitada por negros. Com um enredo fragmentado, gera a polifonia e diversos pontos de vista. E, a exemplo de uma sessão de jazz, onde cada instrumentista faz um solo instrumental ou canta, no romance, várias personagens vão compor a ação e cada uma vai contar, à sua maneira, o mesmo acontecimento: Violet, True Belle (avó de Violet), Dorcas, Felice. O texto é labiríntico, desenvolve-se livre como o jazz, sem conclusão definida, o que influencia nosso ato de leitura. O prazer de Jazz é a participação da leitora na criação de significado.

A voz narrativa (não identificada) nos revela, no primeiro capítulo, que a personagem Violet invade o velório da ex-amante do seu marido - Dorcas -, por ele assassinada, para esfaquear o cadáver. Apesar de ser uma história de um triângulo amoroso, o caso é incomum pois a ex-amante, apesar de morta, continua a influir na vida do casal

Violet e Joe Trace.

Inconformada com tudo o que aconteceu com relação a Dorcas, Violet vai tentar aproximar-se da tia da moça. Dirige-se, então, à casa de Malvonne, e, de certa forma, impõe um relacionamento com a mesma para conhecer tudo sobre Dorcas. Consegue até um retrato emprestado da jovem e o coloca sobre a lareira de sua sala de visitas. Ela e Joe se levantam à noite para contemplar a fotografia. Vejamos o texto:

E eles se alternam em afastar as cobertas, levantar do colchão abaulado e ir na ponta dos pés sobre linóleo frio para a sala de visitas, com a intenção de olhar o que parece ser a única presença viva na casa: a fotografia de uma moça com um ar atrevido, que não sorri, olhando para eles do alto da lareira. Se o visitante é Joe Trace, impelido pela solidão, o rosto olha para ele sem esperança ou arrependimento, e é a ausência de acusação que o faz despertar faminto pela sua companhia. Nenhum dedo aponta. Os lábios jovens não se encurvam para baixo, recriminando. O rosto é calmo, generoso e doce. Mas se a visitante é Violet a fotografia não é assim. O rosto da moça lhe parece ganancioso, insolente e muito preguiçoso. A pele da cor do creme que fica na superfície do leite é a de alguém que nunca pensa em trabalhar, seja qual for o salário; alguém que rouba coisas que ficam sobre as penteadeiras dos outros e nem abaixa os olhos de vergonha quando é descoberta. É o rosto de uma mal-educada que desliza até a pia para levar o garfo que você pôs ao lado do prato dela. Um rosto voltado para dentro - ele só vê a si mesmo. Você só está aí, ele diz, porque estou te olhando. (17).

Estabelece-se aí um processo de transferência numa relação especular reflexiva. Por um lado, desejoso da companhia de Dorcas, Joe olha e “é olhado” pelo rosto “calmo, generoso e doce.” Seu olhar narcísico projeta na fotografia as virtudes da jovem. Por outro, quando Violet observa a foto, ela enxerga outra imagem no rosto que lhe parece

“ganancioso, insolente e muito preguiçoso”. Dorcas, torna-se, assim, a grande ausente que se faz presente e “viva” para ambos. Portanto, tudo depende da subjetividade do olhar. Enquanto o de Joe sugere desejo e amor, o de Violet conota forte carga de ódio e desprezo. Ambos olham e “são olhados” por Dorcas, que seria, no caso, agente e paciente, pois ao mesmo tempo em que é “olhada”, tem a capacidade de “olhar”, apesar de morta, e de refletir nas duas personagens imagens diametralmente opostas.

O cenário da história se passa naquilo que a falante chama apenas de Cidade, descrita nas páginas 12, 13, 14, e só mais tarde sabemos tratar-se de uma cidade grande:

Você tem de entender o que é enfrentar uma cidade grande: estou exposta a todos os tipos de ignorância e criminalidade. (13)

Ou, ainda:

Faça o que quiser na Cidade, ela está ali para apoiá-lo e incriminá-lo não importa o que você invente. E o que acontece em seus quarteirões, terrenos baldios e ruas laterais é algo que os fortes podem imaginar e os fracos só admiram. (14).

5. Pré-texto, pré-paração, pré-seleção

O romance parte de um fato real, portanto, a escritora vai ficcionalizar um acontecimento do cotidiano, que foi o pré-texto do romance. Como sabemos se as falas são intencionais? A escritora dispôs de tempo para planejar e corrigir sua história, que passou por um processo de pré-paração e pré-seleção através do editor, dos leitores profissionais. (Pratt, 1977:121). Após ser impressa, a obra ainda é submetida a um grupo de selecionadores que às vezes influencia nossas decisões e expectativas: críticos, revisores, professores. Supomos então que o texto é isento de erros e que é uma versão satisfatória que a

autora escolheu. Nosso conhecimento desse processo seletivo é uma das mais importantes pressuposições que temos antes de lermos um livro.

Um total de 208 páginas e 10 capítulos não numerados, porém marcados por espaços em branco compõem o mundo de *Jazz*. No primeiro, tomamos conhecimento do essencial da ação mas os detalhes nos são contados, por inteiro, nos capítulos seguintes, pelas personagens, inclusive os do assassinato pela própria vítima, o que é bastante incomum.

Essa técnica narrativa é singular pois permite que a personagem Dorcas descreva os momentos climáticos que antecedem sua morte ao ser violentamente agredida por seu ex-amante e assassino, Joe. Apesar de sabermos desse fato desde o início do romance, isto só nos é revelado em detalhes na página 173-177 (no 8º capítulo). Acreditamos ser importante fazer esses esclarecimentos - repetimos -, para se ter uma melhor idéia da trama e do amarramento textual. Agora, voltemos ao primeiro capítulo, objeto de nossa análise, para outros comentários pertinentes.

O resumo é dado logo após o primeiro ato de fala e nos indica que os acontecimentos giram em torno de Violet, referida no início como “essa mulher”. Sua atitude é um reflexo da do seu marido. Somos informadas de que ele matou Dorcas “por amor” e Violet quis esfaquear o rosto do cadáver, por ciúme. Ódio e amor se mesclam nessa história. Aliás, o nome Violet atribuído a essa personagem contém forte carga conotativa e seria, pois, intrínseco à sua violenta personalidade. Violet/violenta. E foi pelo epíteto de ‘violenta’ que a mesma ficou conhecida na cidade após seu inesperado ato.

A principal função do resumo na narrativa natural é solicitar o consentimento para contar a história, ou seja, convidar a ouvinte a integrar sua audiência. (Pratt: 1977, 100). Na fala literária, nosso papel tem as mesmas características formais utilizadas para definir a

Audiência pois sabemos e queremos entrar numa situação de fala na qual somente um falante tem acesso à palavra. (Pratt:1977,114). Essa questão será abordada no item 6 deste trabalho.

Ainda no primeiro parágrafo, dispomos de outras informações sobre Violet. Ela correu, na neve, para seu apartamento, abriu as gaiolas e colocou os pássaros para fora das janelas, para “congelarem ou voarem”, inclusive o papagaio que dizia “eu te amo.” Esses dados despertam nossa curiosidade uma vez que cresce nossa expectativa no sentido de conhecermos mais sobre a história que nos está sendo contada.

Em primeiro lugar, pela significação do enunciado “eu te amo”, que implica ter Violet ensinado a sua ave de estimação essas palavras, num desejo inconsciente de ser amada por Joe e de ouvir, dele, as mencionadas palavras. Depois, o fato de Violet jogar os pássaros para congelarem na neve seria uma fuga para sua frustração, e, ao mesmo tempo, uma projeção do crime do seu marido. Por fim, sua atitude ratifica a violência de seu temperamento, o que nos é revelado por suas ações.

Vamos examinar, agora, o mesmo capítulo, observando, contudo, o papel da Audiência e o texto vitrine. (Pratt:1977,143).

6. O Papel da Audiência e o Texto Vitrine

O papel da Audiência, no texto literário não parece ser bem diferente daquele da linguagem oral. A conversação é organizada por turnos de fala quase sempre desrespeitados porque frequentemente interrompemos alguém para fazer algum comentário. Nosso papel na situação da fala literária teria as principais características formais que Pratt utiliza para definir a Audiência, na conversação: sabemos e queremos entrar numa situação de fala na qual outro falante é o único a ter acesso à fala. As semelhanças formais entre a narrativa natural

e a literária são imediatamente explicadas se tivermos uma disposição semelhante à de falante/audiência com relação à mensagem em ambos os tipos. (1977, 114). Títulos, resumos, por exemplo, funcionariam como “pedidos para usar a palavra”, ou seja, seriam semelhantes aos resumos de Labov e da mesma forma corresponderiam, em função, às convenções de fala pública.

O título *Jazz* funcionaria então como um anúncio da falante para contar sua história enquanto nós, leitoras e leitores esperamos que a escritora satisfaça nossas expectativas e nos sentimos no direito de julgar o que foi escrito.

Sobre a questão, Pratt diz o seguinte:

A situação falante/Audiência que prevalece numa obra literária não é fundamentalmente ou apenas literária. Não é o resultado de um uso da linguagem diferente de todos os outros usos. Longe de suspender, transformar ou opor as leis do discurso não literário, a literatura, nesse aspecto, obedece a essas leis.(1977,115)

Ela tenta integrar o discurso literário no mesmo modelo de linguagem básico de todas as outras atividades comunicativas para o desenvolvimento de uma teoria da literatura dependente do contexto.

O ato de fala que abre o romance funciona como uma “novidade” assertível e interessante, ou seja, “narrável” como se estivéssemos numa “conversa informal” pois trata-se de algo inesperado e conta como uma antecipação de nossa “expectativa”. Nossa reação natural seria: E o que há com essa mulher? Fica selado então nosso acordo de participarmos como audiência, como platéia para observar um desfile de personagens que vão dramatizar os fatos para nós. E é Pratt quem ensina:

A noção de *narrabilidade* caracteriza uma importante subclasse de atos de fala assertivos ou representativos que incluem a

narrativa natural, uma grande parte da conversação e muitas obras literárias, para não dizer todas. Contrasta com o tipo de relevância que contamos em asserções feitas em resposta a uma antecipação de uma questão, as quais são paradigmas do que Grice quer dizer com *uma troca maximamente efetiva de informações*. As asserções cuja relevância seja a narrabilidade devem representar um estado de coisas considerado incomum, contrário a expectativas ou problemático. (1977:136).

Este seria também um recurso para estabelecer um tópico de conversação numa situação onde ainda não há nada pré-definido, o que é característico do texto *vitrine*, que pertence à classe de atos ilocucionários definidos por Searle como “representativos” ou, nos termos de Grice, de um enunciado planejado para produzir pensamentos em vez de ações. (Pratt:1977, 143/144). No segundo parágrafo, a falante de *Jazz* ratifica seu propósito de fazer com que essa história mereça nossa atenção, ao declarar:

... só podia ser a mulher de Joe Trace, o homem que matara a moça. Não deram queixa dele porque ninguém o tinha visto realmente cometer o crime e a tia da falecida achou melhor não gastar dinheiro com advogados safados e tiras gozadores num processo que poderia não levar a nada. Quando soube que o sujeito que matara sua sobrinha chorara o dia inteiro por ela, por ele mesmo e por Violet, concluiu que isso já era um castigo tão ruim quanto a cadeia.

Por meio desse discurso indireto livre, a falante vai fornecendo elementos mais avaliativos que orientativos. E, como audiência, nosso papel é o de preencher as lacunas que ocorrem na narrativa.

A falante nos convida a contemplar, avaliar e reagir ao que vai dizer. Seu interesse é provocar não apenas a crença da ouvinte mas também seu envolvimento afetivo-imaginativo naquilo que vai

representar, bem como uma instância avaliativa em direção a sua história.(Pratt:1977:136).

E mais. Como o aspecto verbal indica, a falante de *Jazz* se coloca na perspectiva do seu tempo presente para a ouvinte entrar na narrativa. E, nas sentenças seguintes, utiliza o passado:

EI, EU *CONHEÇO* ESSA MULHER. Ela *morava* com um bando de passarinhos... (p. 9) (grifos adicionados). E, adiante, recorre ao presente:

Faça o que quiser na Cidade, ela *está* ali para apoiá-lo e incriminá-lo não *importa* o que você *invente*. E o que *acontece* em seus quarteirões, terrenos baldios e ruas laterais *é* algo que os fortes *podem* imaginar e os fracos só *admiram*...

No próximo parágrafo, emprega o passado:

Vivi um longo tempo, talvez demais, em minha própria mente. As pessoas dizem que eu devia sair mais. Me misturar...

A alternância presente/passado realça a elaboração do texto vitrine pois a relevância dos enunciados deriva de sua narrabilidade. Na conversação, esse recurso pode ser facilmente introduzido. (Pratt:1977,144). No caso do texto literário, objeto de nossa análise, os enunciados não precisam depender de discurso anterior, exceto em casos especiais: paródias, seqüências de livros, etc.

As duas características do texto vitrine - distanciamento do contexto de fala imediato e susceptibilidade de elaboração - (Pratt:1977,143) podem ser aplicadas ao romance *Jazz*, onde, a partir da abertura, nada parece pré-definido e Morrison vai elaborar seu texto ao longo de todo o romance, usando repetições - o mesmo fato é contado e re/countado por vários narradores. - o que é uma das

características da linguagem oral, do jazz e da poesia.

Conclusão

Vimos como o texto literário tem semelhanças com a linguagem falada. Mostramos que os atos de fala, característicos da oralidade podem ser empregados na literatura. Da mesma maneira, o princípio de cooperação e as máximas de Grice também utilizadas na linguagem oral são incluídas no texto literário. No caso do capítulo estudado, a máxima de relevância foi violada, mas sabemos que todas as infrações são intencionais e enriquecem a fala literária. A questão da narradora foi vista com base na teoria de Ryan e partimos depois para as marcas da oralidade, demonstrando que o texto literário contém expressões que ocorrem sobretudo na linguagem oral. Examinamos também o primeiro capítulo nos seus aspectos narrativos, o papel da Audiência e a concepção de Pratt do texto vitrine, sabendo que a atitude da ouvinte em relação ao texto literário é a mesma aplicada às regras conversacionais.

Contemplamos, assim, com um olhar avaliativo, os acontecimento que nos foram narrados como se estivessem expostos numa vitrine.

Essa abordagem literário-pragmática foi importante por termos ratificada a semelhança entre a chamada “linguagem ordinária” / “linguagem literária”, constituindo ambas um ‘continuum’ sem quaisquer fronteiras que só podem funcionar perfeitamente dentro de um contexto, e um contexto de fala.

E essa situação discursiva pode ocorrer numa apresentação de jazz, onde, nos solos musicais, às vezes, os cantores ou instrumentistas dirigem palavras aos ouvintes. Lembramos, a propósito, o grande trompetista e cantor norte-americano Louis Armstrong, que freqüentemente conversava com a platéia. Assim, ao

concluirmos a leitura da obra, é como se continuássemos a escutar a história numa conversa informal com Violet, Joe, Dorcas, True Belle, e a narradora.

A textura fragmentária de *Jazz* frustra uma interpretação única o que enriquece o romance porque cada leitora (leitor) descobrirá um novo significado para a obra. Só para ilustrar o que acabamos de dizer, consideramos o último parágrafo da primeira parte do capítulo analisado um exemplo interessante por desconstruir completamente o que foi narrado antes:

... Tudo prometia que aquela seria uma casa bem tristonha, com isso e mais a falta dos pássaros, e os dois enxugando os olhos o dia inteiro, mas quando a primavera chegou à Cidade Violet viu, entrando no prédio com um disco sob o braço e um embrulho de carne no outro, uma outra moça com quatro ondas alisadas em cada lado da cabeça. Violet pediu para ouvir o disco e foi assim que começou o escandaloso trio na avenida Lenox. O que saiu diferente foi quem atirou em quem.

Na entrevista concedida a Claudia Tate, mencionada à página 5 deste trabalho, Morrison diz que suas histórias, como o jazz ou as igrejas para negros provocam a reação da comunidade:

Todo mundo está presente. E isto também tem a ver com o modo no qual as histórias são contadas porque os leitores têm uma atitude participativa nos livros e tenho de fazer com que sua reação seja igual àquela que eu gostaria que o coro da igreja tivesse, além dos efeitos corais do próprio livro.

Desse modo, Morrison consegue nos envolver com sua história e nos provoca para uma ativa participação no processo criativo. O diálogo falante/ouvinte caracteriza a narrativa marcada pela oralidade e por atos de fala expressivos. Fica patente, portanto, a

utilização dos ditos atos de fala tanto na linguagem comum quanto no texto literário, o que acabamos de examinar no romance *Jazz*. Assim sendo, não podemos deixar de concordar com Mary Louise Pratt no sentido de que para descrever a situação da fala literária é imprescindível levar em conta sua semelhança com a conversação.

Em *Jazz*, o discurso fragmentado, a história fragmentada, as personagens fragmentadas e os fragmentos da poesia são instâncias narrativas que concorrem para eliminar as fronteiras entre a linguagem falada e o discurso literário, pondo em relevo a idéia da existência de um 'continuum' entre esses dois tipos de discurso, bem como a premissa de que *a literatura é um contexto de fala*.

BIBLIOGRAFIA

- GRICE, Paul. *Logic and Conversation*, In: COLE, Peter; MORGAN, L. (ed.) *Syntax and Semantics: Speech Acts*. New York: Academic Press, 1975, v.3, p. 41-58
- MORRISON, Toni. *Jazz*. Tradução de Evelyn Kay Massaro. São Paulo: 1992 Best Seller, Círculo do Livro. 208 p.
- _____. *Jazz*. New York: 1992, Signet. 265 p.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Notas sobre a Interjeição*. In: *Investigações - Lingüística e Teoria Literária*, v.3. Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. UFPE, Recife, 1993. p. 221-235.
- PRATT, Mary Louise. *The Linguistics of Use*. In: *Toward a Speech Act of Literary Discourse*. Bloomington: 1977, Indiana University Press, p.79-99

Clélia Reis GEHA

_____. *Literary Cooperation and Implicature*. In: **Toward a Speech Act of Literary Discourse**. Bloomington: 1977, Indiana University Press, p.152-200

_____. *The Literary Speech Situation*. In: **Toward a Speech Act of Literary Discourse**. Bloomington: 1977. Indiana University Press, p.100-151

RYAN, Marie-Laure. *The Pragmatics of Personal and Impersonal Fiction*. In: **Poetics**, v.10, n.6, 1981. p. 517-539

SEARLE, John. *The logical status of fictional discourse*.: **New Literary History**, v. 6, n. 2, 1957, p.319-337.

TATE, Claudia. **Black Women Writers at Work**. New York: 1983, Continuum, p.125

The Quest For A Home in Elizabeth Bishop's Poetry

Marli HAZIN*

"This is not my home. How did I get so far from the water ?
It must be over that way somewhere."
("Strayed Crab," CP 140)

Elizabeth Bishop published basically four volumes of poetry: *North & South* (1946), *Poems: North & South - A Cold Spring* (1955), *Questions of Travel* (1965), and *Geography III* (1976), all of which are collected with earlier and later poems as well as her fine translations mainly from the Portuguese language in *The Complete Poems: 1927-1979* (1983),¹ and just from the titles of the individual volumes the reader begins to understand how important place is in the work of this poet. Actually, despite keeping a distance from confessional poetry, Bishop's verses are constantly and eloquently pointing out what she missed the most in her life : a home.

Maybe that was the reason she felt the urge to conquer new places, as if to compensate for previous losses. Her father died when she was eight months old, and her mother became mentally ill and was

* Professora de Literaturas de Língua Inglesa na UFPE.

¹ The quotations from Bishop's poems, except the unpublished one, were taken from *The Complete Poems: 1927-1979*, referred throughout this paper as CP.

Marli HAZIN

finally committed to a sanatorium. Bishop always seemed to be haunted by the incomplete picture of her childhood, therefore, very early in her life, reading and writing and, later on traveling, became means to fill some of those empty spaces. Talking about her life as an orphan, she said in an interview to Elizabeth Spires in 1978: "My relatives, I think they all felt so sorry for this child that they tried to do their very best. And I think they did....But... I was always a sort of a guest, and I think I've always felt like that". Such an uncomfortable feeling of never being at home pushed her, in her later years, toward different places, until she achieved sufficient distance to be able to rework the place of childhood in her life.

After living for some time in New York and visiting countries such as France, England, Morocco, Spain, and Italy, Bishop decided to move to Florida. It was in Key West that she found her first home, "a modest but beautiful old house," and certainly the first significant "key" in her continuous search for a place she could feel part of. As she said in an interview to Ashley Brown, "I went to Key West just for a couple of days to see what the fishing was like there". She stayed for almost ten years, fascinated by the splendor of nature and by the attitude of poor and authentic people as she describes in "Jerónimo's House" (1941), which starts by saying

My house, my fairy
palace, is
of perishable
clapboards with
three rooms in all,
my gray wasps' nest
of chewed-up paper
glued with spit. (CP 34)

The eight stanzas of "Jerónimo's House" provide the reader with more items of a home made of practically nothing but love. The

The Quest For A Home in Elizabeth Bishop's Poetry

ordinary things the speaker sings - "left-over Christmas decorations," "four pink tissue-paper roses," "an old French horn repainted with aluminum paint," and his radio - anticipate a much later poem, "Crusoe in England" (1971) with "the flute, the knife, the shrivelled shoes", the "shedding goatskin trousers," and "the parasol" all requested by the local museum. In his own way, Bishop's Crusoe also talks about home, the one he had during exile.

After her season in Key West and a "dismaying" year in Washington (1949-1950) as Consultant in Poetry at the Library of Congress, Elizabeth Bishop was ready to travel again and this time it was a cruise around South America. The Brazilian port of Santos was to be just the first stop in the cruise, but a disease associated with the cashew fruit kept Bishop in Brazil until she recovered. Then she decided to stay. Maybe her tireless eyes were eager for other sceneries, other histories, and Brazil had plenty of both.

For nearly two decades Bishop lived in Brazil and dedicated a great part of her time to reading and studying the cultural boundaries of her new home. Together with her Brazilian friend, Lota de Macedo Soares, she designed and built a modern house in Petropolis (a historical town, some sixty miles from Rio de Janeiro), in which she owned a studio perched above a waterfall where she could be alone with her books and the beauty of nature as she said in a letter to Pearl Kazin "This place is *wonderful*, Pearl. I just spend too much time in looking at it and not working enough. I only hope you don't get to be forty-two before you feel at home."² Her letters by that time convey the happiness of feeling finally at home. The poet sings this house in two companion poems, "Electrical Storm" and "Song for the Rainy Season," both part of her Brazilian Poems in the book called *Questions of Travel*. In these poems, she decides to share with the reader a piece of her own world which is completely different from her usual behavior.

² Bishop to Pearl Kazin, April 25, 1955, *One Art* (Elizabeth Bishop Letters) 262.

Marli HAZIN

In "Electrical Storm," faithful to her oblique style, she introduces her cat Tobias as the character in the poem and then an unexpected "we" who meditates on the effects of the stormy weather in and out of the house:

Dawn an unsympathetic yellow
Cra-aack! - dry and light.
The house was really struck.
Crack! A tinny sound, like a dropped tumbler.
Tobias jumped in the window, got in bed—
silent, his eyes bleached white, his fur on end.
.....

We got up to find the wiring fused,
no lights, a smell of saltpetre
and the telephone dead.

The cat stayed in the warm sheets.
The Lent trees had shed all their petals:
wet, stuck, purple, among the dead-eye pearls.
(CP 100)

Indoors the storm only killed the lights and telephone. The sheets remained warm and the house bravely resisted the attack. The season's real victims were outside, where the Lent trees had lost their purple flowers to the hail, as if the penitent flowers had to atone for a guilt they could not understand.

"Song for the Rainy Season" returns to the house, this time describing the elements that make it special. This poem is much longer than the previous one and is divided into two parts. A basic opposition controls this double organization. In the first part the poet explains the advantages of privacy "Hidden, oh hidden," whereas in the second, she praises the openness of the house "House, open house," although

The Quest For A Home in Elizabeth Bishop's Poetry

this openness eventually leads to bareness and end of love. Ashley Brown, who visited Bishop in Petropolis, said that her house "was long and low but went off in several directions from a room, open much of the time, where people breakfasted or dined. Indeed, most of the house could be opened, and I remember with delight the hummingbirds that darted through."³ In "Song for the Rainy Season" plants and animals are also present as in the previous poem, but here the central element together with the house is a "magnetic rock" which attracts flora and fauna and becomes a source of life. At the end of the poem, however, the rainy season is gone and

Without water

the great rock will stare
unmagnetized, bare,
no longer wearing
rainbows or rain,
the forgiving air
and the high fog gone;
the owls will move on
and the several
waterfalls shrivel
in the steady sun. (CP102)

The poet coincidentally ends both texts in a pessimistic way, and in "Song for the Rainy Season" even warns the reader by saying "rejoice! For a later era will differ," before describing what will happen to the "rock."

The Petropolis house was not Bishop's only Brazilian home. Voracious traveler, she fell in love with a picturesque and isolated eighteenth-century mountain town called Ouro Preto (Black Gold),

³ Ashley Brown, "Elizabeth Bishop in Brazil" (Southern Review 13, 1977).

Marli HAZIN

where, in 1965, she decided to buy and restore a colonial house she named Casa Mariana, after Marianne Moore. The surprising detail is that she had already celebrated this house and its historically rich landscape⁴ in "A Miracle for Breakfast," a poem published almost three decades in the past in which the speaker says

I can tell what I saw next; it was not a miracle.
A beautiful villa stood in the sun
and from its doors came the smell of hot coffee.
In front, a baroque white plaster balcony

added by birds, who nest along the river,
- I saw it with one eye close to the crumb -

and galleries and marble chambers. My crumb
my mansion, made for me by a miracle,
through ages, by insects, birds, and the river
working the stone. Every day, in the sun,
at breakfast time I sit on my balcony
with my feet up, and drink gallons of coffee. (CP 18-19)

From her balcony at the colonial house she bought in Ouro Prêto, Bishop could indeed look at seven baroque churches, and drink gallons of coffee in the sun and "rejoice! For a later era will differ" as the speaker says in "Song for the Rainy Season." Actually Bishop's happiness in Brazil is also a matter of delicate balance especially if the poet had kept in her mind the existential doubts expressed in her early "Questions of Travel":

*Continent, city, country, society:
the choice is never wide and never free.
And here, or there...No. Should we have stayed at home,
wherever that may be? (CP 94)*

⁴ As observed by Thomas Travisano in Elizabeth Bishop: Her Artistic Development (Charlottesville: U P of Virginia) 49.

The Quest For A Home in Elizabeth Bishop's Poetry

A partial answer to these questions was eventually provided by a manuscript in Bishop's handwriting, handed to Lloyd Schwartz when he was visiting Ouro Preto, in 1990, containing an unpublished and untitled poem by Elizabeth Bishop that starts by saying

Dear, my compass
still points north
to wooden houses
and blue eyes,⁵

and develops a whole description of life, nature, and people's behavior in the northern hemisphere. This is the only poem, as Schwartz says, "in which she weighs the world of her childhood in Nova Scotia against the life she chose for herself later, in which she measures not only how far she has traveled from her origins but how difficult it is to escape them."

North & South. As if poetry could dictate life, this polarity became a fundamental issue in Bishop's quest for a home. Her Brazilian dream finished, she returned to the North, but the South went with her, in her luggage, in her mind, in her heart to be shared with her readers through remarkable poems like "One Art," in which she makes an inventory of her losses - the houses, the cities, the rivers, a continent, a beloved one. And in fact she did not lose them, she had them all and she was able to change them into poetry so that they would never be lost. Finally, it was Bishop herself who answered the question about finding or having a home when she said "I've never felt particularly homeless, but, then, I've never felt particularly at home. I guess that's a pretty good description of a poet's sense of home. He carries it within him."⁶

⁵ As quoted in Lloyd Schwartz's article "Annals of Poetry: Elizabeth Bishop and Brazil" *The New Yorker*, (Sept. 30, 1991) 86.

⁶ Interview to Alexandra Johnson in *The Christian Science Monitor*. (March 23, 1978) 20.

Marli HAZIN

ABSTRACT

Writers usually do more “travel” in their texts than in their lives. Elizabeth Bishop, however, felt the urge to conquer new places, as if to compensate for previous losses. After living for some ten years in Key West, the poet joined a cruise around South America and ended up in Brazil, where she lived for nearly two decades. These places symbolize important stages in her life and in her poetry, both clearly influenced by the powerful feeling of missing a home.

RESUMO

Escritores viajam incansavelmente em seus textos, mesmo que não o façam em vida. Elizabeth Bishop, porém, sentia a necessidade física de conquistar novos espaços, como se estivesse em busca do lugar que faltava em sua vida. Após viver por cerca de dez anos em Key West, Flórida, ela empreendeu um cruzeiro pela América do Sul interrompido na primeira escala, Brasil, onde ela permaneceu por quase vinte anos. Estes lugares representam estágios importantes tanto na vida quanto na obra de Bishop, ambas claramente influenciadas pelo sentimento da falta de um lar.

Concluirmos a leitura da obra, é como se continuássemos a escutar a história numa conversa informal com Violet, Joe, Dorcas, True Belle, e a narradora.

A textura fragmentária de *Jazz* frustra uma interpretação única o que enriquece o romance porque cada leitora (leitor) descobrirá um novo significado para a obra. Só para ilustrar o que acabamos de dizer, consideramos o último parágrafo da primeira parte do capítulo analisado um exemplo interessante por desconstruir completamente o que foi narrado antes:

... Tudo prometia que aquela seria uma casa bem tristonha, com isso e mais a falta dos pássaros, e os dois enxugando os olhos o dia inteiro, mas quando a primavera chegou à Cidade Violet viu,

The Quest For A Home in Elizabeth Bishop's Poetry

entrando no prédio com um disco sob o braço e um embrulho de carne no outro, uma outra moça com quatro ondas alisadas em cada lado da cabeça. Violet pediu para ouvir o disco e foi assim que começou o escandaloso trio na avenida Lenox. O que saiu diferente foi quem atirou em quem.

Na entrevista concedida a Claudia Tate, mencionada à página 5 deste trabalho, Morrison diz que suas histórias, como o jazz ou as igrejas para negros provocam a reação da comunidade:

Todo mundo está presente. E isto também tem a ver com o modo no qual as histórias são contadas porque os leitores têm uma atitude participativa nos livros e tenho de fazer com que sua reação seja igual àquela que eu gostaria que o coro da igreja tivesse, além dos efeitos corais do próprio livro.

Desse modo, Morrison consegue nos envolver com sua história e nos provoca para uma ativa participação no processo criativo. O diálogo falante/ouvinte caracteriza a narrativa marcada pela oralidade e por atos de fala expressivos. Fica patente, portanto, a utilização dos ditos atos de fala tanto na linguagem comum quanto no texto literário, o que acabamos de examinar no romance *Jazz*. Assim sendo, não podemos deixar de concordar com Mary Louise Pratt no sentido de que para descrever a situação da fala literária é imprescindível levar em conta sua semelhança com a conversação.

Em *Jazz*, o discurso fragmentado, a história fragmentada, as personagens fragmentadas e os fragmentos da poesia são instâncias narrativas que concorrem para eliminar as fronteiras entre a linguagem falada e o discurso literário, pondo em relevo a idéia da existência de um 'continuum' entre esses dois tipos de discurso, bem como a premissa de que *a literatura é um contexto de fala*.

Marli HAZIN

BIBLIOGRAFIA

- Bishop, Elizabeth. The Complete Poems: 1927-1979. New York: Farrar, 1983.
- . One Art. Elizabeth Bishop Letters. Ed. Robert Giroux. New York: Farrar, 1994.
- Brown, Ashley. "An Interview with Elizabeth Bishop." Shenandoah 17 (1966): 3-19.
- . "Elizabeth Bishop in Brazil." Southern Review 13 (1977): 688-704. Johnson, Alexandra. "Geography of Imagination." The Christian Science Monitor. March 23, 1978 : 20-21.
- Schwartz, Lloyd. "Annals of Poetry: Elizabeth Bishop and Brazil." The New Yorker, Sept. 30, 1991 : 85-97.
- Spires, Elizabeth. "The Art of Poetry, XXVII: Elizabeth Bishop." Paris review, 80 (1981) : 56-83.
- Travisano, Thomas J. Elizabeth Bishop: Her Artistic Development. Charlottesville: U P of Virginia, 1988.

ESTUDOS LEXICOLÓGICOS: pressupostos e procedimentos

Maria Emília Barcellos da Silva

Para início de conversa, cabe uma digressão: propõe-se que as representações mentais expressas pela língua resultem da intervenção do indivíduo no mundo, fato do qual decorre a estruturação de um real coletivo forjado pela soma de experiências comunitárias, real este inabarcável pela sua própria condição. A cada elocução, pois, o falante desvela a sua concepção de mundo, de uma maneira dotada de clareza vária, ainda que indiscutivelmente comprometida com a escala de valores da sociedade a qual, em diferentes graus de envolvimento prático, foi obra partilhada pelo próprio usuário em questão.

Parece não carecer de discussão o fato de serem as experiências acumuladas que cunham tanto as expectativas dos actantes sociais quanto o significado dos termos pelos quais se verbalizam projetos, idéias, visadas de mundo e estatutos organizadores das hierarquias vivenciais; a transposição de um dado conhecimento para outro com ele relacionado por traços de similaridade nem sempre explícitos cria processos metafóricos -havidos, na maioria das vezes, como ocasionais- que, em verdade, se comportam como vias de acesso bastante percorridas pelo pensamento ao se deslocar desde o deôntico até o

Maria Emília Barcellos da Silva

epistêmico para, finalmente, aninhar-se no discurso, cuja natureza e intenção são várias, como vária é a trajetória humana. O processo mental é estimulado pelo exercício experiencial-sociofísico, do qual a verbalização é uma das conseqüências, a resultante inequívoca da ação do homem no mundo, penhor da sua própria existência. Ao ter conhecimento de si como um ser de linguagem, o homem assume-se como o agente possível da sua narrativa vital e passa a concorrer, em diferentes graus de prestígio, para o estabelecimento do que “pode e não pode” ser praticado pelos co-participantes grupais.

O verdadeiro pacto coletivo que pretende organizar a variabilidade da experiência humana apresenta como efeito perverso sublinhar as diferenças que hão de definir papéis de difícil remissão ou reformulação, chegando mesmo a serem rotuladas como deficiências.

A sociedade judaico-cristã praticamente pirogravou a dicotomia maniqueísta entre o certo e o errado, entre o que levaria ao paraíso ou conduziria ao inferno, **pari passu** com os direitos e deveres decorrentes da condição biológica **masculina** ou **feminina**, sendo raro, senão impossível, o beneplácito para aqueles que tentassem ou reverter ou modificar o seu esquema de inserção pessoal no grupo de que fossem membro.

Tomando por base a semelhança do que é comumente expresso e aceito pelos participantes de uma mesma comunidade, podem-se depreender os padrões que estão nela inculcados: em sociedades fechadas ou pseudo-abertas, os ditos e os interditos velados, revelados ou desvelados elencam o código ético-cultural de cada momento histórico das gentes.

Para cumprir a finalidade desta exposição, circunscrita ao tempo de uma comunicação, cabe restringir as considerações possíveis de serem tecidas sobre o assunto anunciado pelo título deste artigo,

passando-se a explicitar, a seguir, a metodologia empregada para a obtenção dos **data** embaixadores do que aqui se propõe:

- a) num *corpus* de análise constituído pelas letras de doze composições musicais populares brasileiras, compostas por homens, no período compreendido entre 1940-1980, que tivessem por título nomes de mulheres e granjeado o reconhecimento dos homens-cumuns, aplicaram-se primados lexicológicos, lexicográficos e quantitativos (**QUADRO 1**);
- b) as lexias textuais dos discursos musicais foram distribuídas em categorias comprometidas com amorfossintaxe e, posteriormente, procedeu-se à depreensão desses itens segundo as suas freqüência absoluta, tomando, por parâmetro, a totalidade do campus para tanto definido (**QUADRO 2**);
- c) observada a inserção de cada item lexical, estabeleceram-se os rangs das escolhas morfossintáticas personificadas no *corpus*, apontando-se, em decorrência disso, os percentuais das médias das seqüências absolutas, avaliadas em cada classe considerada (**QUADRO 3**);
- d) das classes morfológicas depreendidas, os verbos receberam um tratamento destacado em detrimento das demais classes elencadas;
- e) a seleção de predicados cujos núcleos de sujeito fossem preenchidos por nomes marcados pelo feminino suscitaram a formulação de hipóteses de natureza extralingüística, capazes de justificar tal escolha;
- f) as previsíveis recorrências encontradas na seleção dos núcleos dos SN-sujeitos, no que tange ao gênero gramatical dos nomes dessas casas sintáticas, sustentaram a tese da manutenção ou alteração dos papéis sociais dos indivíduos simbolizados pelas criações musicais determinadas no *corpus*.

As composições relacionadas permitiram retratar o imaginário nacional, onde se sustenta, mais claramente nas classes média e baixa e mais veladamente na classe alta, uma concepção de modelo feminino que, surpreendentemente pouco mudou nesse quase meio século de corte temporal proposto. As criações aqui referidas deram conta da constante disputa entre o desejo e a interdição que não se desfez nem se atenuou quando posta na pena de um Vinícius de Moraes ou de um Chico Buarque, haja vista, respectivamente, as composições **“Minha namorada”** e **“Geni e o Zepelin”**: na primeira, para **“ser a amada”** do poeta ele exigia o cumprimento de um decálogo comportamental que ia desde o que deveria ser pensado até o modo como a mulher deveria falar para poder ocupar bem mais uma função do que um estado relacional de base afetiva; na segunda a personagem, **“cujo corpo era dos errantes, dos cegos e dos retirantes e de quem não tinha mais nada”** e, por isso, era discriminada por todos, foi alvo da insistência dos cidadãos modelares que, **“em romaria pela cidade e pelo bispo de olhos vermelhos”**, suplicavam para que Geni satisfizesse o desejo do alienígena; não obstante, cumprida a missão de serenar os ímpetos do guerreiro, volta ela a ser escorraçada pelos moradores, em virtude da mesma conduta com a qual salvara a cidade, conduta essa que transita do moral para o imoral conforme a necessidade dos privilegiados.

À mulher coube por acordo com o qual ela mesma, por vezes, pactua papéis situados, sem maiores discussões, em pólos opostos de uma mesma linha de comportamental: num extremo, instala-se como a mãe provedora, santa (tão mais santa quanto mais distante no tempo e no espaço); avançando o ponto de observação nesse mesmo **continuum**, encontra-se a companheira, a cúmplice, mais raramente a **partner** sexual, depois a transgressora do **consuetudo** esta numa vizinhança bastante contígua à **“pecadora”**, fonte de todo o mal do homem e, por extensão, da perversão do mundo.

Na voz do que se concebeu como música popular brasileira distribuída por nada menos do que quatro décadas, a figura da mulher é freqüentemente louvada pela doação total de si mesma e pela anulação que faz de todas as suas competências, principalmente, se forem aquelas que capacitam a realização de um indivíduo mentalmente bem dotado: tão mais quanto mais desistirem de tudo em prol do outro, seja ele filho, marido, irmão, chefe ou grupo familiar. A análise do discurso poético, em diferentes níveis de inserção social e de qualidade artística, a partir do acervo léxico-semântico e das diversas estruturas gramaticais pela qual se expressa, deixa transparecer as fantasias singulares ou plurais masculinas (e, não raro, femininas!), cujas assertivas comprovam-se pelos dados arrolados nos quadros sinópticos do número total de lexias operadas em cada composição, a seguir discriminados:

(Rang das classes gramaticais distribuídas em percentuais e pelo corpus selecionado).

Observando-se o quadro 2, depreende-se que

- a) os substantivos concretos predominam às demais subclasses, apontando para relevância emprestada ao campo físico em que a mulher se desloca em detrimento da mínima abstração que a ela possa ser relacionada;
- b) surpreendentemente os adjetivos recebem cotação mínima na escolha vocabular e são significativamente relacionados a dotes femininos predominantemente físicos (“**morena, linda, igual a, sincera**”); comparecem em número inferior aos atribuídos aos homens personagens e referem-se a estados d’alma (“**tristonho, cansado, desesperado, estranho, ceguinho, juntinho, coitadinho, pobre**”) e a coisas (“**refrigerado, bom, grande, desfeita**”); não raro a casa predicativa é ocupada pelo substantivo “**mulher**”, que transita da condição de substantivo para a de adjetivo, qualificando nada mais nada menos do que o indefinido

- não marcado “aquilo” ou o substantivo “coisa”: “**aquilo sim é que era mulher**” / “**você é a coisa mais linda**”;
- c) os predicados verbais, nominais, ou verbos-nominais ocupam o **rang 2** em que pese à presença do verbo “ser”. Quando se ligam a sujeitos de núcleo marcado pelo feminino, os predicados em sua maioria, circunscrevem-se aos limites e às intimidades do ar (**lavar, cozinhar, fazer-me carinho**); quando referendam atitudes intelectivas, as ações complementam-se com objetos cujo núcleo se insere na área do prosaico e do vulgar (“**pensar em luxo e riqueza, não saber o que é consciência, sonhar com que o morro não tem, fazer exigências, achar bonito não ter o que comer**”); as ações indicativas de posse sempre visam a itens da área do consumo, e as que podem apontar ascensão social implicam que esta é sempre obtida pelo concurso direto do homem (“**tudo que você vê, você quer / teria um lindo apartamento com porteiro e elevador, teria madame antes do nome / você não arranjava outro igual**”); os verbos que denotam afeto, sistematicamente, apresentam a mulher como sujeito ativo e, no máximo, é-lhe concedido o espaço da casa sintática reservada aos objetos na sua maioria “diretos”, preconizando uma possível apassivação (“**deixa que eu te adare / o bem que eu te quero**”);
- d) os advérbios são significativamente de tempo e de lugar, e o de negação dissemina-se praticamente em todos os elementos constituintes do *corpus*;
- e) dos pronomes, os possessivos de primeira pessoa são os predominantes, sendo que a primeira pessoa em questão é sempre o homem-personagem;
- f) coerentemente ao item e), os pronomes pessoais retos e oblíquos são expressivamente de primeira pessoa, muito embora o título das composições permitisse uma expectativa de ocorrência da segunda pessoa;

- g) das conjunções, a mais presente é a aditiva “e”, o que garante a continuidade do discurso poético;
- h) o **rang 4** ocupado pelas preposições de certa forma deve-se à alta incidência de frases nominais, principalmente em decorrência da contribuição das composições “Emília” e “Maria Bethânia” que, reconhecidamente, distorceram a quantificação;
- i) o artigo preencheu o **rang 7**, apesar de outros estudos, como os do Professor Antônio Geraldo da Cunha (da “Casa de Rui Barbosa”) apontarem o artigo “a” como o item de maior incidência na Língua Portuguesa; os definidos predominaram com larga margem sobre os indefinidos;
- j) as interjeições- aqui consideradas à parte em virtude da natureza marcadamente emotiva do *corpus* selecionado- surpreendentemente superaram os substantivos abstratos em quantificação, ainda que se reconheça o peso da contribuição interjectiva ocorrente em “Aurora”;
- 1) os elementos expletivos foram palidamente representados neste levantamento, ocupando o último **rang** na cotação geral.

Com base nos demonstrativos elaborados e explorados, pode-se afirmar que, apesar dos esforços igualitários que marcam os nossos dias, a mulher ainda tem uma longa estrada a percorrer para se livrar dos grilhões que lhe foram impostos por milênios de servidão e mitificação de tabus, em especial os referentes ao seu poder decisório e a sua sexualidade. Também se pode cogitar que, quando rompe as fronteiras que lhes são consentidas, a mulher se revela, via de regra, uma pessoa que dificilmente disfarça a sua revolta atávica, tornando-se árida de afeto: distancia-se definitivamente -ou quase- das oportunidades de gozo de sua sensualidade e cerceia vigorosamente o seu erotismo. Tais constatações possibilitam cogitar que a “mulher de verdade” assim o seria por se tornar intangível às carícias de um par,

avessa aos devaneios e despreendimentos só justificáveis pelos holocaustos que só o desvelo amoroso proporciona, na medida em que acena com paraísos impensados. No caso específico do arquétipo “Amélia”, que, de certa forma, instiga esta reflexão sobre o ideário feminino, reitere-se o fato de que ela nunca é presentificada; mas só referida no pretérito (“**era, passava, gostava, sabia**”). Cabe perguntar se ela não se terá liberado ou libertado em vão, uma vez que pouco se pode esperar de alguém cujo padrão comportamental é marcado pela conformidade. é legítimo pensar-se que ela apenas deva ter “mudado de dono”.

A “Amélia” da canção é hiperbólica apesar de cotidiana; consegue ser nem rainha nem escrava, e a sua maior virtude inscreve-se num possível masoquismo, cuja exacerbação tem por lema “**achar bonito não ter o que comer**” e conseguir “alegrar-se” com a fome que lhe bate à porta; no entanto é legítimo questionar-se a que tipo de fome Amélia se submete e qual teria sido a carência que a levou a “desertar”: fome de quê? quanto terá ela resistido à carência física tão convenientemente louvada pelo companheiro simplista? qual terá sido a “gota d’água” para que ela se evadisse? quanto teria pesado para a sua saturação o conceito exarado pelo amante no que se refere, por exemplo, ao que seja “**ter consciência?**” Onde estariam traçadas as fronteiras famélicas de Amélia-lembrança? E mais, onde estaria ela agora, heroína ausente e santificada, já que o tempo presente do amante é preenchido pela “substituta” que se inscreve no grupo das que suprem as suas carências com a exploração desmedida e compulsiva do trabalho do companheiro? Se Amélia é a “mulher de verdade”, por oposição, a sua sucessora é, então, a “mulher de mentira”, mas é esta que está viva e presentificada, satisfazendo-se no exercício de teúda-e-manteúda do lacrimoso parceiro, na medida em que “**tudo que vê, (ela) quer**”: se a consagrada “**mulher de verdade**” não preenche as exigências do **ego-hic-et-nunc** com que se estabelece uma ação presente, tem-se de sucumbir ao fato de que o ideal de mulher, para se sustentar, tem de acionar uma inversão no eixo verdade-mentira- E

mais: se Amélia confessadamente não **“tinha nenhuma vaidade”** (do latim, **vanitas**, de **vanus**, “vazio”) era também, e por isso mesmo, um ser incompleto; longe, portanto, da perfeição acalentada pelo discurso masculino.

A radicalização dos papéis femininos expressados pelos dados dá conta da fantasia que relata a luta sem guarida entre o desejo físico e o constrangimento socialmente definido das mulheres que parece se dividirem contraditoriamente ao se realizarem de acordo com os seus próprios desígnios, sem prejulgamento do que é conveniente ou permitido, sem, por se autodeterminarem, ter de ocupar irreversivelmente ou o nicho do lar ou o reduto do prostíbulo - não se esquecendo que, redoma ou lupanar, esses espaços resultam da mensuração masculina. Em “Tieta”, por exemplo, em que se poderia suspeitar de uma aparente ruptura dos padrões conservadores (uma vez que dela parece advirem as decisões de **“vir com calor, sem pudor, p’ra tirar nosso juízo”**, rompendo-se assim o estatuto preestabelecido pelo qual não cabe a mulher a iniciativa nem da escolha da parceria nem do jogo amoroso), a uma leitura mais atenta revela-se, em verdade, que a personagem feminina nada mais faz do que atender ao chamado masculino, circunscrevendo-se, desse modo, num dos pólos da linha de desempenho consentido já aludido.

BIBLIOGRAFIA:

- CUNHA, Helena Parente da. *Mulheres inventadas; Leitura psicanalítica de textos na voz masculina.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1994.
- FAULSTICH, Enilde L. De J. *Para urna análise estrutural de campos semânticos.* Brasília, UNB, 1979. Tese de Mestrado.
- MÜLLER, Charles. Le mot, unité de texte et unité de lexique en statistique lexicologique. *Travaux de linguistique et de littérature.* Strasbourg / s.ed./1965.
- PAIVA, Vera. *Evas, Marias, Liliths;* as voltas do feminino. /São Paulo/ Editora Brasiliense / 1989/.
- SICUTERI, Roberto. *Lilith;a lua negra.* (Trad. TELLES, Norma; GORDO, J. Adolpho.).4 ed. /Rio de Janeiro/ Paz e Terra li 987.

B) CORPUS

- ALVES, Ataulfo & LAGO, Mário. **Amélia.**
- CAPIBA. **Maria Bethânia.**
- CAYMI, Dorival. **Marina.**
- LOBO, Haroldo & BATISTA, Wilson. **Emília.**
- ROBERTI, Roberto & LAGO, Mário. **Aurora.**
- JOBIM, Antônio Brasileiro & OLIVEIRA, Aloísio de. **Dindi.**
- ALMEIDA, Antônio & SILVA~ Constantino. **Helena, Helena.**
- VERMELHO, Alcyr Pires & BARRO, João de. **Laura.**
- AMORIM, Jair & DUNGA. **Conceição.**
- BARROSO, Ari & PEIXOTO, Luís. **Maria.**
- NASCIMENTO, Milton & BRANDT, Willi.. **Maria-Maria**

Investigações

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

1. A revista aceita os seguintes tipos de contribuição:

1.1. Artigos inéditos (até 30 laudas de 30 linhas de 70 toques, ou 73.500 caracteres, incluindo referências bibliográficas e notas)

1.2. Ensaaios bibliográficos (até 15 laudas de 30 linhas de 70 toques, ou 10.500 caracteres): pequenas resenhas de livros recentes.

2. Cabe ao Conselho Editorial e pareceristas *ad hoc* a avaliação dos textos apresentados. Estes serão julgados sob os seguintes critérios: pertinência com a política editorial da revista; conteúdo e contribuição ao tema explorado.

3. Os textos devem ser enviados em três cópias originais, impressas em papel A4, espaço duplo. Os textos devem estar normalizados de acordo com as normas técnicas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas para

3.1. Os textos deverão digitados em processador de texto compatível com a plataforma Windows ou Macintosh e enviados em disquete de 3,5 polegadas. Recomenda-se cópia de back up do arquivo no mesmo disquete.

3.2. Os textos poderão ser recebidos também via correio eletrônico investig@npd.ufpe.br, via FTP ou em *attachment*.

4. Os artigos devem vir acompanhados de resumo em português e abstract em língua inglesa contendo entre 100 e 150 palavras, palavras-chave.

5. Os textos devem conter dados profissionais, filiação a instituições de ensino ou pesquisa, cargo, titulação, e endereço para correspondência, se possível e-mail. Estes dados devem constar no final do trabalho.

6. As notas devem, respeitar as normas de citações da ABNT, não podendo constituir apenas de simples referências. Devem aparecer no corpo do texto no seguinte formato: (autor/ano/página) conforme o exemplo. (Dieckert 1984:25-26)

7. As referências bibliográficas devem ser dispostas em ordem alfabética e respeitar as normas de apresentação de referências bibliográficas da NB 6023 da ABNT.

8. Gráficos, fotos, mapas, quadros e tabelas devem ser utilizados com moderação, onde o recurso gráfico seja essencial a explicação de um fato ou dado exposto no texto. Fotos e desenhos devem ser encaminhados em original separado contendo indicação precisa de sua inserção no texto.

9. Caberá ao autor cinco exemplares da revista.

10. O envio de originais implica na cessão de direitos autorais e de publicação à revista. A revista não se obriga a devolver aos autores os textos recebidos.

Os textos submetidos deverão ser enviados para o seguinte endereço:

✉ - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Pernambuco,
Departamento de Letras, Centro de Artes e Comunicação, 1º andar, 50670-901 - Recife, Pernambuco. ☎ (081)
271.8312 📧 e-mail investig@npe.br

**Programa de Pós-Graduação
em Letras e Linguística
UFPE**

Montado e impresso nas oficinas gráficas da

Editora  **Universitária UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 • Várzea
Fone: (081) 271.8397 • Fax: (081) 271.8395
CEP 50740-530 • Recife • PE